MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO RIO DE JANEIRO -SR(07)

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010

MARÇO DE 2011

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010

Relatório de Gestão do exercício de 2010 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 107/2010, da Portaria TCU nº 277/2010 e das orientações do órgão de controle interno (especificar o número do ato do órgão de controle interno, se houver)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

	2.3.2.5 Ação 10YN – Consolidação e Emancipação de Assentamenos da Reforma	
	Agrária	70
	2.3.2.6 Ação 2B06 – Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de	
	Reforma Agrária.	72
	2.3.27 Ação 0427 – Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas	76
	2.3.2.8 Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa	81
2.3.3	3 Programa 0138 Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras	
Púb	licas	83
	2.3.3.1 Ação 2105 – Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	84
	2.3.3.2 Ação 2114 – Sistema de Cadastro Rural	91
	2.3.3.3 Ação 4426 – Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional	94
	2.3.3.4 Ação 2110 – Regularização Fundiária de Imóveis Rurais	97
	2.3.3.5 Ação 8380 – Retomada de Terras Públicas	101
	2.3.3.6 Ação 8378 – Ações Preparatórias para Destinação de Terras Públicas	103
	2.3.3.7 Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa	105
2.3.4	4 Programa 0139 Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário	107
	2.3.4.1 Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualficação e Requalificação	108
234	5 Programa 1120 Paz no Campo	
4.J. ,	2.3.5.1 Ação 2109 – Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Assentadas	
2 2 /	6 Programa 1336 Brasil Quilombola	
2.3.	2.3.6.1 Ação 1642 – Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescen	
	Quilombos	
	2.3.6.2 Ação 0859 – Pagamento de Indenização aos ocupantes das Terras Demarcadas	
2 2 1	Tituladas aos Remanescentes de Quilombos	
2.3.	7 Programa 1350 Educação no Campo	
	2.3.7.1 Ação 4474 – Educação de Jovens e Adultos no Campo	132
	2.3.7.2 Ação 6952 – Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional en	1
	Assistência Técnica, Pedagógica e Social.	135
	2.3.7.3 Ação 8370 – Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior	para a
	Reforma Agrária	137

2.3.7.4 Ação 2272 – Ação e Administração do Programa	140
2.3.8 Programa 1427 Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura	142
2.3.8.1 Ação 4470 – Assistência Técnica e Capacitação de Assentados	143
2.3.8.2 Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa	154
2.3.9 Programa 0750 Apoio Administrativo	157
2.3.9.1 Ação 2000 – Administração da Unidade	158
2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro	161
2.4.1. Programação Orçamentária da Despesa	161
2.4.1.1 Identificação das Unidades Orçamentárias	161
2.4.1.2 Programação de Despesas Correntes	162
2.4.1.3 Programação de Despesas de Capital	163
2.4.1.4 Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência	164
2.4.1.5 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	165
2.4.2 Execução Orçamentária da Despesa	166
2.4.2.1 Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por	
Movimentação	166
2.4.2.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Receb por Movimentação	
2.4.2.3. Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebid Movimentação	
2.4.2.4. Análise Crítica	169
2.4.3 Indicadores Institucionais	175
3. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos	188
3.1 Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos	188
3.2 Análise Crítica	189
4. Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriore	S
4.1 Situação dos restos a pagar de exercícios anteriores	190
4.2 Análise Crítica	191
5. Informações sobre Recursos Humanos da unidade	
5.1 Composição do quadro de servidores ativos.	192
5.2 Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas	195
	5

	5.3 Composição do quadro de estagiários	197
	5.4 Custos associados à manutenção dos recursos humanos	198
	5.5 Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços	199
	5.6 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos	202
termo de	ação sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de par cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos es, vigentes no exercício de referência	rceria,
	6.1 Transferências efetuadas no exercício.	203
	6.1.1 Caracterização dos <i>instrumentos</i> de transferências vigentes no exercício de referência	203
	6.1.2 Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos três últimos exercícios	204
	6.1.3 Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes.	205
	6.1.4 Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio e de contratos de repasse	206
	6.1.5 Visão geral da análise das prestações de contas de convênios e controle de repasse	207
ou outros Integrado Contratos	6.1.6 Análise Crítica	nvênios ema nios, ei nº
	ações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de o de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e renda	
IIO I CIIIO I		s 210
9. Inform		
9. Inform	ações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ	211
10. Inforn	ações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ	211 211 e bens,
10. Inforn	ações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ	211211 e bens, 213
10. Inforn materiais 11. Inforn	9.1 Estrutura de controles internos da UJ	211 e bens, 213 213

	de propriedade da União	214
	11.1.2 Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros	254
	11.1.3 Discriminação dos bens imóveis de propriedade da	
	União sob responsabilidade da UJ	
12. Informa	11.1.4 Análise Crítica	
	12.1 Gestão de TI da UJ	
<u>13.</u> Informa	ções sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal	220
14. Informa	ções sobre Renúncia Tributária	222
do TCU ou	eções sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jur u as justificativas para o não cumprimento	risdicionada
	15.1 Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício	223
	15.2 Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de aten exercício	
	15.3 Relatório de cumprimento das recomendações do OCI	225
	15.4 Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de at exercício	
caso exista	ições sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de con na estrutura do órgão, apresentando as justificativas para os c	casos de não
	informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a con o da gestão no exercício	
Parte B - 1	Informações Contábeis da Gestão	
demonstrat Variações I levantado p executoras)	ação do contador responsável pela unidade jurisdicionada atesta ivos contábeis (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Dem Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) e o o oor unidade gestora responsável – UGR (válido apenas para as unidades refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonia ida que apresenta relatório de gestão	ionstração das demonstrativo s gestoras não il da unidade
	trações contábeis previstas na Lei nº 4.320/64, incluindo as notas explicati	vas, conforme

Parte C - Informações Específicas a constar do Relatório de Gestão — Superintendências Regionais do INCRA

20. Apresentação do cronograma de levantamento relativo à documentação cartorária de imo					
rurais acima de 10.000,0000 ha	237				
	240				
21. Principais dificuldades a serem geridas no próximo exercício e ações de mitigação	240				

INTRODUÇÃO

Este Relatório de Gestão e Prestação de Contas Ordinária Anual, referente ao exercício de 2010, da Superintendência Regional do INCRA no Rio de Janeiro está dividido em três partes, além desta Introdução.

A Parte A contém todas as informações necessárias a uma análise acurada do que é a Superintendência Regional do INCRA no Rio de Janeiro, doravante denominada apenas SR-07/RJ, e como foi o desempenho de sua gestão ao longo de todo o exercício de 2010. Esta foi mensurada por meio de suas metas físicas e orçamentárias, além da análise crítica deste desempenho, que contemplou – além dos meros dados quantitativos – as importantes informações qualitativas quanto às oportunidades e dificuldades na busca do alcance das metas físicas e orçamentárias que a instituição se propôs para o exercício.

Na Parte A, ainda, é possível visualizar-se os instrumentos utilizados para que a autarquia atingisse suas metas, como a execução das despesas, a composição de sua força de trabalho, os convênios e outros instrumentos de transferências de recursos públicos, o atendimento aos órgãos de controle interno e externo, a gestão da Tecnologia da Informação, a forma como foi usado o cartão corporativo, além de outras informações relevantes sobre a gestão no exercício de 2010.

Na Parte B, constam as informações contábeis da gestão, que, infelizmente, é falha no ponto 18, uma vez que a SR-07/RJ perdeu seu único contador, não contando mais com esse profissional em seu quadro de pessoal.

E a última parte, a Parte C, contém informações específicas solicitadas pelos órgãos de controle externo, como o cronograma de levantamento relativos à documentação cartórária de imóveis rurais acima de 10.000.000 ha, exigência essa que advém da tentativa do INCRA de barrar a grilagem de terras no país, a partir da publicação da Portaria/INCRA/nº 12/2006. Além disso, a última parte do Relatório de Gestão abriu espaço para que o gestor apontasse as principais dificuldades a serem geridas no exercício de 2011 e quais as formas que a instituição utilizará para mitigá-las.

Assim, coforme a exigência do TCU, segue os Itens da Norma (DN TCU nº 107/2010, Anexo II) que não se aplicam à natureza da Unidade:

- I. Informações orçamentárias e Financeiras do Programa.
- II. Identificação das Unidades Orçamentárias.
- III. Programação das Despesas Correntes.

- IV. Quadro 2.4.1.2 Programação de Despesas Correntes.
- V. Programação de Despesas de Capital.
- VI. Quadro 2.4.1.3 Programação de Despesas de Capital
- VII. Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Congtingência
- VIII. Quadro 2.4.1.4 Quadro Resumo da Programação de Despesas.
- IX. Despesas por Modalidade de Contratação.
- X. Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ.
- XI. Quadro A.2.8 Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Originários da UJ.
- XII. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa.
- XIII. Quadro A.2.9 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ.
- XIV. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa.
- XV. Quadro A.2.10 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ.
- XVI. Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ.
- XVII. Quadro A.14.1 Renúncias Tributárias Sob Gestão da UJ.
- XVIII. Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida
- XIX. Quadro A.14.2 Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida.
- XX. Contribuintes Beneficiados pela Renúncia Pessoas Física e Jurídica.
- XXI. Quadro A.14.3 Contribuintes Beneficiados pela Renúncia Pessoas Físicas.
- XXII. Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária Pessoas Físicas e Jurídicas.
- XXIII. Quadro A.14.5 Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Pessoas Físicas.
- XXIV. Quadro A.14.6 Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Pessoas Jurídicas.
- XXV. Programas Orçamentários Financiados com Contrapartida de Renúncia de ReceitaTributária.

XXVI. Quadro A.14.7 - Aplicação de Recursos da Renúncia de Receita pela Própria UJ.

XXVII. Prestação de Contas de Renúncia de Receitas.

XXVIII. Quadro A.14.8 - Prestações de Contas de Renúncia de Receitas.

XXIX. Comunicações à Receita Federal do Brasil - RFB.

XXX. Quadro A.14.9 - Comunicações à RFB.

XXXI. Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas.

XXXII. Quadro A.14.10 - Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas.

XXXIII. Fiscalizações Realizadas pela Receita Federal do Brasil - RFB.

XXXIV. Quadro A.14.11 - Ações da RFB.

XXXV. Declaração de Regularidade dos Beneficiários com Relação aos Pagamentos dos Tributos Junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

XXXVI. Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 4.320 de 17/3/1964, incluindo as notas explicativas, conforme disposto na Resolução CFC nº 1.133/2008 (NBC T 16.6).

XXXVII. Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 6.404 de 15/12/1976, incluindo as notas explicativas.

XXXVIII. Parecer da auditoria independente sobre as demonstrações contábeis, quando a legislação dispuser a respeito.

Tais itens da Decisão Normativa nº 107, do TCU, de 27 de outubro de 2010, não se aplicam à natureza da SR-07/RJ porque ela não é uma unidade orçamentária.

PARTE A – CONTEÚDO GERAL

1 Identificação de Relatório de Gestão Individual

Órgão de Vinculação: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Poder: Executivo

Identif	icação da Unidade Ju	risdicionada
	l de Colonização e R	eforma Agrária – Superintendência Regional do
INCRA no Rio de Janeiro		
Denominação abreviada: INCRA		
Código SIORG: 004032	C ódigo LOA: 49201	Código SIAFI: 373062
Situação: ativa		
Natureza Jurídica: Autarquia federal do Po	oder Executivo	
Principal Atividade: Administração pública	ı em geral	Código CNAE: 8411-6/00
Telefones/Fax de contato: (021) 2224-6	363 FAX: (02)	1) 2224-1010
E-mail: cidadania rj@rjo.incra.gov.br		
Página na Internet: http://www.incra.gov.	br/portal/	
Endereço Postal: Av. Presidente Vargas, 8		
Normas re	lacionadas à Unidade	e Juris dicionada
Normas de criação e alteração da Unidade I	Turis dicionada	
Decreto nº 1.110, de 09 de julho de 1970 – 🛭		
Decreto-lei nº 2.363, de 21 de outubro de 19	87 – Dispõe sobre a	extinção do INCRA
Decreto Legislativo nº 02, 29 de março de 1	989 – Dispõe sobre o	restabelecimento do INCRA
Decreto nº 6.812, de 03/04/2009 – Estrutura		A
Portaria nº 20, de 08/04/2009 – Regimento I	nterno do INCRA	
Outras normas infralegais relacionadas à ge		
		Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e
	RA, criação de 4.500	cargos efetivos para provimento gradual (Lei nº
11.090/2005).		
Manuais e publicações relacionadas às ativ		urisdicionada
Manual de Obtenção de Terras e Perícia Ju		
Manual de Recuperação Ambiental de Ass	entamentos	
Manual Operacional de ATES 2008		
Manual Módulo Ambiental - 2009		
Manual do PRONERA		A = 41 = =
Manual de Cadastro Rural – Módulo 1 – Ro	ecepção e Modulo 2-	- Ananse
Manual de Fiscalização Cadastral		
Manual Certificaweb		
Manual de Emissão de DAPs Unidades Gestoras e Gestões relacionadas	à Unidada Jurisdiaio	nada
		nidade Jurisdicionada
Código SIAFI		ome
373062 Superintendência Estadual		
1	lacionadas à Unidade	
Código SIAFI		ome
37201 Instituto Nacional de Color		
	ento entre Unidades (
Código SIAFI da Unidade Gestor		Código SIAFI da Gestão
373062		37201

Poder e Órgão de Vinculação

Código SIORG: 17125

2 Objetivos e metas institucionais

2.1 Responsabilidades institucionais da unidade - Papel da unidade na execução das políticas públicas.

Conforme o Art. 1º da Portaria MDA/nº 20, de 08 de abril de 2009, a qual estabelece o Regimento Interno no INCRA, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, autarquia federal, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, criada pelo Decreto-lei nº. 1.110, de 9 de julho de 1970, com sua estrutura regimental aprovada pelo Decreto n.º 6.812, de 3 de abril de 2009, tem como finalidades:

- I promover e executar a reforma agrária visando a melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social;
- II promover, coordenar, controlar e executar a colonização;
- III promover as medidas necessárias à discriminação e arrecadação das terras devolutas federais e a sua destinação, visando incorporá-las ao sistema produtivo; e
- IV gerenciar a estrutura fundiária do país.

Além disso, seu Art. 2º define as atividades principais do INCRA, nos termos da Lei nº. 4.504, de 30 de novembro de 1964 - Estatuto da Terra e legislação complementar:

- I quanto ao ordenamento da estrutura fundiária:
 - a) realizar estudos para o zoneamento do país em regiões homogêneas do ponto de vista sócio-econômico e das características da estrutura agrária, de acordo com o art. 43, incisos I a IV, da Lei nº. 4.504/64;
 - b) definir critérios para fixação da fração mínima de parcelamento e do módulo fiscal;
 - c) organizar e manter atualizado o cadastro de imóveis rurais, de proprietários e detentores de imóveis rurais, de terras públicas, de arrendatários e parceiros rurais, bem como quaisquer outros que vise proporcionar elementos para conhecimento e correção da estrutura fundiária e sócio-econômica do meio rural;
 - d) identificar e classificar os imóveis que não cumprem a função social da propriedade, a pequena e média propriedade, na forma da Lei nº. 8.629, de 25 de fevereiro de 1993;

- e) certificar o georreferenciamento dos imóveis rurais na forma do art. 3º da Lei nº. 10.267, de 28 de agosto de 2001;
- f) promover a concessão, remição, transferência e extinção de aforamento de terras públicas;
- g) promover a discriminação de terras devolutas da União, incorporando-as ao patrimônio público na forma da Lei nº. 6.383, de 7 de dezembro de 1976;
- h) regularizar as ocupações das terras na forma dos arts. 97 a 102, da Lei nº. 4.504/64;
- i) controlar a aquisição e o arrendamento de imóveis rurais por estrangeiros; e
- j) promover a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades quilombolas.
- II quanto à obtenção e destinação de terras, e assentamento dos beneficiários da reforma agrária e da colonização:
 - a) promover as desapropriações por interesse social para fins de reforma agrária e realizar outras formas de aquisição de terras necessárias às suas finalidades;
 - b) criar e implantar projetos de assentamento de reforma agrária;
 - c) promover a realocação de trabalhadores rurais não índios desalojados de terras indígenas;
 - d) incorporar bens ao seu patrimônio, na forma do art. 17 da Lei nº. 4.504/64 e da Lei n. º 8.257, de 26 de novembro de 1991;
 - e) promover o acesso à propriedade rural, mediante a distribuição e redistribuição de terras;
 - f) promover o aproveitamento sustentável do meio ambiente e dos recursos naturais nos projetos de assentamento da reforma agrária; e
 - g) fixar a metodologia de aprovação e acompanhamento a ser adotada nos projetos de colonização oficial e particular.
- III quanto ao desenvolvimento dos projetos de assentamento de reforma agrária:
 - a) garantir às famílias assentadas o acesso aos créditos, serviços e infra-estrutura básica;
 - b) promover a integração de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável dos projetos de assentamento, objetivando a consolidação do Programa de Reforma Agrária;

- c) proporcionar a educação formal em todos os níveis, ensino básico, profissionalizante de nível médio e superior, para o público da reforma agrária, visando a promoção da igualdade no meio rural; e
- d) promover o acompanhamento do desenvolvimento dos projetos de colonização oficial e particular, até a sua consolidação.

A Superintendência Regional do INCRA no Rio de Janeiro - SR-07/RJ, por ser mais uma unidade da Autarquia, tem essas mesmas competências institucionais da organização como um todo.

Em 2003, o INCRA formulou sua Missão e Visão, às quais todas as superintendências regionais devem seguir. Assim, também para a SR-07/RJ, sua missão principal é implantar a política de reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário, no âmbito do estado do Rio de Janeiro, contribuindo, desta forma, para o seu desenvolvimento rural sustentável. E a Visão de Futuro é ser referência internacional de soluções e inclusão social.

Em 2009, o INCRA realizou um ajuste estratégico com base num debate sobre sua Missão e Visão de Futuro, estabelecendo cinco principais diretrizes para nortear suas ações operacionais até o ano de 2010, já que no ano de 2011 – embora ainda em vigor, já se estará discutindo um novo Plano Plurianual. Tais diretrizes devem, substantivamente, guiar a produção de valores públicos por meio da concretização das ações da autarquia. Nesse sentido, traçaram-se os seguintes valores públicos:

- 1. Democratização do acesso à terra;
- 2. Qualidade de vida nos assentamentos da reforma agrária e inserção produtiva;
- 3. Cumprimento da função social da propriedade rural e dos assentamentos da Reforma Agrária;
- 4. Reconhecimento da Propriedade Rural, por meio das funções de cadastramento e certificação de imóveis rurais;
- 5. Destinação de terras públicas, além da demarcação e titulação das terras ocupadas por comunidades tradicionais e quilombolas.

Estes valores públicos são gerados nas diversas ações do INCRA. A democratização do acesso à terra, por exemplo, é gerada pelo assentamento de famílias e pela legitimação de posses. A qualidade de vida, por meio das obras e serviços de implantação e desenvolvimento dos assentamentos rurais. O cumprimento da função social da propriedade e dos assentamentos é gerado tanto pela fiscalização das grandes propriedades, quanto pela retomada dos lotes ilegalmente ocupados nos

assentamentos. E, por fim, o reconhecimento da propriedade rural pela expedição dos certificados de cadastro de imóvel rural (CCIR) quanto pela certificação para fins cartoriais.

Amalgamando as cinco diretrizes do INCRA com seus valores públicos temos que:

- O INCRA implementa a Reforma Agrária, promovendo a democratização do acesso à terra por meio da criação e implantação de assentamentos rurais sustentáveis, da regularização fundiária de terras públicas e gerenciamento da estrutura fundiária do país, contribuindo para o desenvolvimento sustentável, para a desconcentração da estrutura fundiária, para a redução da violência e da pobreza no campo e para a promoção de igualdade de oportunidades de gênero, raça e etnia;
- O INCRA Implementa a Reforma Agrária de forma participativa, reafirmando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, contribuindo para o fortalecimento das parcerias e da sociedade civil organizada;
- O INCRA implementa a Reforma Agrária de forma a fiscalizar a função social dos imóveis rurais, contribuindo para o cumprimento das legislações ambiental e trabalhista e para a promoção da paz no campo;
- O INCRA implementa a Reforma Agrária, buscando a qualificação dos assentamentos rurais, mediante o licenciamento ambiental, o acesso à infraestrutura básica, ao crédito e à assessoria técnica e social e a articulação com as demais políticas públicas, em especial a de educação, saúde, cultura e de esportes, contribuindo para a capacitação dos(as) assentados(as), o fomento da produção agroecológica de alimentos e a inserção nas cadeias produtivas;
- O INCRA implementa a Reforma Agrária pela destinação das terras públicas, pela demarcação e titulação das terras ocupadas por comunidades tradicionais e quilombolas; e gerencia a estrutura fundiária nacional pelo conhecimento da malha fundiária mediante o cadastramento e certificação dos imóveis rurais, contribuindo para as políticas de inclusão social e desenvolvimento sustentável.

A primeira diretriz destaca a *democratização do acesso à terra*, o principal valor público que o INCRA efetivamente gera, não limitando-o, na sua geração apenas aos assentamentos da Reforma Agrária, mas ampliando-o pela regularização fundiária e, também, pelo gerenciamento da estrutura fundiária e reconhecimento de posses de comunidades tradicionais e quilombolas.

Neste rumo, a quinta diretriz complementa a primeira, assegurando que o gerenciamento da estrutura fundiária também gere um importante valor público vinculado ao papel do Estado: *o reconhecimento da propriedade rural*. Independe este se por reconhecimento do direito ao território para as comunidades e povos tradicionais; ou do direito à propriedade no espaço rural nacional, através do serviço de cadastro, que qualifica, localiza e certifica as propriedades rurais e demais formas de domínio, além de constituir a base informacional da fiscalização da função social destas mesmas propriedades.

A segunda diretriz trata da transparência da gestão do Estado, afirmando a importância da participação da sociedade organizada e do controle social na implantação das políticas públicas desenvolvidas pelo INCRA dentro dos marcos legais constituídos, pois o monitoramento e fiscalização das ações são necessários para consolidar a geração dos valores públicos na forma de uma eficaz prestação de contas aos supervisores políticos.

A terceira diretriz dá conta de um valor público central na atividade do INCRA, *a função social da propriedade*. Ela é quem dá sentido ao exercício da propriedade rural no Brasil, ou seja, que a terra, para ser possuída, deve ser utilizada para produzir, observando os princípios da sustentabilidade ambiental e do trabalho livre e do bem-estar, que são critérios válidos, também, para a manutenção da condição de beneficiário da reforma agrária.

A quarta diretriz detalha os conceitos de criação e implantação de assentamentos rurais, trazendo o foco destas ações para a *qualidade de vida* e *a inserção produtiva*, valores públicos que, se não forem gerados em conjunto com a democratização do acesso à terra e o cumprimento de sua função social, tendem a inviabilizar qualquer resultado qualitativo.

Não obstante tais diretrizes, as conjunturas locais – de cunho econômico, político e social – vivenciadas por cada Superintendência Regional acaba obrigando-as a adotar prioridades em cada exercício. No Rio de Janeiro, isto não foi diferente.

Desde o início do exercício de 2010, a Superintendência Regional do INCRA no Rio de Janeiro – SR-07/RJ enfrentou inúmeras dificuldades. Além da baixa dotação orçamentária, que foi agravada com os cortes determinados pelo Decreto nº 7.174/2010 e pelos sucessivos atrasos na liberação de recursos – até mesmo para ações que precisam de continuidade, os principais entraves à realização do cumprimento adequado de algumas das metas de nossas ações, além do reduzido quantitativo do seu quadro de recursos humanos – foi a ausência de profissionais capacitados – tais como engenheiros civis, especialistas em levantamento de Cadeia Dominial e contadores.

A ausência da engenheiros civis leva a uma enorme dificuldade para a concretização das metas da Ação 8396 – Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em P. As e da Ação 4320 - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização (Terra Sol), que precisam deste tipo de profissional para atestar o termo de recebimento, mesmo que provisório, das obras nos Projetos de Assentamento sob a jurisdição do INCRA.

Os especialistas em levantamento de Cadeia Dominial de Imóveis Rurais são fundamentais para as ações – por si só lentas por suas especificidades – de Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos (1642) e Obtenção de Imóveis Rurais para a Reforma Agrária (4460), uma vez que as atividades de desintrusar e desapropriar um proprietário de seu imóvel pressupõe a comprovação da dominialidade deste sobre a área em disputa. A ausência de profissionais para a elaboração destas importantes peças processuais dificulta, sobremaneira, o andamento dos trabalhos nesta unidade federativa.

Até o segundo semestre de 2010, a SR-07/RJ contava com um contador, embora desviado de suas funções, pelas carências crônicas de servidores da área fim para o cumprimento das gigantescas tarefas — e cada vez mais crescentes — do INCRA. No entanto, este profissional único nesta Superintendência, ao final do ano de 2010, entrou em licença prêmio e, posteriormente, em 2011, já estará — obrigatoriamente — aposentado por ter completado os seus 70 anos de idade. No último concurso público realizado pela autarquia, ocorrido exatamente no ano de 2010, o Rio de Janeiro seria contemplado com uma única vaga para o cargo de contador. Contudo, em vista dos imbróglios jurídicos envolvendo duas Ações Civis Públicas por parte do Ministério Público Federal, o INCRA resolveu suspender as nomeações até que haja segurança jurídica quanto a não anulação do certame.

Por estranho que possa parecer, a Divisão de Desenvolvimento teve o andamento de muitas de suas ações obstadas pelo grande número de demandas do Ministério Público – que abre inúmeros inquéritos civis contra o INCRA com base em denúncias anônimas, as quais, posteriormente, mostram-se improcedentes – onerando os recursos e desviando as energias de trabalho da Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento.

Quanto à Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária, cuja demanda para a Regularização Fundiária diante do enorme desafio que é o trabalho referente à Fazenda Nacional de Santa Cruz, ela tem um único servidor para cuidar do acervo e analisar os processos que envolvem uma população de meio milhão de habitantes e abrange 09 municípios do estado do Rio de Janeiro. E,

tragicamente, para a Superintendência Regional do INCRA no Rio de Janeiro, este servidor irá se aposentar no exercício de 2011, trazendo mais um agravante para o desenvolvimento da ação.

Um aspecto que afetou o desenvolvimento dos trabalhos da Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento da Superintendência Regional do Rio de Janeiro foi a convocação do Chefe da Divisão para assumir, interinamente, a Superintendência Regional de Mato Grosso do Sul, cujo Superintende havia sido preso pela Polícia Federal na Operação Tellus, por fraudes em destinação de lotes de assentamentos rurais. A saída abrupta do chefe da Divisão deixou-a desguarnecida para o bom andamento de suas atividades corriqueiras, uma vez que o Superintende Regional encontrou resistência por parte de servidores convidados em assumir a chefia da Divisão.

Além disso, o grande entrave à obtenção de terras para Reforma Agrária no Rio de Janeiro está na morosidade do Judiciário Regional, pois, além de decisões que negam ao INCRA a imissão na posse em processos de desapropriação, o Judiciário está fazendo com que a Reforma Agrária retroceda no estado, com sentenças determinando que Projetos de Assentamento já instalados sejam extintos¹.

Apesar dessa conjuntura adversa e, muito por conta dos entraves apontados acima, a SR-07/RJ optou – dentre as 27 ações obrigatórias a que está sujeita por lei e regimentalmente – por priorizar algumas destas ações, tais como: a retomada dos trabalhos de Regularização Fundiária na Fazenda Nacional de Santa Cruz; o parcelamento de 7 (sete) Projetos de Assentamento que estava paralisado; e a vistoria de terras indicadas pelos movimentos sociais de trabalhadores rurais, conforme preceituado no Decreto 2.250, de 11 de junho de 1997.

Apesar desses entraves, a Superintendência Regional conseguiu ter um saldo muito positivo em suas ações, pois 10 (dez) entre as 25 (vinte e cinco) ações presentes neste Relatório de Gestão – sem contabilizar aquelas que não possuem metas por suas próprias características, como administração da unidade – atingiram sua meta, enquanto 05 (cinco) conseguiram ultrapassá-las.

Ressalte-se, ainda, a boa articulação institucional do INCRA com vários outros órgãos e poderes locais, como o ITERJ – Instituto de Terras do Rio de Janeiro, do qual o INCRA reconheceu vários assentamentos criados, propiciando a essas famílias assentadas pelo governo do estado um melhor acesso às políticas públicas do governo federal; além do auxílio de algumas prefeituras na assistência a alguns de

¹ - A morosidade do Judiciário no Rio de Janeiro já foi até tema de estudos acadêmicos. A respeito, ver a dissertação de mestrado de um dos procuradores federais que atuou na Superintendência do INCRA no Rio de Janeiro: CUNHA FILHO, Sérgio de Britto. *A Constituição de 1988 e a diminuição do poder estatal de desapropriar os imóveis rurais para fins de reforma agrária.* Orientador: Ana Lucia de Lyra Tavares; co-orientador: Adroan Sgarbi. Rio de Janeiro: PUC, Departamento de Direito, 2007.

nossos Projetos de Assentamentos, como as de Cardoso Moreira e Conceição de Macabu, as quais vem prestando serviços de manutenção das estradas vicinais dos Assentamentos do INCRA localizados no território de tais municípios.

2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais.

2.2.1 Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária

A Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária da SR-07/RJ, sem descuidar de suas várias ações, priorizou, no ano de 2010, a **Ação 2110 – Regularização Fundiária de Imóveis Rurais**, especialmente no que tange às regularizações de imóveis no perímetro da Fazenda Nacional de Santa Cruz - FNSC, no passado atrelada ao Projeto Fundiário de Santa Cruz.

A FNSC é um próprio da União, que teve sua origem na antiga Fazenda Imperial de Santa Cruz e, quando da Proclamação da República, passou a integrar o acervo federal, sendo administrada pelo Serviço de Patrimônio da União (SPU), abrangendo os municípios do Rio de Janeiro, Itaguaí, Seropédica, Paracambi, Engenheiro Paulo de Frontin, Piraí, Mendes, Japeri e Rio Claro.

Para dispor sobre o aproveitamento agrícola da FNSC, foi editado o Decreto-Lei nº 893, datado de 26/11/1938, que, em seus artigos, propunha a criação de comissões para analisar os títulos de domínios dos ocupantes de terra da FNSC. Mediante o artigo 5º do Decreto nº 57.081, de 15/01/1965, a SPU transferiu para o extinto Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, a FNSC. Tal ato de transferência foi efetivado em 08/07/1966, por intermédio do "Termo de Efetivação e Transferência", que considerou a área da FNSC como uma unidade patrimonial. Sendo tal transferência homologada pelo Tribunal de Contas da União em 30/08/1966.

Em 08 de novembro de 1971, através da portaria/INCRA/N°919/71, o presidente do INCRA criou o projeto fundiário Fazenda Nacional de Santa Cruz, com área e jurisdição sobre o imóvel determinado F.N.S.C.

Diante desta sucinta explanação, pode-se avaliar a importância desta ação para o Rio de Janeiro, uma vez que os contratempos ocorridos nos últimos 05 (cinco) anos impediram uma ação mais efetiva na regularização destas terras. Hoje, a área abrange 09 (nove) municípios do estado, que somados à extinção equivocada do Projeto Fundiário F.N.S.C, deixou milhares de ocupantes de boa-fé em situação irregular perante o poder público.

A falta de infraestrutura adequada e necessária impedem uma ação efetiva e eficiente do INCRA na regularização destas terras, que somam aproximadamente 80.000 ha. Atualmente, boa parte dessa área transformou-se em centros urbanos nos municípios de Santa Cruz, Paracambi, Seropédica, etc.

A Regularização Fundiária no perímetro da FNSC requer uma atenção especial da sede do INCRA, em Brasília, uma vez que existe a necessidade urgente de se montar uma infraestrutura adequada e compatível com o volume de trabalho e a importância que esta ação exige.

Para demonstrar a situação precária em que a Superintendência Regional atua na regularização de terras na FNSC, basta comparar a infraestrutura que foi montada em 1971 para este trabalho: naquele ano, implantou-se um Projeto Fundiário que dispunha de todo aparato inerente aos projetos de colonização da época, e contava com 80 (oitenta) servidores, de diversas especialidades, tais como engenheiros, agrônomos, advogados, administradores, economistas, técnicos agrícolas, motoristas, assistentes administrativos, etc. Hoje contamos apenas com 3 (três) servidores (um técnico agrícola, um engenheiro agrônomo e um assistente administrativo) para dar continuidade à regularização de 80.000 ha, abrangendo 9 (nove) municípios do estado.

Na realidade, os trabalhos na área foram retomados em abril de 2010, sem as mínimas condições de trabalho pelos motivos já mencionados. Inclusive, há muitas dificuldades da Divisão de Administração da SR-07/RJ em viabilizar os deslocamentos (viaturas, concessão de diárias, etc) dos servidores para a realização dos serviços de campo necessários à ação de regularização.

Os técnicos da Divisão estiveram em Brasília em agosto de 2010, quando o problema desta **Ação 2110** foi levado à Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária, solicitando-se apoio e liberação de recursos para tentar melhorar as condições de infraestrutura existentes, para a adequada prestação de serviços na regularização dos ocupantes da FNSC. Eles não obtiveram êxito e, ao que parece, as perspectivas com os cortes projetados para 2011 não apresentam melhores alternativas para o andamento dos trabalhos.

Contudo, esta atividade é de extrema importância para o INCRA e torna-se imprescindível montar uma infraestrutura capaz de oferecer suporte a esta regularização fundiária, que será um trabalho extremamente complicado e desgastante, pois trata-se de regularizar áreas que estão espalhadas por 9 (nove) municípios do estado do Rio de Janeiro e que, em grande parte, estão situadas em perímetros urbanos.

Uma outra atividade a que a Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária deu atenção no exercício de 2010 foi a regularização de territórios quilombolas. Em Abril de 2010, foi produzida por técnicos da área uma pré-análise da situação da Ação 1642 – Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos, onde se pontuaram os trabalhos das áreas de remanescentes quilombolas que se encontravam em estágio mais adiantado e sem grandes problemas a serem

contornados. Deu-se preferência às áreas com associações constituídas e atuantes e, principalmente, àquelas com perímetro do território em fase de execução, ou aquelas já concluídas.

Nesta oportunidade, optou-se por abrir duas frentes de ação, uma delas com a ajuda do antropólogo: implementou-se, junto à cartografia, a conclusão dos perímetros das áreas remanescentes em andamento. Já na outra frente, acionamos o engenheiro agrônomo para atuar na elaboração dos relatórios agronômicos.

Já no segundo semestre, iniciou-se a elaboração dos RTIDs — Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação a fim de finalizá-los ainda no exercício e cumprir o acordo de suplementação da meta anteriormente prevista, solicitado pelo presidente do INCRA em reunião com todas as superintendências.

Com a metodologia utilizada, mesmo com infraestrutura e recurso humano deficitários, a Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária conseguiu cumprir a meta de finalizar os RTIDs.

O ano foi extremamente positivo para a ação de reconhecimento de território quilombola, pois foram publicado 5 RTID'S; concluiu-se a avaliação do território de São José da Serra; publicou-se o Decreto Presidencial do território de Santana, culminando com o avanço na configuração do território de Caveira Botafogo. Tudo isto com uma equipe fixa de apenas 2 servidores (Agrônomo e Antropólogo).

Se houver um incremento nos recursos financeiros, que possibilitem a melhora da infraestrutura, com aquisição de novos equipamentos, a Ação de demarcação de territórios quilombolas poderá suplantar a performance de 2010.

2.2.2 Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento

Diante das inúmeras dificuldades jurídicas enfrentadas pela SR-07/RJ para obtenção de terras, assim como anos nos anteriores, as ações da Divisão de Obtenção de Terras concentraram-se em atender as indicações dos movimentos sociais atuantes no estado, o que não necessariamente comprova a eficácia e o correto direcionamento da ação.

Assim como em 2009, o INCRA do Rio de Janeiro não conseguiu a imissão de posse de nenhuma propriedade cuja ação de desapropriação tenha sido iniciada nos últimos cinco anos devido tanto à morosidade característica do Judiciário bem como à natureza mais conservadora deste Poder em âmbito regional.

Além disso, a manutenção dos índices de produtividade, fixados em 1980, com base no Censo Agropecuário de 1975 – desatualizados, portanto, de uma realidade agrária que já concretizou o seu ciclo de modernização conservadora – aliada a uma forte especulação imobiliária no estado do Rio de Janeiro, tem impossibilitado a obtenção de terras para a reforma agrária nesta unidade da federação, uma vez que, mesmo com produtividade medíocre, muitas propriedades rurais acabam por apresentarem-se artificialmente produtivas com base nos referidos índices.

Diante do exposto, restou à Divisão de Obtenção de Terras desta Superintendência a hercúlea tarefa de priorizar as vistorias com vistas a possíveis obtenções futuras de terras para implantação de novos assentamentos. Foram feitas 08 (oito) vistorias no ano de 2010. Ou seja, considerando-se que, normalmente, a disponibilização de créditos orçamentários para utilização efetiva nos Programas de Governo só começa por volta do terceiro ou quarto mês do exercício, poder-se-ia dizer que a Divisão de Obtenção do Rio de Janeiro efetuou uma vistoria a cada mês do ano.

A despeito dessas dificuldades, a grata surpresa do ano foi o expressivo número de famílias incluídas no Porgrama Nacional de Reforma Agrária. Isto se deu por meio de reconhecimento de assentamentos criados pelo governo do estado, além dos 51 (cinquenta e um) beneficiários do novo Projeto de Assentamento, PAC Terra Prometida, localizado nos municípios de Nova Iguaçu e Duque de Caxias, a ação de Cadastro e Seleção de Famílias para a Reforma Agrária – por sua natural dependência da Ação de Obtenção de Terras – demonstrou criatividade para incluir novos indivíduos à reforma agrária.

2.2.3 Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento

A Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento é responsável por 03 (três) Programas de Governo, a saber: **Programa 0137 – Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária**, com um total de 06 (seis) ações; **Programa 1350 - Educação da Reforma Agrária**, com 03 (três) ações; e o **Programa 1427- Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura**, que representa a própria Ação 4470 – Assistência Técnica e Capacitação de Assentados. Assim, totalizam-se 10 (dez) ações sob a responsabilidade desta Divisão, o que não é pouca coisa diante dos grandes obstáculos e desafios cotidianos que a Divisão enfrenta, como a falta de infraestrutura e o exíguo quadro de servidores.

Assim sendo, a grande prioridade da Divisão – sem descuido das demais ações – foi o andamento de uma atividade que estava paralisada devido a problemas de natureza técnica: o ordenamento territorial (parcelamento) de 07 (sete) Projetos de Assentamentos, que se identifica, no PPA 2008-2011, pela Ação 8398 – Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento.

A Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento decidiu priorizar esta ação no exercício de 2010 porque a ausência de ordenamento territorial nos Projetos de Assentamento impede o desenvolvimento de diversas outras ações desenvolvidas por esta Divisão e que tem potencial de prejudicar o sucesso do assentamento das famílias de trabalhadores rurais, pois dessa ação dependem as seguintes: o licenciamento ambiental do projeto; a aplicação dos créditos de instalação – modalidade habitação; e a execução das obras de infraestrutura (estradas, diques, poços profundos, pontes) e de projetos de desenvolvimento agroindustrial (Terra-Sol).

O sucesso desta ação no ano de 2010 deveu-se principalmente à boa interação e planejamento conjunto das Divisões de Desenvolvimento com a Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária, onde ficam lotados os técnicos da área topográfica/cartográfica, que são os serviços necessários para a execução dos trabalhos. Também contribuiu para o sucesso desta ação uma boa integração dos servidores responsáveis pela Assistência Técnica, Social e Ambiental e as prestadoras de serviço em campo, responsáveis por apresentar as primeiras propostas de ordenamento territorial, baseado no sistema produtivo desejado pelas comunidades assentadas.

2.2.4 Divisão de Gestão Administrativa

A Divisão de Administração é responsável pela gestão administrativa da Superintendência Regional do Rio de Janeiro e possui um grupo de servidores orientados para um objetivo comum, o de subsidiar as atividades fins das demais Divisões. Com conhecimentos específicos, além da própria Administração, a gestão administrativa utiliza conhecimentos do Direito, da Contabilidade, Economia, Matemática e Estatística. São igualmente importantes para a ciência da Administração a Psicologia, a Sociologia e a Informática.

A administração tem o objetivo de alcançar um resultado eficaz com retorno financeiro sustentável e com responsabilidade social. Nesta busca, o administrador é a ponte entre os meios (recursos financeiros, tecnológicos e humanos) e os fins (objetivos). Como elo entre os recursos e os objetivos de uma organização, cabe ao administrador combinar os recursos na proporção adequada e, para isso, é necessário tomar decisões constantes num contexto de restrições, pois, nenhuma organização, por melhor aparelhada que seja, dispõe de todos os recursos. Administrar envolve a elaboração de planos de ação, pareceres, relatórios, projetos, arbitragens e laudos, em que é exigida a aplicação de conhecimentos inerentes às técnicas de Administração. A Administração nas superintendências regionais se divide, basicamente, em cinco áreas: finanças, logística, serviços gerais, transporte e recursos humanos. Portanto, as funções básicas do Administrador são direcionados ao planejamento, organização, controle, coordenação e liderança destas inúmeras atividades.

No ano de 2010 houve a seguinte priorização da Divisão de Administração da SR-07:

- 1. Acompanhamento dos trabalhos relativos ao projeto básico e executivo da reforma e restauração da Sede da SR-07/RJ, localizada na Rua Santo Amaro, 28 Glória RJ, em fase de análise e aprovação final dos projetos;
- 2. Equacionamento das pendências administrativas de exercícios anteriores.

Além disso, realizamos atividades que tornaram mais eficiente o desempenho tanto da Divisão de Administração quanto o das demais Divisões, tais como:

- 1. Formalização dos entendimentos iniciais para a reforma do Galpão da Rua Costa Ferreira, 137 Gamboa RJ;
- 2. Formalização dos procedimentos administrativos com vistas à doação de bens móveis inservíveis de propriedade da autarquia às prefeituras dos municípios de Carapebus e Cachoeiras de Macacu;

- 3. Contratação de serviços terceirizados para atividades auxiliares, inclusive, técnico em telefonia e *Office boy*, que são de grande valia para o bom andamento dos trabalhos da Superintendência;
- 4. Realização de vários pregões eletrônicos visando atender às demandas requeridas pelas unidades organizacionais da regional;
- 5. Prorrogação de contratos como: telefonia fixa: curta e longa distância, telefonia móvel, light, limpeza e conservação, vigilância, locação do imóvel localizado à Avenida Presidente Vargas, 817 23°, 24° e 25° andares etc.;
- 6. Descentralização de máquinas copiadoras entre as Divisões da superintendência;
- 7. Processamento de 4.453 diárias/ano, creditadas e liquidadas no âmbito da SR-07/RJ;
- 8. Renovação da frota de veículos da SR-07/RJ com a compra de 05 veículos médios;
- 9. Capacitação de 97 servidores;
- 10. Procedimentos administrativos e financeiros no montante de 189 empenhos emitidos, perfazendo um total de R\$ 138.261,41 em requisições de suprimentos de fundos.

2.3 Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade

2.3.1 Programa 0135 Assentamento de Trabalhadores Rurais

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.²

² Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.1.1 Ação 8384 - Cadastro e Seleção de Famílias para o Programa de Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Identificar, cadastrar, selecionar, legitimar e homologar famílias para assentamentos rurais e manter atualizado o Sistema de Informações sobre Projetos de Reforma Agrária.

Descrição: Identificação, cadastramento, seleção, legitimação e homologação de famílias beneficiárias da Reforma Agrária; acompanhar a movimentação das famílias beneficiadas (assentamento, transferência, desistência, eliminação, titulação); manter atualizado o sistema de informações dos projetos de reforma agrária especialmente no que se refere aos dados sobre a situação econômica, social e ambiental dos projetos de assentamentos (Créditos recebidos, habitação rural e infra-estrutura e produção); emitir relação de beneficiários dos projetos de assentamentos; emitir documentos para o Beneficiário para atendimento da legislação vigente (Contrato de assentamento, Contrato de Crédito, Certidões para fins de Seguridade Social, e Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP.

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Percentual da Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
21	631	0135	8384	A	3	Família assentada (unidade)	434	365	84,10%	365

Fonte: LOA 2010; PPA 2008-2011; Caderno de Metas 2010; Capacidade Declarada 2011.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

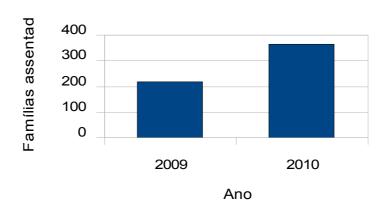
Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho E	Emitido	Empenho lic	Įuidado	Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
R\$ 34.498,00	R\$ 34.498,39	R\$ 28.799,60	83,48%	R\$ 28.799,60	83,48%	R\$ 28.799,60	83,48%

Fonte: Caderno de Metas 2010; SIAFI Gerencial 2010.

Gráfico 1

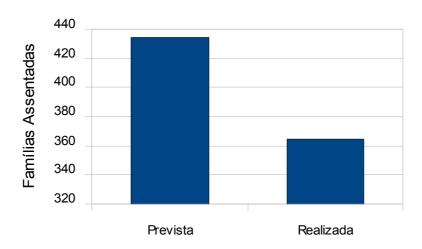
Meta física - comparativo entre exercícios



Fonte: Módulo SIR – Monitoramento e Avaliação; RG 2009.

Gráfico 2

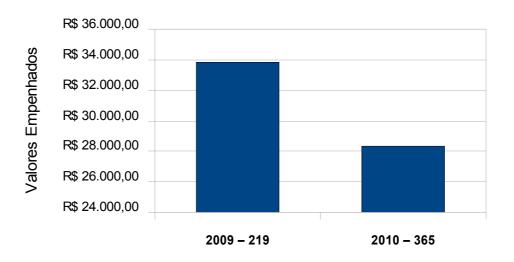
Comparativo entre Metas - 2010



Fonte: Caderno de Metas 2010; Módulo SIR- Monitoramento e Avaliação

Gráfico 3

Comparativo - Meta física e Orçamentária



Famílias Assentadas por ano

Fonte: RG 2009; Caderno de Metas 2010; SIAFI 2010

Análise Crítica

O desempenho da Ação 8384 – Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária apresentou uma boa evolução quantitativa em relação ao exercício de 2009, uma vez que no ano anterior, embora houvesse a meta ambiciosa de assentar 630 famílias, bem menos da metade foi alcançado, tendo-se assentado apenas 219 famílias (Ver Gráfico 1 acima). Em 2010, a meta prevista foi mais modesta, de 434 famílias, tendo-se, efetivamente, assentado um total de 365 famílias, o que, curiosamente, poder-se-ia considerar o assentamento de uma família por dia ao longo de todo o exercício (ver Gráfico 2). Assim, em relação à própria meta prevista, a Superintendência Regional do Incra no Rio de Janeiro alcançou o montante de 84,10% do que havia se proposto.

Este resultado foi obtido, em grande parte, graças ao reconhecimento de Projetos de Assentamento do estado, onde foram assentadas 273 famílias (75% do total). Contribuiu ainda, de forma mais modesta, o reassentamento de 41 famílias (11%) em projetos criados em exercícios anteriores. Finalizando os números, apenas 51 famílias (14%) foram assentadas no único Projeto de Assentamento

criado no ano de 2010, o PAC Terra Prometida.

Cumprimento das metas físicas:

O desempenho desta ação é totalmente dependente de outras ações, que a antecedem. Para o assentamento de famílias em projetos criados em exercícios anteriores, é necessária a retomada de lotes pela Divisão de Desenvolvimento; para o reconhecimento de Projetos de Assentamento, é necessário que as instituições criadoras se manifestem e cumpram todas as exigências legais; para a criação de novos Projetos, é necessário que novas terras sejam obtidas. Desta forma, nossa margem de atuação é bem delimitada por outros agentes. A despeito disso, a SR-07/RJ cumpriu 84,10% da meta prevista.

O Decreto de corte, que alterou a LOA, não afetou a meta física a ser alcançada, mas diminui os recursos orçamentários inicialmente previstos, de R\$ 34.712,00 para R\$ 34.498,00, o que mostrou-se razoável, tendo em vista que tais créditos foram totalmente provisionados, e empenhados 83,4% desse montante.

Problemas de execução:

Esta ação poderia ter apresentado melhores resultados se a atuação da Divisão de Desenvolvimento fosse mais enfática na retomada de lotes irregularmente ocupados. Para o futuro, é um fator a ser considerado com mais atenção, pois, além de permitir o acesso de uma família que esteja excluída do Programa Nacional de Reforma Agrária, demonstra para a sociedade, de uma forma geral, a atuação preventiva do INCRA e evita eventuais demandas judiciais por destinação inadequada de áreas da Reforma Agrária.

Desempenho Orçamentário:

Comparando o desempenho orçamentário e o número de famílias assentadas com o ano anterior, no exercício de 2010 nossa ação foi mais eficiente. Enquanto em 2009 foram assentadas apenas 219 famílias com o empenho de R\$ 33.840,19 para as despesas correntes com a ação, em 2010 foram assentadas 365 famílias com um montante empenhado bem menor, de apenas R\$ 28.367,25 (vide o Gráfico 3). Ou seja, o INCRA assentou mais famílias despendendo menos recursos. Este fato explica-se pela concentração dos trabalhos nos projetos reconhecidos, otimizando os recursos.

Os gastos executados pela Divisão de Obtenção com a Ação 8384 foram feitos nos seguintes elementos de despesa:

- 1 Diárias para deslocamento de servidores valores efetivamente pagos: R\$ 19.091,75;
- 2 Material de Consumo valores efetivamente pagos: R\$ 2.354,43;
- 3 Passagens e despesas com locomoção valores efetivamente pagos: R\$ 7.153,42;
- 4 Outros Serviços de Terceiros P. Jurídica valores efetivamente pagos: R\$ 200,00.

2.3.1.2 Ação 8387 - Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Promover a identificação, vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou de aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção.

Descrição: Vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção; promoção da declaração de imóveis rurais como de interesse social para fins de reforma agrária; imissão na posse de imóveis rurais desapropriados; provisão de recursos para as despesas com processos administrativos e judiciais, e publicação de editais; apoio logístico por meio de aquisição de máquinas e equipamentos; levantamento de cadeia dominial e registros cartoriais de imóveis; despesas com publicações e notificações a proprietários; custear desmontes e transporte de bens móveis e semoventes nos processos de desapropriações.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista		Percentual da Meta realizada	
21	631	0135	8387	A	3	Área vistoriada (há)	30.076,000	20.794,8906	69,14%	35.794,8906

Fonte: LOA 2010; PPA 2008-2011; Caderno de Metas 2010; Capacidade Declarada 2011.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
R\$ 191.883,00	R\$ 354.690,00	R\$ 262.545,80	74,02%	R\$ 262.545,80	74,02%	R\$ 261.236,20	73,65%

Fonte: Caderno de Metas 2010; SIAFI Gerencial 2010.

Análise Crítica

A ação de **Vistoria e Avaliação para a Obtenção de Imóveis Rurais** é fundamental e imprescindível para que a ação de obtenção de terras propriamente dita possa ser realizada. A maior parte dos recursos destinados a esta ação é para o desenvolvimento de atividades de campo, para a efetivação das vistorias e avaliações. Contudo, a Divisão de Obtenção de Terras também desenvolve ações como prévistorias, com o objetivo de selecionar imóvel visando ao aumento de eficácia na obtenção; há as notificações aos proprietários, busca cartorária, imissão de posse, perícias judiciais, bem como pesquisa do mercado de terras. Em suma, todas estas atividades demandam alocação de recursos por meio desta ação.

Cumprimento das metas físicas:

Foram realizadas 08 vistorias de janeiro a dezembro de 2010, sendo 01 Vistoria para Avaliação (73,7923 ha) e 07 vistorias para levantamento de dados e informações (Vistoria Preliminar), demandando também 7 notificações, perfazendo o total de **14.857,6250 ha** (Ver tabelas abaixo). Deste modo, temos 04 Vistorias Preliminares iniciadas em 2010 e não concluídas, totalizando **12.948,4000 ha**, conforme se depreende da Tabela 02, com laudos ainda em elaboração pela equipe de agrônomos da Divisão de Obtenção de Terras.

Tabela 01 – Vistoria para Avaliação (2010)

N° PROCESSO	IMÓVEL RURAL	MUNICÍPIO	ÁREA CADASTRADA (Ha)	N° ORDEM DE SERVIÇO E DATA	ÁREA LEVANTADA (Ha)	DATA DO LAUDO ENTREGUE
54180.000329/2006-22	Barreiros e Anexos	Paracambi	60,0000	22/2010 09/07/2010	73,7923	13/08/2010

Tabela 02 – Vistoria Preliminar (2010)

N° PROCESSO	IMÓVEL RURAL	MUNICÍPIO	ÁREA CADASTRADA (Ha)	N° ORDEM DE SERVIÇO E DATA	ÁREA LEVANTADA (Ha)	DATA DO LAUDO ENTREGUE
54180.000531/2010-31	Maruí e Almada	Campos Goytacazes	1.070,2000	29/2010 24/08/2010	1.088,6933	08/12/2010
54180.000640/2010-58	Jurity	Petrópolis	821,1000	32/2010	-	Em elaboração

				21/09/2010		
54180.000551/2010-10	São Bento	Macaé	620,9000	37/2010	638,4740	18/11/2010
				18/10/2010		
54180.000852/2010-35	Conjunto	Campos	10.733,2000	41/2010	-	Em elaboração
	Sapucaia	Goytacazes		10/11/2010		
54180.001181/2008-13	Pedras Altas	Petrópolis	218,1250	40/2010	215,4850	29/11/2010
	Altas			04/11/2010		
54180.000496/2005-92	Conceição	Campos dos Goytacazes	310,1000	62/2010	-	Em elaboração
		Goytacazes		13/12/2010		
54180.000479/2005-55	Poço Gordo	Campos dos Goytacazes	1.084,0000	61/2010	-	Em elaboração
	Gordo	Goytacazes		13/12/2010		
ТОТ	AL (HA)		14.857,6250	TOTAL (HA)	1.942,6523	

Todo esse trabalho realizado em 2010 gerou uma excelente expectativa para o ano de 2011, quando se espera a concretização desses resultados. É importante ressaltar que a perspectiva de desapropriação de quase **15 mil hectares** a partir dos trabalhos iniciados em 2010 será recorde, pois a maior arrecadação anual no estado do Rio de Janeiro ocorreu em 1997, com a desapropriação das terras para o Projeto Zumbi dos Palmares, em Campos dos Goytacazes.

Como área efetivamente decretada em 2010, tem-se apenas a fazenda Bom Jardim, localizada no município de Macaé, cuja avaliação programa-se para 2011 em razão de obstáculos judiciais e ambientais a serem superados.

Além disso, em 2010 foram concluídas 06 Vistorias Preliminares iniciadas em 2009, que perfazem o total de **5.863,4733 ha** (Área Levantada) – Ver tabela 03.

Tabela 03 – Vistoria Preliminar (2009)

N° PROCESSO	IMÓVEL RURAL	MUNICÍPIO	ÁREA CADASTRAD A (Ha)	N° ORDEM DE SERVIÇO E DATA	ÁREA LEVANTADA (Ha)	DATA DO LAUDO ENTREGUE
54180.001128/2008-12	Opinião	Campos Goytacazes	549,1000	20/2009 07/03/2009	634,8506	29/03/2010
54180.000350/2009-71	Chaminé Portolândia	Silva Jardim	1.792,2000	21/2009 07/03/2009	1.860,4179	30/07/2010
54180.000602/2008-81	São José	Bom Jesus Itabapoana	624,5000	23/2009 16/04/2009	603,6498	10/08/2010
54180.000785/2008-34	Boa Vista	Cambuci	1.124,3000	39/2009 22/07/2009	1.078,5765	30/11/2010
54180.000804/2009-11	Santana e São José	Miguel Pereira	1.030,0000	43/2009 17/08/2009	1.050,3130	22/02/2010
54180.000803/2009-69	Ilha das Garças	Guapimirim	491,1000	47/2009 03/09/2009	635,6655	18/06/2010
	TOTAL	ÁREA LEVAN	TADA	1	5.863,4	4733 ha

Quanto à pré-vistoria, durante o ano de 2010 realizou-se visita prévia em 33 imóveis rurais visando à verificação da viabilidade de realização de Vistoria Preliminar, abrangendo uma área total de **48.199,2850 ha**. Esta metodologia de seleção de imóvel para fins de vistoria preliminar vem sendo tentada com o objetivo de aumentar a eficácia na obtenção de terras improdutivas. Podemos considerá-la um método satisfatório, se a Divisão de Obtenção puder contar com uma boa equipe de técnicos.

Ainda durante o ano de 2010, efetuou-se o levantamento de certidões para elaboração da cadeia dominial de 13 imóveis rurais, localizados nos municípios de Macaé, Conceição de Macabu, Teresópolis, Itaocara, São João da Barra, Maricá e Paracambi.

Para elaboração da Planilha de Preços Referenciais de Terras, a pesquisa de mercados abrangeu os municípios da região sul e os da região do médio Paraíba. Todo esse trabalho de elaboração da referida

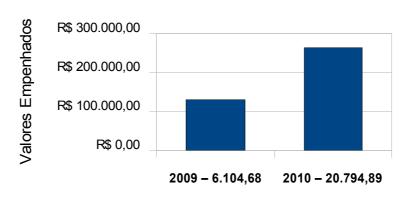
Planilha é de grande valia para decisões do Comitê de Decisão Regional e muito empregada em perícias judiciais. A existência de três perícias em curso, relacionadas a imóveis localizados na região sul, e num território Quilombola no médio Paraíba, confirma a decisão correta de escolha dessas duas regiões pesquisadas.

Assim, diante do volume de trabalho da Divisão de Obtenção de Terras, considera-se que o alcance de quase 70% da meta estipulada é satisfatório para o exercício que se encerrou, tendo em vista que, em 2009, atingiu-se apenas 19,8% da meta prevista.

Desempenho Orçamentário:

Gráfico 1

Comparativo - Meta física e Orçamentária



Áreas Vistoriadas por ano

A despeito de a Ação 8387 ter despendido mais recursos em 2010, com empenhos emitidos no valor de R\$ 262.545,80, em comparação com os R\$ 130.741,67 de 2009, o volume de trabalho e de imóveis vistoriados foi bem superior em 2010, superando em 240,64% a área vistoriada em 2009 (vide gráfico 1 acima). Considere-se, ainda, que o Decreto 7.174/2010, diminuiu em 11,91% os recursos da Ação previstos na LOA, de R\$ 217.807,00 para R\$ 191.883,00.

Os gastos executados pela Divisão de Obtenção com a Ação 8387 foram feitos nos seguintes elementos de despesa:

- 1. Diárias para deslocamento de servidores valores efetivamente pagos: R\$ 179.862,84;
- 2. Material de Consumo valores efetivamente pagos: R\$ 39.880,36;
- 3. Passagens e despesas com locomoção valores efetivamente pagos: R\$ 31.793,00;
- 4. Outros Serviços de Terceiros P. Jurídica valores efetivamente pagos: R\$ 9.700,00

2.3.1.3 Ação 8374 - Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Promover o licenciamento ambiental dos assentamentos de reforma agrária, proporcionando a regularidade da situação ambiental dos projetos de assentamento de Reforma Agrária, em consonância com compromissos institucionais assumidos quando da assinatura pelo MDA/INCRA e MMA/IBAMA, sob a supervisão do Ministério Público Federal, do Termo de Ajustamento de Conduta para a regularização ambiental de todos os projetos de assentamento, atendendo ainda ao disposto na Resolução Conama 387/06.

Descrição: Realização de estudos e diagnósticos voltados para o licenciamento ambiental dos projetos de assentamento; obtenção e custeio do licenciamento ambiental prévio; obtenção e custeio do licenciamento de instalação e operação; pagamento de taxas relativas à expedição de licenças e publicações; pagamento de taxas aos órgãos ambientais relativas à averbação da reserva legal.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Percentual da Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
21	631	0135	8374	A	3	Licença ambiental protocolada (unidade)	10	19	190,0%	19

Fonte: LOA 2010; PPA 2008-2011; Caderno de Metas 2010; Capacidade Declarada 2011.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

	PO 2010	Provisão Recebida	Empenho E	mitido	Empenho liq	uidado	Valor Pago		
	R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)	
R\$	155.294,00	R\$ 286.746,00	R\$ 243.819,12	85,03%	R\$ 243.819,12	85,03%	R\$ 222.126,01	77,46%	

Fonte: Caderno de Metas 2010; SIAFI Gerencial 2010.

Análise Crítica

O Licenciamento Ambiental dos Projetos de Assentamento do INCRA é essencial por dois motivos: o primeiro, é que a propriedade rural respeite as normas de proteção ao meio ambiente, permitindo, desta forma, um uso racional e adequado dos recursos naturais; o segundo motivo é que a Licença Ambiental é condição para a emissão de DAP – Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

A DAP é utilizada como instrumento de identificação do agricultor familiar para acessar políticas públicas, sejam elas créditos, como o PRONAF, ou programas de aquisição de alimentos do Governo Federal (operados pela CONAB), ou ainda para participar das chamadas públicas municipais para inclusão de seus produtos na merenda escolar. Ou seja, é instrumento de grande importância para garantir o fomento à produção e comercialização dos beneficiários da reforma agrária; permitindo, assim, uma efetiva garantia de renda aos agricultores familiares e sua permanência na terra.

Durante o ano de 2010, focamos o trabalho do Serviço de Meio Ambiente na busca do maior número de licenças ambientais possíveis. Os serviços realizados foram de vistoria para elaboração de mapas, estudos, protocolos de Licenças Ambientais, reuniões com as comunidades e Unidades de Conservação e participação em diversos fóruns onde existem assentamentos do INCRA. Além disso, foram realizadas diversas vistorias para atender a denúncias de crimes ambientais encaminhadas pelos próprios assentados, prefeituras, e Ministério Público Federal. Foram protocoladas 16 LIOs – Licença de Instalação e Operação e 03 LPs - Licenças Prévias, beneficiando cerca de 900 famílias de agricultores.

O INCRA, por vezes, protocolou licenças ambientais sem as "devidas peças técnicas", como por exemplo, os Levantamentos Plantialtimétricos e o PDA – Projetos de Desenvolvimento de Assentamento ou PRA – Projeto de Recuperação de Assentamento, conforme exigidos pela Resolução CONAMA 387/2006, que rege o licenciamento ambiental de assentamentos rurais. A falta destas peças técnicas constitui-se nos dois principais problemas que têm atravancado a emissão das licenças ambientais.

Os levantamentos planialtimétricos não são fáceis de serem obtidos no Serviço de Cartografia da Superintendência Regional por problemas estruturais. A SR-07 conta com um quadro reduzido de servidores para realizar todas as tarefas que a superintendência necessita: de parcelamento, para obtenção de terras; de meio ambiente, de demarcação de Quilombos, para atender ao Programa Terra Legal, etc. Por outro lado, o Serviço de Meio Ambiente não contava em seus quadros com servidores capacitados para executar trabalhos de Geoprocessamento. No final do ano de 2010, o problema foi suavizado com a chegada de 02 novos servidores vindos de outros estados, com bons conhecimentos na

área. Além disso, a SR-07 adquiriu um HD Externo, o que nos permitiu baixar as ortofotos do IBGE para podermos geoprocessar as imagens com maior rapidez.

Ficou muito claro, ao longo do exercício, que é urgentemente necessária a capacitação de todos os servidores do Serviço de Meio Ambiente em Geoprocessamento. Para solucionar esta questão, a Divisão de Obtenção está planejando, para o ano de 2011, treinamentos para o Serviço de Meio Ambiente. Acreditamos assim, poder solucionar este gargalo.

A realização dos PDAs e PRAs é assunto um pouco mais complexo, uma vez que exige a participação e a aprovação dos assentados. Como todo processo participativo está sujeito a reprogramações e ajustes tanto do lado dos assentados como desta autarquia, muitos desses projetos sofreram alguns atrasos. Eles são documentos importantíssimos, que nos permitem ter uma visão do plano de utilização da área do Projeto de Assentamento como um todo, do manejo de seus recursos naturais, da organização social que está se estabelecendo e do programa produtivo do assentamento.

No final do ano, foram entregues 03 PDAs dos seguintes Projetos de Assentamento: PA Vida Nova, PA Floresta de Belém e PA Terra da Paz. Eles serão enviados para o INEA – Instituto Estadual do Ambiente no início de 2011.

Para o mês de Março/2011 está prevista a entrega de três PRAs dos seguintes Projetos de Assentamento: PA Cambucaes, PA Santa Rosa e PA São Fidélis; e nove PDAs dos assentamentos: PA Ademar Moreira, PA João Batista Soares, PA Zé Pureza, PA Chico Mendes, PA Francisco Julião, PA Josué de Castro, PA Paz na Terra, PA Roseli Nunes e PA Terra Conquistada. Assim que estivermos de posse destes documentos, eles serão encaminhados para o INEA, a fim de que sejam emitidas as LIOs.

Um terceiro problema identificado foi a dificuldade na obtenção de declaração da Prefeitura Municipal informando que o local e o tipo de instalação (PA) estão em conformidade com as leis e regulamentos administrativos do município. A Divisão de Obtenção está programando visitas às prefeituras a fim de obter estas cartas para o ano de 2011.

Mesmo sem todas as peças técnicas, as licenças foram protocoladas com o intuito de acelerar os processos de obtenção da Licença. Este procedimento foi realizado de comum acordo com o INEA, a fim de agilizar os processos de vistoria e facilitar a organização da agenda interna de vistorias do INEA. O INCRA foi alertado pelo órgão ambiental de que, após o recebimento dos requerimentos, seriam emitidas notificações para a entrega dos documentos ausentes, além de outras exigências que o órgão achar pertinente caso a caso.

Ao longo do exercício de 2010, foram emitidas 03 LIOs para os seguintes Projetos de Assentamento: PA Bem-Dizia, PA Ilha Grande e PA Zumbi dos Palmares, beneficiando 609 famílias.

Uma vez que os PDAs e PRAs forem entregues e aprovados pelo INCRA e o Serviço de Meio Ambiente tenha os levantamentos planitaltimétricos prontos, serão todos encaminhados para o INEA, a fim de que sejam emitidas as Licenças Ambientais. Acreditamos, assim, que o ano de 2011 será profícuo em licenças ambientais.

Desempenho Orçamentário:

Antes de discriminar os gastos da Ação 8374, é importante levar em consideração que muitos dos recursos solicitados para o licenciamento ambiental foram utilizados para a ação de parcelamento – Ação 8398 – Demarcação Topográfica – que é um elo importante na cadeia para se obter o licenciamento ambiental, uma vez que, sem a devida demarcação dos lotes, das reservas legais e áreas de preservação permanente, a emissão das licenças por parte dos órgãos estaduais de meio ambiente ficam obstadas.

Isso posto, expõe-se que os gastos executados pela Divisão de Obtenção com a Ação 8374 foram feitos nos seguintes elementos de despesa:

- 1. Diárias para deslocamento de servidores valores efetivamente pagos: R\$ 136.084,72;
- 2. Material de Consumo valores efetivamente pagos: R\$ 24.963,40;
- 3. Passagens e despesas com locomoção valores efetivamente pagos: R\$ 52.133,00;
- 4. Outros Serviços de Terceiros P. Jurídica valores efetivamente pagos: R\$ 2.597,56;
- 5. Outros Serviços de Terceiros P. Jurídica valores efetivamente pagos: R\$ 6.347,33. (Operações intra-orçamentárias)

2.3.1.4 Ação 4460 - Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Obter áreas rurais por desapropriação ou aquisição direta para implantação de assentamento de trabalhadores rurais.

Descrição: Obtenção de imóveis rurais e indenização de benfeitorias de posseiros em áreas destinadas à reforma agrária, mediante pagamento da terra nua em Títulos da Dívida Agrária - TDA e das benfeitorias em moeda corrente.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

	Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Percentual da Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
I	21	631	0135	4460	٨	2	Área Obtida	0,00	0,00	0.00%	0
L	21	031	0133	4400	Α	3	(hectares)	0,00	0,00	0,0070	U

Fonte: LOA 2010; PPA 2008-2011; Caderno de Metas 2010; Capacidade Declarada 2011.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liq	uidado	Valor Pago		
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)	
R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	#DIV/0!	R\$ 0,00	#DIV/0!	R\$ 0,00	#DIV/0!	

Fonte: Caderno de Metas 2010; SIAFI Gerencial 2010.

Análise Crítica

A Ação 4460 – Obtenção de Imóveis para Reforma Agrária é uma das mais importantes para a concretização do Plano Nacional de Reforma Agrária, uma vez que sua finalidade básica é obter áreas rurais por meio de desapropriação, aquisição direta (compra) ou meios não onerosos, como destinação de terras públicas, para a implantação de Projetos de Assentamentos para trabalhadores rurais desprovidos de terras ou com terra insuficiente. Contudo, como depreende-se dos quadros acima, a Superintendência Regional do INCRA no Rio de Janeiro não obteve terra alguma para assentar as famílias acampadas no estado, com meta física prevista e realizadas nulas e, por isso mesmo, sem dotação orçamentária para dar andamento à ação, prevista no PPA.

Como explicar que uma das ações mais importantes do INCRA, a ação que é a principal porta de entrada para o andamento de todo o Programa de Reforma Agrária tenha esse desempenho tão pífio no estado do Rio de Janeiro?

Não falta vontade política à Superintendência Regional para o intento de dar andamento à ação e, apesar da crônica falta de pessoal, não faltam técnicos capacitados para a realização do trabalho. Na verdade, o grande obstáculo para a obtenção de terras no Rio de Janeiro é o Poder Judiciário, que, constantemente, vem tomando decisões absurdas envolvendo as lides agrárias no estado. A situação é tão grave que o Judiciário, inclusive, vem determinando a extinção de Projetos de Assentamento já estabelecidos, afetando, assim, a vida de milhares de famílias.

Algumas ações de desapropriação, que já poderiam ter finalizado seu curso, propiciando a obtenção de terras pela SR-07/RJ e que permitiriam o assentamento de várias famílias, foram retardadas por alguns tribunais estaduais. Senão vejamos:

Fazenda Arroz Dourado - Processo nº 2008.51.03002900-1

A ação de desapropriação, **ajuizada em 2008**, teve o pedido de imissão de posse negado pelo Juízo Federal de Campos dos Goytacazes. Em grau de recurso, o TRF-2 concedeu a imissão de posse, a qual fora suspensa pelo juiz convocado do TRF-2 e, posteriormente, pelo Superior Tribunal de Justiça (MC 17517/RJ), todos em decisões liminares. A imissão de posse ainda será objeto de julgamento pelo Superior Tribunal de Justiça.

Fazenda Rio Novo - Processo nº 2009.51.01.019529-5

O processo administrativo de desapropriação da Fazenda Rio Novo foi paralisado por ordem judicial da Justiça Federal do Rio de Janeiro em razão de ter havido ocupação de parte da área do

imóvel por trabalhadores rurais. Contudo, tal ocupação deu-se em momento posterior ao Decreto Presidencial declarando a área como de interesse social para fins de reforma agrária, aplicando o Juízo Federal – em dissonância com a jurisprudência consolidada pelo Supremo Tribunal Federal – o art. 2°, § 6° da Lei 8.629/93 para a espécie. Tal processo administrativo voltará a tramitar em setembro de 2011, uma vez que a mencionada decisão judicial ordenou o sobrestamento do feito administrativo por dois anos a contar da desocupação, conforme determinado pelo dispositivo legal supramencionado.

Fazenda Floresta de Belém - Processo nº 2005.51.12.000421-1 - A exceção

Ultimada a imissão de posse na Fazenda Floresta de Belém em Itaperuna/RJ, em atuação conjunta do Juízo Federal de Itaperuna, da PFE-INCRA/RJ e do INCRA para retirada de ex-prepostos do antigo proprietário da fazenda. Tal ato possibilitou o parcelamento e aplicação de crédito no PA Floresta de Belém.

A despeito da morosidade e das decisões equivocadas da Justiça Federal do Rio de Janeiro, o mais grave são as situações referentes aos Projetos de Assentamento já criados sob a jurisdição da SR-07/RJ, aos quais a Justiça Federal ordenout a extinção. Eis os exemplos:

Usina Carapebus

Processos nº 2004.51.16.001297-4, 2004.51.16.001298-6 e 2004.51.169.000133-0

As sentenças de mérito proferidas pela Justiça Federal de Macaé nas 3 desapropriações da Usina Carapebus entenderam que seria necessário extinguir os Projetos de Assentamento 25 de Março, João Batista Soares e Prefeito Celso Daniel em razão de ter havido ocupação de parte da área da extinta Usina Carapebus por trabalhadores rurais. Contudo, esta ocorreu em momento posterior ao Decreto Presidencial que declarou a propriedade como de interesse social para fins de reforma agrária, aplicando o tribunal – exageradamente e em dissonância com a jurisprudência consolidada pelo Supremo Tribunal Federal – o art. 2º, § 6º da Lei 8.629/93 para a espécie. No entanto, a reintegração de posse em favor da Usina Carapebus – que colocaria na rua 320 famílias assentadas há 5 anos – está suspensa até o trânsito em julgado das desapropriações.

Seguem abaixo os dados referentes aos Projetos de Assentamento criados nas áreas da Usina Carapebus. Trata-se de uma usina já extinta na cidade de Carapebus - Norte Fluminense. Cada uma das 3 fazendas gerou um Projeto de Assentamento:

- 1) PA Prefeito Celso Daniel, criado pela Portaria nº 17, de 28/3/2005, com 201 famílias e área total de 2.849,4773 ha.
- 2) PA 25 de Março, criado pela Portaria nº 44, de 31/10/2005, com 50 famílias e área total de 943,9374 ha.
- 3) PA João Batista Soares, criado pela portaria de 16/12/2008, com 51 famílias e área total de 1.212,9450 ha.

Estes são Projetos de Assentamentos relativamente grandes para a média do estado do Rio de Janeiro e de fundamental importância para a economia local. Por diversas vezes o Prefeito de Carapebus e seu secretariado expressaram o quanto reconheciam a importância dos Projetos de Assentamentos do INCRA no abastecimento e produção da referida cidade.

Em suma, a área em questão é hoje habitada por 302 famílias que produzem alimentos em regime de agricultura familiar desde 2005 (nos P. As Celso Daniel e 25 de Março) e 2008 (P. A João Batista Soares). Seria impossível efetuar uma perícia acerca da produtividade de uma usina de cana de açúcar já desativada no ano de 1998, conforme determinado pelo STJ em uma área que há 3 ou 5 anos produz milho, feijão, mandioca, frutas, galinhas, gado, etc. pelas mãos de 301 famílias. É notório que a decisão do STJ já não conseguirá efetivar qualquer perícia que reflita a realidade vivida há 13 anos atrás.

Além do enraizamento das 301 famílias e de sua produção, bem como de todas as benfeitorias erguidas em todos esses anos pelos assentados, os 3 PAs receberam e recebem créditos agrícolas e assistência técnica e extensão rural do INCRA, o que não pode ser desconsiderado pelo STJ ao determinar uma perícia que pode extinguir os 3 assentamentos.

Ressalte-se que as três áreas são objeto de três ações de desapropriação onde a questão da produtividade já foi fartamente debatida. No entanto, o juízo federal de Macaé entendeu por extinguir os 3 PAs criados aplicando ao exagero e em dissonância da jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal o art. 2°, § 6° da Lei 8.629/93.

Felizmente, todos os 3 processos ainda dependem de julgamento pelo TRF2 em grau de recurso.

PA Zé Pureza

Processo nº 2006.51.16.000637-5

A sentença de mérito proferida pela Justiça Federal de Macaé na desapropriação da Fazenda São João entendeu que seria necessário extinguir o Projeto de Assentamento Zé Pureza em razão de ter havido ocupação de parte da área do imóvel por trabalhadores rurais. Contudo, mais uma vez, este fato

ocorreu em momento posterior ao Decreto Presidencial que declarou a área como de interesse social para fins de reforma agrária, aplicando o tribunal, exageradamente e em dissonância com a jurisprudência consolidada pelo Supremo Tribunal Federal, o art. 2°, § 6° da Lei 8.629/93 para a espécie. No entanto, a reintegração de posse em favor do proprietário da Fazenda São João, transformada no PA Zé Pureza – que colocaria na rua cerca de 20 famílias assentadas há 2 anos – está suspensa por decisão do TRF-2 até o trânsito em julgado da ação de desapropriação.

2.3.1.5 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Percentual da Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
21	122	135	2272	A	****	****	****	****	****	****

Fonte: LOA 2010; PPA 2008-2011; Caderno de Metas 2010; Capacidade Declarada 2011.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

	PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liq	uidado	Valor Pago		
	R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)	
RS	5 144.000,00	R\$ 196.328,89	R\$ 173.456,19	88,35%	R\$ 173.456,19	88,35%	R\$ 149.956,19	76,38%	

Fonte: Caderno de Metas 2010; SIAFI Gerencial 2010.

Análise Crítica

Os gastos executados pela Divisão de Obtenção com a gestão e administração do Programa 0135 foram feitos nos seguintes elementos de despesa:

- 1. Diárias para deslocamento de servidores valores efetivamente pagos: R\$ 2.130,09;
- 2. Passagens e despesas com locomoção valores efetivamente pagos: R\$ 1.652,86;
- 3. Equipamentos e material permanente valores efetivamente pagos: R\$ 144.00,00.

O valor alto, de R\$ 144.000,00, foi utilizado para renovação da frota da SR-07/RJ, com a compra de 05 (cinco) carros. O Setor Financeiro da Divisão de Administração solicitou que o pagamento fosse feito via GAP do Programa 0135 porque, como este engloba as ações de 8387 – Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais, 8384 – Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias e 8374 – Licenciamento Ambiental, as quais fazem muitos serviços de campo, demandam muito o uso da frota da autarquia.

2.3.2. Programa 0137 -	Desenvolvimento	Sustentável	na Reforma /	Agrária
------------------------	-----------------	-------------	--------------	---------

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo³

³ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.2.1 Ação 8396 - Implantação e Recuperação de Infra-estrutura Básica em Projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Prover ou recuperar os projetos de assentamento rural de infra-estrutura básica necessária à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.

Descrição: Priorização, a partir do levantamento das demandas de infra-estrutura, dos Projetos de Assentamento a serem beneficiados com a implantação ou recuperação de estradas vicinais, rede elétrica, saneamento básico e sistemas de captação e distribuição de água etc, visando proporcionar as condições físicas necessárias para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Percentual da Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
21	631	0137	8396	A	3	Família atendida (unidade)	659	0	0,00%	595

Fonte: LOA 2010; PPA 2008-2011; Caderno de Metas 2010; Capacidade Declarada 2011.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

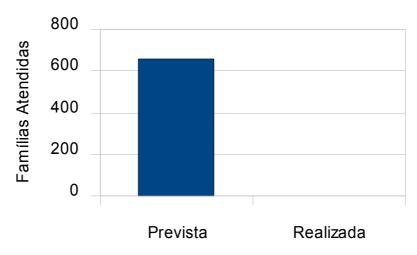
Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

R\$(a)	Recebida R\$(b)	Empenho Emitido R\$(c) % (d=c/b)		R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g) % (h=g/b)	
R\$ 964.453,00	R\$ 7.900,00	R\$ 6.500,00	82,28%	R\$ 6.500,00	82,28%	R\$ 6.500,00	82,28%

Fonte: Caderno de Metas 2010; SIAFI Gerencial 2010.

Gráfico 1

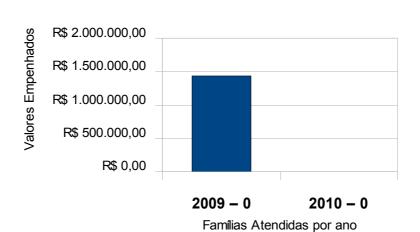




Fonte: Caderno de Metas 2010; Módulo SIR – Monitoramento e Avaliação

Gráfico 2

Comparativo - Meta física e Orçamentária



Fonte: Relatório da Monitoria; SIAFI.

Análise Crítica

Cumprimento das metas físicas:

A Superintendência Regional do Rio de Janeiro não conseguiu cumprir a sua meta em 2010. Nenhuma obra foi contratada. Portanto, a execução do orçamento não chegou a 1% e nenhuma das 649 famílias assentadas nos Projetos de Assentamento beneficiou-se com obras de recuperação/abertura de estradas e construção de pontes conforme o previsto.

Ações que apresentaram problemas de execução:

As atividades da Superintendência Regional do Rio de Janeiro estiveram voltadas para o acompanhamento da execução do Contrato Nº. 16.000/09, firmado em dezembro de 2009 com a Empresa Hidropoços Ltda., no valor de R\$ 1.391.815,00, para execução de 14 (quatorze) poços tubulares profundos, no Projeto de Assentamento Zumbi dos Palmares, localizado nos municípios de Campos dos Goytacazes e São Francisco do Itabapoana. As obras, que inicialmente estavam previstas para conclusão em agosto, sofreram atrasos e ainda não foram concluídas.

Os trabalhos iniciaram-se apenas em 03 de março de 2010, uma vez que a Superintendência do Rio de Janeiro, não tendo em seus quadros profissional habilitado (engenheiro civil) para acompanhar os serviços e garantir a execução dos serviços de acordo com as especificidades técnicas requeridas para a sua perfeita execução, apenas em 10 de fevereiro do ano em questão conseguiu constituir Comissão de Fiscalização, por meio do concurso de servidores da Sede em Brasília e da Superintendência de Mato Grosso.

Cabe salientar que a perfuração propriamente dita dos poços, etapa subsequente aos estudos geofísicos, foi iniciada apenas em Setembro, após a autorização do Órgão Ambiental – INEA.

A Superintendência vem acompanhando a execução dos serviços, que vêm sendo realizados tecnicamente em conformidade com as Normas da ABNT.

Desempenho Orçamentário:

Os gastos executados pela Divisão de Desenvolvimento com a Ação 8396 foram feitos no seguinte elemento de despesa:

1. Diárias para deslocamento de servidores – valores efetivamente pagos: R\$ 6.500,00.

2.3.2.2. Ação 8398 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Prover os projetos de assentamento rural de serviços topográficos necessários à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.

Descrição: Realização de serviços topográficos, levantamento das potencialidades do solo e de suas adversidades naturais e identificação do perímetro das parcelas (lotes).

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Percentual da Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
21	631	0137	8398	A	3	Família atendida (unidade)	166	152	91,57%	138

Fonte: LOA 2010; PPA 2008-2011; Caderno de Metas 2010; Capacidade Declarada 2011.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

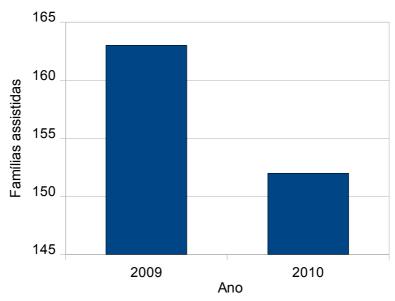
Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho lio	quidado	Valor Pago		
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)	
R\$ 100.425,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	#DIV/0!	R\$ 0,00	#DIV/0!	R\$ 0,00	#DIV/0!	

Fonte: Caderno de Metas 2010; SIAFI Gerencial 2010.

Gráfico 1

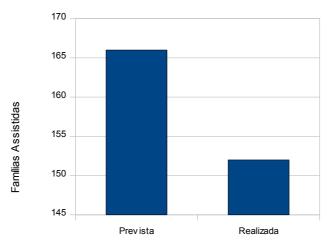
Meta física - comparativo entre exercícios



Fonte: Módulo SIR - Monitoramento e Avaliação; RG 2009

Gráfico 2

Comparativo entre Metas - 2010



Fonte: Caderno de Metas; Módulo SIR - Monitoramento e Avaliação

Análise Crítica

Cumprimento das metas físicas:

O resultado de 91,57% de cumprimento da meta prevista revela-se altamente satisfatório, representando um significativo incremento da ação comparado a anos anteriores. A Ação 8398 – Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento é a porta de entrada para a implementação do restante das ações de desenvolvimento, tais como o licenciamento ambiental, créditos diversos, assistência técnica individualizada, dentre outras. Inicia-se, assim, um novo ciclo para as famílias contempladas com esta ação.

No comparativo entre os exercícios 2009 e 2010, verifica-se redução no número absoluto de famílias assentadas atendidas. Entretanto embora o número de famílias beneficiárias atendidas tenha sido maior em 2009, o número de assentamentos atendidos com o serviço de demarcação topográfica foi maior em 2010. Em 2009, foram apenas 3 assentamentos atendidos enquanto que em 2010 este número subiu para 5.

Destaque-se, outrossim, que todos os parcelamentos executados em 2010 foram realizados por execução direta, demandando apenas mão-de-obra especializada do próprio INCRA.

Ações que apresentaram problemas de execução:

No ano de 2010 não encontramos problemas relativos à execução das ações de demarcação topográfica em Projetos de Assentamento, a despeito do contingenciamento sofrido com o Decreto 7.174/2010, o qual, além de diminuir substantivamente a meta física a ser executada – que, na LOA, estava prevista em 532, e com o decreto, este número caiu para 130 – a meta orçamentária sofreu um corte abrupto, caindo de R\$ 409.755,00, na LOA, para apenas R\$ 100.425,00.

Pode-se, inclusive, afirmar que em 2010 foi bem superior a capacidade e empenho gerencial das instâncias superiores, que aportaram todo o suporte necessário e em tempo para a execução das ações previstas. Além disso, algumas ações para elaboração de 2 novos anteprojetos de parcelamento já foram iniciados em 2010, o que facilitará a execução das metas previstas para 2011.

A ação não teve créditos orçamentários disponibilizados porque as despesas correntes necessárias ao andamento da ação foram feitas com os recursos do GAP do Programa 0137.

2.3.2.3. Ação 4320 - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Viabilizar o incremento de renda dos Projetos de assentamentos Rurais, por meio de atividades socioeconômicas sustentáveis, valorizando as características regionais, experiência e potencialidades locais.

Descrição: a) Apoio à implantação e recuperação de agroindústrias: contratação de serviços de consultoria e/ou assessoria técnica para os projetos de agroindústrias existentes e aos novos; capacitação de multiplicadores (técnicos e agricultores); sensibilização e organização de produtores; apoio à realização de diagnóstico para identificação de oportunidades de negócios; e apoio à implantação e recuperação de edificações e equipamentos b) apoio às ações de inserção mercadológica da produção dos assentados: apoio à realização de pesquisa de mercado; apoio à divulgação e vendas dos produtos da reforma agrária; e apoio ao desenvolvimento de logotipos e embalagens adequadas ao mercado; c) capacitação dos beneficiários (homens e mulheres) e jovens em gestão administrativa, associativismo e cooperativismo, comercialização, processamento de alimentos e boas práticas de fabricação; d) implantação de projetos pluriativos solidários: apoio ao estabelecimento de parcerias institucionais para viabilizar e estruturar os sistemas de produção, tendo em vista uma transição agroecológica; e) valorização dos produtos e serviços oferecidos pelos assentados, apoiando a diversificação das economias e potencialidades locais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Silvia Regina Barguil

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Percentual da Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
21	691	0137	4320	A	4	Família beneficiada (unidade)	132	132	100,00%	240

Fonte: LOA 2010; PPA 2008-2011; Cademo de Metas 2010; Capacidade Declarada 2011.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

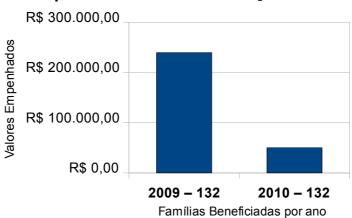
Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho lic	quidado	Valor Pago		
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)	
R\$ 0,00	R\$ 59.000,00	R\$ 50.009,76	84,76%	R\$ 50.009,76	84,76%	R\$ 24.017,25	40,71%	

Fonte: Caderno de Metas 2010; SIAFI Gerencial 2010.

Gráfico 1

Comparativo - Meta física e Orçamentária



Fonte: RG 2009; Caderno de Metas 2010; SIAFI 2010

Análise Crítica

A atuação da Ação 4320 – Fomento à Agroindustrialização e Comercialização – Terra Sol é considerada ação não prioritária na LDO, estando classificada como nível 4. Daí decorre o contingenciamento orçamentário resultante do Decreto Presidencial 7.144/2010, que evidenciou o corte na execução da ação 4320. Enquanto na LOA estava previsto, para a Ação, o montante de R\$ 80.829,00 em despesas correntes e de R\$ 80.237,00 em despesas de capital, para beneficiar 165 famílias, o Decreto não disponibilizou nada para ação e, simplesmente, aboliu a meta para o exercício.

Assim, para o exercício de 2010, não há o que se falar em cumprimento de metas físicas, nem mesmo em dificuldades de execução, uma vez que os meios para o desempenho da atividade não foram fornecidos, restando apenas executar, dentre as demandas relacionadas na Programação Operacional, aquelas que pudessem contar com recursos não específicos.

Contudo, vale destacar que ações do Terra Sol iniciadas em exercícios anteriores tiveram descentralização de recursos complementares, execução e conclusão em 2010, conforme detalhamento em item posterior.

Com o intuito de atender às demandas prioritárias programadas para execução em 2010, deflagraram-se as atividades a seguir descritas, na expectativa de continuidade no exercício de 2011. Vale esclarecer que os trabalhos de campo tiveram apoio da dotação orçamentária do GAP do Programa 0137-Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária, sob a responsabilidade da Divisão de Desenvolvimento.

Apoio às ações mercadológicas da produção dos assentados

Em 2010, a participação dos assentados como protagonistas do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA/CONAB foi substancialmente maior, ao se comparar com exercícios anteriores, face à ampliação da prestação dos serviços de ATES nos assentamentos do estado.

Com assessoria para organizar a produção e a comercialização, a demanda dos assentamentos em fase de implantação para acessar o Programa tornou-se uma realidade e um desafío a ser conquistado, frente à necessidade de divulgação do PAA, de organização das representações, de articulação com os poderes públicos municipais e intercâmbio com os técnicos de ATES para se consolidar a execução.

Nesse escopo, a equipe do Terra Sol, apoiada parcialmente pelos recursos da gestão de apoio aos programas – GAP, trabalhou em 10 assentamentos com o objetivo de alcançar os desafios acima descritos.

Em todos os assentamentos trabalhados houve o acesso ao PAA, seja através da organização dos próprios assentados, ou de parceiros proponentes. Foram emitidos pelo INCRA, 234 documentos de qualificação de assentados (DAP).

Capacitação em apicultura

Dentre as atividades prioritárias da Ação 4320, havia a demanda para construção de uma casa de mel que atenderia 03 assentamentos, com um total de 108 famílias da região sul fluminense, todos próximos entre si e com características físicas semelhantes.

Em deslocamento aos PA's, e após diagnóstico, houve consenso entre os técnicos do INCRA e a proponente em desdobrar a atividade em dois momentos distintos, a começar pela capacitação de toda a cadeia produtiva.

Aqui, cabe um parêntesis para caracterização dessa região, cujo relevo é conhecido e classificado como 'mar de morros', explorada originariamente com cultivos de café, conhecida por seu relevo acidentado, o que, consequentemente, traz restrições de uso econômico. A apicultura como exploração sustentável viria ao encontro da manutenção da cobertura vegetal, com respeito à legislação ambiental.

A proposta técnica foi elaborada pela UFRRJ/Instituto de Zootecnia. Contudo, por motivos internos, a Universidade alegou não poder operacionalizar o projeto. Ato contínuo, houve contato com o IFRJ/Escola Técnica Nilo Peçanha/UFF, a qual aceitou o desafio e está adaptando o projeto às suas especificidades. O projeto será apresentado e demandado no exercício de 2011.

Além disso, Previamente às considerações sobre a a meta física, cabe destacar que na SR07/RJ a Ação 4320 – Fomento à Agroindustrialização e Comercialização – Terra Sol envolveu duas iniciativas: por um lado, os investimentos na implantação da Unidade Agroindustrial do P. A Ilha Grande, cuja execução teve um desenvolvimento plurianual, com base em recursos orçamentários empenhados em 2008, 2009 e 2010, dos quais os registros assinalados no quadro acima, de "Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ", correspondem tão somente à utilização dos valores empenhados em 2010. Por outo lado, foram realizados estudos para elaboração de projeto para a implantação de uma unidade agroindustrial voltada para a apicultura dos PAs Roseli Nunes, Terra da Paz e Vida Nova que, todavia, não consumiu recursos de capital, restringindo-se a pequenas despesas correntes das dotações de suporte operacional da Divisão de Desenvolvimento.

- a) Agroindústria
- O empreendimento desenvolveu-se por meio de três contratos: dois destinados à execução dos dois blocos de edificação da obra de engenharia; e um contrato de fornecimento dos equipamentos.

Obra de Engenharia:

- CONTRATO CRT 6.000/2008 (rescindido no 1º semestre de 2009)

Foi utilizado o empenho 2008NE9000252, de 07/08/2008, no valor de R\$ 271.399,65, com base no qual foram feitos dois pagamentos:

- em 2008: R\$ 43.645,66 (valores brutos);

SUBTOTAL: R\$ 58.282,25 (saldo anulado de R\$ 213.117,40).

- CONTRATO CRT 7.000/2009 - iniciado em 01º/09/2009 e encerrado em 30/12/2010

Com este contrato, foi utilizado o empenho de 2009, no total de R\$ 225.884,75, relativo ao contrato inicial, e empenho de 2010, no valor de R\$ 57.009,76, referente a termo aditivo de valor, totalizando este contrato o montante de R\$ 275.894,51, com os quais foram feitos os seguintes pagamentos:

- em 2009:R\$ 49.084,08, com saldo de R\$ 176.800,67;
- em 2009:R\$ 77.663,25, com saldo acumulado de R\$ 99.137,42;
- em 2010: restos a pagar/2009:......R\$ 75.976,83, com saldo acum.; R\$ 23.160,59 (a);

(do saldo apurado; falta o pagamento de serviços executados em 2010, conforme NF de R\$ 46.676,57, em análise, com valores a serem glosados)

Fornecimento de Equipamentos

- CONTRATO CRT 6000/2009 - iniciado em 17/03/2009 e encerrado em 19/03/2010

Foram utilizados vários empenhos de 2008, no total de R\$ 110.000,00, com os quais foram feitos os seguintes pagamentos:

Cumprimento das metas físicas:

As metas da **Ação 4320**, referidas ao indicador de número de famílias beneficiadas nos Projetos de Assentamento, foram previstas em 240 famílias, sendo que 132 destas do P. A Ilha Grande, referentes à agroindústria de beneficiamento da cana, e 108 famílias relativas ao projetos de apicultura dos P. As Roseli Nunes – 45 famílias; Terra da Paz – 38; e Vida Nova – 25.

A execução dessas metas ficou relativamente cumprida, na medida em que se concluíram contratos e etapas relevantes da Ação.

No caso da Agroindústria de beneficiamento da cana, destinada a 132 famílias, o contrato da última empreiteira foi encerrado com os principais componentes da obra concluídos. Todavia, ficaram pendentes pequenos arremates não executados a serem exigidos da contratada, bem como a necessidade de elaboração de projeto especial e sua execução, para tratamento especial de água potável para o abastecimento da unidade industrial. Com a água já disponível, foi possível testar o funcionamento da operação industrial da agroindústria, assim como realizar o treinamento dos assentados selecionados para operar o funcionamento da planta.

No caso do beneficiamento do mel para os assentamentos dos PAs Roseli Nunes – 45 famílias; Terra da Paz – 38; e Vida Nova – 25, foram realizados os estudos básicos e a análise do correspondente projeto básico, ficando para 2011 o prosseguimento da ação.

Problemas de execução

A implantação, iniciada em setembro de 2008, do projeto da agroindústria de beneficiamento de cana para a produção de melado, rapadura e açúcar mascavo, no PA Ilha Grande, no Município de Campos dos Goytacazes, pelas suas características, constitui um empreendimento pioneiro, de caráter experimental, sem referência similar no âmbito do estado, resultando na adoção de alterações do projeto original durante a execução de sua obra, na medida do aprofundamento de estudos que recomendaram mudanças e aperfeiçoamentos, implicando a ampliação do prazo de sua conclusão inicialmente estipulado. Além disso, outros fatores obrigaram à sua extensão, como fatores climáticos adversos e dificuldades enfrentadas pelas diferentes firmas contratadas e outros imprevistos apontados na instrução dos processos 54180.000931/2007-41, 54180.001045/2007-34, e 54180.000899/2009-65, como ainda a demora na obtenção de recursos orçamentários para fundamentar a celebração do 3º termo aditivo, referente ao acréscimo de valor do contrato, em virtude das alterações do projeto.

Soluções preconizadas

No caso da Agroindústria de cana, os pequenos arremates de componentes previstos no Contrato CRT 7000/2009, *não executados*, serão cobrados da empreiteira; e os pequenos serviços sem previsão de obrigação contratual serão providenciados diretamente pelo INCRA.

Com relação ao projeto especial de abastecimento de água potável para a agroindústria, considerou-se tardiamente que a solução preconizada de cloração prevista no projeto básico não era suficiente, e a solução substitutiva não fícou pronta a tempo para integrar a edição do 3º Termo Aditivo, o de alteração do projeto. Os estudos ora desenvolvidos estão seguindo a elaboração de projetos e a análise de possibilidades alternativas, entre as quais: a) perfuração de novo poço artesiano; b) instalação de uma cisterna de placa, conforme modelo concebido para a região do semi-árido do Nordeste; c) instalação de uma unidade compacta de sistema de tratamento de água para fins industriais; e d) tratamento convencional da água, dando-se continuidade aos estudos, visando proceder à organização dos seus respectivos orçamentos em Processos Administrativos individuais. Assim, será possível adotar, em conjunto à análise comparativa de suas soluções, aquela de menor custo e melhor atendimento da técnica adequada exigida. Espera-se concluir a implementação e implantação da alternativa a ser escolhida em condições de sua utilização regular durante a moagem de cana da produção prevista para o período de maio a novembro

2.3.2.4 Ação 4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Transferir o domínio, em caráter provisório ou definitivo, de imóveis rurais em áreas de projetos de assentamento para beneficiários da reforma agrária e a entidades públicas ou privadas.

Descrição: a) Conceder documentação às famílias assentadas, a título provisório (concessão de uso) ou definitivo (título de domínio) e às entidades públicas ou privadas, na forma de doação, cessão ou concessão de uso; b) Realização de vistorias periódicas para verificação do cumprimento das cláusulas contratuais; c) Realização de procedimentos técnicos, administrativos e jurídicos para retomada das parcelas e reversão do domínio ao INCRA, visando sua redestinação; d) Realização de procedimentos para destinação de áreas remanescentes dos projetos na forma da Lei.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Silvia Regina Barguil

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

F	unção	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Percentual da Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
	21	631	0137	4358	A	4	Documento de Titulação Expedido (unidade)	289	510	176,47%	510

Fonte: LOA 2010; PPA 2008-2011; Caderno de Metas 2010; Capacidade Declarada 2011.

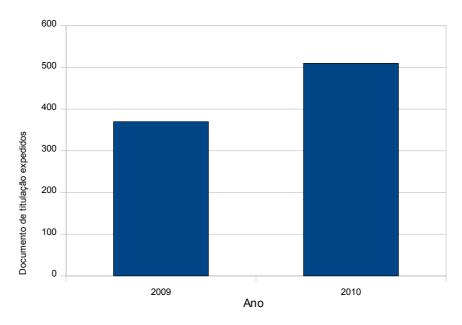
Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho l	Emitido	Empenho li	quidado	Valor Pago		
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)	
R\$ 41.897,50	R\$ 41.897,00	R\$ 32.349,00	77,21%	R\$ 32.349,00	77,21%	R\$ 32.349,00	77,21%	

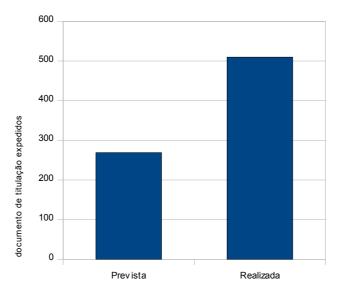
Fonte: Caderno de Metas 2010; SIAFI Gerencial 2010.

 $\label{eq:Grafico1} Grafico\ 1$ Meta física - comparativo entre exercícios



Fonte: Módulo SIR - Monitoramento e Avaliação; RG 2009

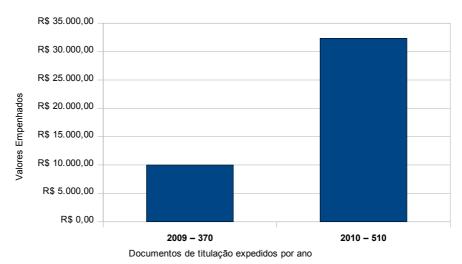
 $\label{eq:Grafico2} Gráfico\ 2$ Comparativo entre Metas - 2010



Fonte: Caderno de Metas; Módulo SIR - Monitoramento e Avaliação

Gráfico 3

Comparativo - Meta física e Orçamentária



Fonte: RG 2009; Caderno de Metas 2010; SIAFI 2010

Análise Crítica

A Ação 4358 – Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento superou a meta inicialmente prevista, de expedir 289 títulos, em 76,47%, pois expediu, dentre títulos definitivos e contratos de concessão de uso, 510 documentos (Ver Gráfico 2). Tal desempenho foi muito satisfatório, tendo em vista que, inicialmente, a LOA previa uma meta física de 573, e, com o contingenciamento determinado pelo Decreto 7.174/2010, a meta caiu para os atuais 289 do exercício de 2010. Considerando que a diminuição da meta física estava relacionada, igualmente, ao corte de 44,01% no orçamento da ação, a SR-07/RJ demonstrou que era capaz de expedir o quantitativo de títulos que fora estipulado para a meta prevista na Lei, pois quase atingiu esse teto.

Além disso, atente-se para o fato de que, na comparação com o exercício de 2009, em que foram emitidos 370 títulos, em 2010 emitiu-se **37,83% a mais**, com a meta realizada de 510 (Gráfico 1).

A ação de Titulação não apresentou problemas de execução diretamente relacionados com a administração da SR-07/RJ, e sim com as demoradas resoluções das ações judiciais de desapropriação de imóveis para fins de Reforma Agrária porque, no estado do Rio de Janeiro, 100% dos imóveis arrecadados para o PNRA são feitos via ação de desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária e, neste caso, o INCRA precisa do trânsito em julgado da ação para ter a definição do valor final do imóvel a fim de poder calcular o valor dos títulos individuais.

Desempenho Orçamentário

A Ação de Titulação teve um salto de **223,49%** em relação às despesas empenhadas em 2009, no valor de apenas R\$ 10.000,00, enquanto que em 2010, tanto os empenhos emitidos quanto os liquidados alcançaram o montante de R\$ 32.349,00 (Gráfico 3), alcançando 77,21% dos créditos disponibilizados para os gastos com a Ação.

Os principais gastos com a Ação no exercício deram-se nos seguintes elementos de despesa:

- 1. Diárias com pessoal R\$ 28.949,00 valores efetivamente pagos;
- 2. Material de consumo R\$ 3.400,00 valores efetivamente pagos;
- 3. TOTAL **R\$ 32.349,00**

2.3.2.5. Ação 10YN - Consolidação e Emancipação de Assentamentos da Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Projeto.

Finalidade: Consolidar e emancipar 70 projetos de assentamento originários do Acordo de Empréstimo nº 1248 firmado com o BID e encerrado em 31 de dezembro de 2007.

Descrição: a) Fortalecimento da organização das famílias assentadas e intensificação da participação ativa das mesmas nas tomadas de decisão, na gestão de recursos financeiros e execução de obras, serviços e ações financiadas; b) execução dos planos de consolidação de assentamento - PCA, com investimentos complementares em infra-estrutura socioeconômica; c) monitoramento e acompanhamento do projeto. O escopo desta ação se restringe aos 70 projetos de assentamento não consolidados e emancipados: São João das Neves (MA); Brinco de Ouro, Chico Mendes, Novo Horizonte II, Rosário, Nova Vida II, Guarapes, Canto da Ilha de Cima, Antonio Conselheiro, Bonsucesso, Auora da Serra, Poço Novo e Nova Vida (RN); Jacaré Curituba I a VIII (SE); Ireno Alves, Nova Fartura e Nova Terra (PR); Santa Alice, Apolo, Recanto, Posto Novo, Bom Será, Cerro dos Munhoz, Piratini, Alegrias, São Manoel, Jaguarão e Vimão (RS); Aldeia, Palmeiras, São Judas, Sta Guilhermina, Tamarinheiro II, Paiolzinho, Taquara e Taquaral (MS); Caetés, Paulo Freire, 14 de agosto, 4 de outubro, 28 de outubro, Sto Antonio da Fartura, Guapirama, Jandira, Sadia II, Vale Verde, Campo Limpo, Vale do Sol, Riozinho, Rio Branco, Fartura e Independente I (MT); e Rio das Pedras, Tapera, Campo Novo, Pontal dos Arantes, Barro Azul, Mamoneiras, Mangal, Saco do Rio Preto, Vazante, Paraíso e Corrente (MG).

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Silvia Regina Barguil

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta realizada	Percentual da Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
21	631	0137	10YN	P	4	Projeto consolidado (unidade)	*****	*****	*****

Fonte: LOA 2010; PPA 2008-2011.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho lic	quidado	Valor Pago		
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)	
R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	#DIV/0!	R\$ 0,00	#DIV/0!	R\$ 0,00	#DIV/0!	

Fonte: Caderno de Metas 2010; SIAFI Gerencial 2010.

Tal ação não se aplica a esta Superintendência Regional (SR) do INCRA no Estado do Rio de Janeiro.

I – SITUAÇÃO NA SR(07)RJ

A Superintendência Regional do Rio de Janeiro não foi contemplada como integrante do projeto PAC, destinado a consolidar e emancipar 70 (setenta) Projetos de Assentamento originários do Acordo de Empréstimo nº 1.248, firmado com o BID e encerrado em 31 de dezembro de 2007. A atuação desta SR na atividade concentrou-se na prioridade de qualificação dos assentamentos para habilitá-los adequadamente para sua oportuna emancipação sustentável, econômica, social e ambiental.

Nessas condições, o quadro de emancipações permaneceu conforme apurado pelos órgãos de Brasília, de acordo com o seguinte resumo, que não se alterou de 2009 para 2010:

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL	Total PA			N° fam. Consol.	Índice de consolidação		
					PA	Famílias	
SR-07/RJ	46	5371	23	5590	50	104.077.453	

2.3.2.6. Ação 2B06 - Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Implantar projetos de manejo, recuperação, conservação e monitoramento do uso de Recursos Naturais, visando a recuperação ambiental de áreas protegidas por regramento jurídico e a promoção da gestão ambiental e o manejo florestal em projetos de assentamentos da reforma agrária.

Descrição: Implantação de projetos de recuperação das áreas de preservação permanente (APP) e de reserva legal; realização de práticas tecnológicas que visem à recuperação dos solos; cumprimento das condicionantes definidas pelos órgãos ambientais competentes, no âmbito do licenciamento ambiental, no que se refere à conservação de áreas protegidas por regras jurídicas; estimular a implementação do manejo florestal sustentável e do manejo de fauna como atividade produtiva básica ou complementar dos assentamentos; sensibilização e capacitação dos assentados quanto à importância da conservação e/ou recuperação de áreas degradadas e/ou protegidas; monitorar a utilização dos recursos naturais nos assentamentos; realizar materialização (demarcação/cercamento) das Áreas de Reserva.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Percentual da Meta realizada	
21	631	0137	2B06	A	3	Unidade Familiar de Produção atendida (unidade)	106	0	0,00%	105

Fonte: LOA 2010; PPA 2008-2011; Caderno de Metas 2010; Capacidade Declarada 2011.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

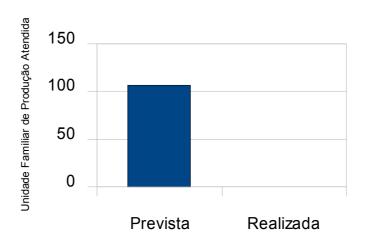
Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liqu	ıidado	Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
R\$ 7.654,00	R\$ 7.653,66	R\$ 6.064,63	79,24%	R\$ 6.064,63	79,24%	R\$ 6.064,63	79,24%

Fonte: Caderno de Metas 2010; SIAFI Gerencial 2010.

Gráfico 1

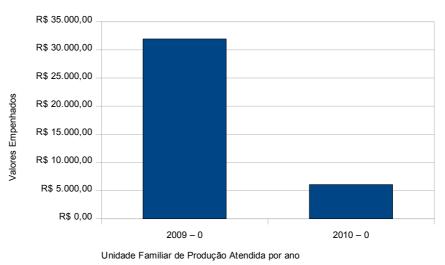
Comparativo entre Metas - 2010



Fonte: Caderno de Metas 2010; Módulo Monitoramento e Avaliação.

Gráfico 2

Comparativo - Meta física e Orçamentária



Fonte: RG 2009; Caderno de Metas 2010; SIAFI 2010

Análise Crítica

O Manejo de Recursos Naturais faz-se cada vez mais necessário para a manutenção da capacidade produtiva dos assentamentos, com o respeito às normas ambientais e com o uso racional dos recursos naturais.

Entretanto, no exercício de 2010, as ações do Serviço de Meio Ambiente ficaram focadas no licenciamento ambiental, uma vez que este é o primeiro passo para se poder ter uma atividade produtiva ambientalmente adequada no assentamento. Portanto, não conseguimos desenvolver atividades de manejo propriamente ditas, apesar da meta prevista de atender-se 106 unidades produtivas nos Projetos de Assentamento (Gráfico 1).

Então, para não haver um abandono completo da Ação 2B06, optou-se por fazer visitas aos assentamentos, participar de fóruns ambientais nas áreas dos assentamentos e elaborar propostas de manejo. A SR-07/RJ está atualmente participando de diversos fóruns ambientais, como Conselhos Consultivos do PARNA Serra da Bocaina, REBIO Tinguá, REBIO União, APA São João e Consórcio Intermunicipal Lagos São João. Estas participações têm sido de suma importância no estabelecimento de contatos para futuras parcerias. Nestas ações foram executados R\$ 6.064,63 (ver Gráfico 2).

O quadro de servidores lotados no Serviço de Meio Ambiente tem-se mostrado insuficiente

para cumprir todas as ações necessárias. No entanto, no final do ano chegaram dois novos servidores e,

assim, espera-se que parte destas deficiências sejam supridas. Outra questão importante que tem

dificultado a execução de nossas ações são os problemas financeiros para executar nosso planejamento.

uma vez que faltaram carros e diárias em diversas ocasiões ao longo de 2010, impossibilitando o

deslocamento do pessoal a campo.

Durante o exercício, a SR-07/RJ avaliou dois projetos de manejo. O primeiro foi proposto

pela FETAG e o segundo pela Fundação Gaia. Infelizmente, os dois apresentavam diversas lacunas, o que

não permitiu a aprovação destes. Contudo, os processos foram importantes para amadurecer discussões

internas e externas em relação ao manejo de recursos naturais.

Acredita-se que, no exercício de 2011, o INCRA terá novas propostas e executará

diretamente pelo menos um projeto piloto, atendendo mais rapidamente às famílias assentadas.

Desempenho Orçamentário:

Os gastos de Manejo executados pela Divisão de Obtenção de Terras, onde a Ação 2B06 é

realizada, foram feitos nos seguintes elementos de despesa:

1. Diárias para deslocamento de servidores – valores efetivamente pagos: R\$ 3.649,63;

2. Material de Consumo – valores efetivamente pagos: R\$ 1.449,00;

3. Passagens e despesas com locomoção – valores efetivamente pagos: R\$ 966,00.

TOTAL: **R\$ 6.064,63**

75

2.3.2.7. Ação 0427 - Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Operações Especiais.

Finalidade: Dar condições iniciais de subsistência e sustentabilidade às famílias assentadas pelo INCRA por meio da concessão de crédito, em suas várias modalidades.

Descrição: Concessão de crédito individual aos assentados e assentadas da reforma agrária, para auxiliar na construção e recuperação de unidades habitacionais, segurança alimentar e atividades produtivas, sendo a aplicação, preferencialmente, na forma coletiva; Concessão de crédito adicional que vise proporcionar a segurança hídrica às famílias localizadas na região do Semi-Árido Brasileiro.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Percentual da Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
21	631	0137	427	A	3	Unidade Familiar de Produção Atendida (unidade)	390	494	126,67%	550

Fonte: LOA 2010; PPA 2008-2011; Caderno de Metas 2010; Capacidade Declarada 2011.

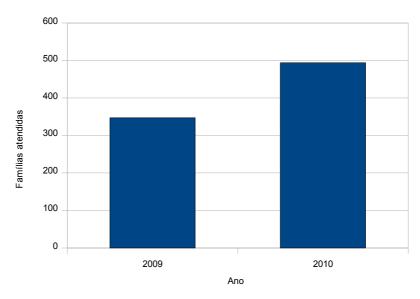
Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liqu	idado	Valor Pago		
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)	
R\$ 4.751.081,00	R\$ 3.916.100,00	R\$ 3.789.500,00	96,77%	R\$ 3.789.500,00	96,77%	R\$ 2.358.200,00	60,22%	

Fonte: Caderno de Metas 2010; SIAFI Gerencial 2010.

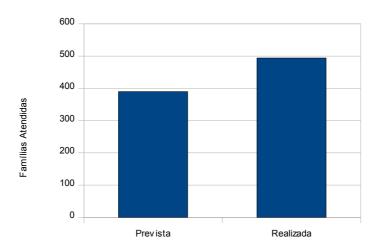
 $\label{eq:Grafico} Grafico~1$ Meta física - comparativo entre exercícios



Fonte: Módulo SIR - Monitoramento e Avaliação; RG 2009

Gráfico 2

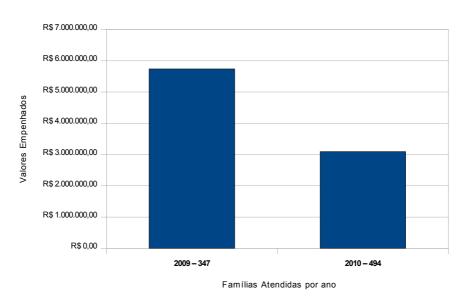
Comparativo entre Metas - 2010



Fonte: Caderno de Metas; Módulo SIR - Monitoramento e Avaliação

Gráfico 3

Comparativo - Meta física e Orçamentária



Fonte: RG 2009; Caderno de Metas 2010; SIAFI 2010

Análise Crítica

Cumprimento das metas Físicas:

Critério de Avaliação: O INCRA adota como critério de avaliação das metas físicas da **Ação 0427** – **Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas**, o montante do valor disponibilizado após emissão de ordens bancárias em conta-corrente bloqueada, vinculada ao INCRA, às famílias beneficiárias do processo de Reforma Agrária, para aplicação no lote que regularmente ocupa, conforme modalidades de Crédito específicas às demandas de cada Projeto de Assentamento.

No exercício de 2010, o quantitativo de famílias previstas a serem beneficiadas na SR-07/RJ com a Ação de Crédito Instalação foi de 390 famílias, e o público atendido foi de **494 famílias**, superando assim em 26,67% o total da meta prevista, demonstrando, assim, a eficiência do INCRA no seu cumprimento da Ação (Gráfico 2).

A aplicação do Crédito Instalação, modalidade fomento, no estado do Rio de Janeiro, foi pouco implementada devido ao fato de haver grande passivo relacionado ao Crédito Instalação, modalidades Aquisição de Materiais de Construção e Recuperação de Materiais de Construção. No entanto, no que diz respeito a estas modalidades, já está ocorrendo grande evolução na aplicação do

crédito. Logo que estes passivos diminuírem a níveis aceitáveis, a SR-07/RJ implementará de forma mais intensa a aplicação da modalidade de Crédito Fomento.

No exercício de 2010, nos Projetos de Assentamento do estado do Rio de Janeiro foram efetivamente construídas 112 novas moradias e, neste mesmo ano, foram assentadas 365 novas famílias. Desta forma, o índice de acesso à moradia foi de 31%, aumentando o passivo de casas que devem ser construídas em 253 famílias em relação ao ano de 2009 para que todos os assentados sejam beneficiados com moradias.

A curto prazo, a aplicação do Crédito Instalação trouxe um alívio imediato na situação em que se encontravam os assentados, pois parte deles agora já tem onde morar com a construção de suas casas, e outros reformaram suas casas, que se encontravam em condições precárias. A médio prazo, haverá um melhor aproveitamento do potencial agrícola do lote por parte desses beneficiários, já que, com moradia adequada, o ânimo para se manter no campo aumentará e, a longo prazo, espera-se que o assentado possa ter uma vida digna dentro dos Projetos de Assentamento, com níveis adequados de renda e bem-estar social.

Na aplicação do Crédito Instalação - modalidades "Aquisição de Materiais de Construção" e "Recuperação – Material de Construção", no que se refere à obtenção de mão-de-obra para construção e recuperação das moradias – com o valor disponibilizado para o pagamento (20 %) do total do Crédito – há dificuldade em se conseguir mão-de-obra local para construção das moradias. O valor disponibilizado para mão-de-obra na modalidade "Aquisição de Materiais de Construção" é de R\$ 3.000,00; e para "Recuperação – Material de Construção" é de R\$ 1.600,00 por moradia. É muito provável que o atual aquecimento do mercado de construção civil seja um fator que colabore para a escassez de mão-de-obra nos Projetos de Assentamento.

Em 2010, houve um grande esforço da equipe de trabalho da SR-07/RJ para a consecução dos objetivos de que as famílias previstas acessassem os créditos a que tinham direito: atendimento com qualidade do maior número possível de beneficiários, o que foi conseguido com a superação das metas previstas no exercício.

Para o próximo exercício, com o fim de melhorar o atendimento aos beneficiários da Reforma Agrária, quanto à aplicação do Crédito Instalação, importante se faz a adoção de cursos de capacitação, palestras, oficinas de Crédito, etc.

A Ação 0427 - Concessão de Crédito Instalação foi implementada conforme o que preconizava a LDO de 2010.

Desempenho Orçamentário

A Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento foi extremamente eficiente na aplicação do Crédito Instalação aos beneficiários da Reforma Agrária no Rio de Janeiro, uma vez que, além de ultrapassar a meta física, atendeu a um público maior com menor dispêndio de recursos em relação ao exercício de 2009 (ver Gráfico 1 e 3).

Para conceder Crédito Instalação a 347 famílias no ano anterior, a SR-07/RJ possuía R\$ 5.740.857,00 em créditos provisionados. Destes, empenhou a totalidade do provisionado e pagou, efetivamente, um montante de R\$ 3.919.000,00, representando 68,3% do que havia sido disponibilizado. Em 2010, por outro lado, para atender a um número muito maior de famílias – 494, do que havia programado para o ano, foi disponibilizado para a SR-07/RJ um montante inferior ao do ano anterior em créditos orçamentários, apenas R\$ 3.916.100,00. Destes, a Superintendência Regional pagou 60,22% em cima do provisionado, totalizando R\$ 2.358.200,00; e tendo empenhado R\$ 3.789.500,00, representando 96,77% da provisão.

2.3.2.8. Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada		Meta a ser realizada em 2011
21	122	137	2272	A	****	****	****	****	****	****

Fonte: LOA 2010; PPA 2008-2011; Caderno de Metas 2010; Capacidade Declarada 2011.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Er	Empenho liqu	iidado	Valor Pago		
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
R\$ 244.384,00	R\$ 614.865,84	R\$ 587.984,74	95,63%	R\$ 587.984,74	95,63%	R\$ 573.919,86	93,34%

Fonte: Caderno de Metas 2010; SIAFI Gerencial 2010.

Análise Crítica

No exercício de 2010, o **Programa 0137 – Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária**, para atender a inúmeras de suas ações, teve um total provisionado de R\$ 614.865,84. Deste, foram empenhados R\$ 587.984,74 e, efetivamente, pago R\$ 573.919,86.

Tais valores decompõem-se nas seguintes despesas:

- 1. Diárias com pessoal valores pagos R\$ 369.341,32;
- 2. Material de consumo valores pagos R\$ 75.057,56;
- 3. Passagens e Despesas com locomoção valores pagos R\$ 33.387,05;
- 4. Despesa de Exercícios Anteriores valores pagos R\$ 1.958,94;
- 5. Equipamentos e Material Permanente valores pagos R\$ 82.202,79.

2.3.3 - Programa 0138 - Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.⁴

⁴ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.3.1. Ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Auferir qualidade e funcionalidades à organização do cadastro de imóveis rurais, tanto de

particulares quanto de públicos, com vistas a melhor conhecer a estrutura fundiária e certificar os imóveis

rurais para fins de: registro imobiliário; de controle de aquisição de terras por estrangeiro; de controle de

limite mínimo de parcelamento de imóvel rural e de identificação daqueles passíveis de ações de reforma

agrária, bem como os flagrados com trabalho escravo pelos órgãos públicos competentes. Modelar e

implementar o Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos - SGBD, de forma a permitir o

conhecimento da malha fundiária, do uso e cobertura do solo do país.

Descrição: a) Captação, análise e crítica aos dados literais dos imóveis rurais, certificando sua

regularidade e informações sobre detenção e uso temporário apresentado por iniciativa do detentor, ação

de recadastramento ou levantamento in loco (vistoria de fiscalização);

b) inserção em sistema informatizado que permite a classificação fundiária do imóvel rural, a emissão de

Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais - CCIR, lançamento, cobrança e controle da arrecadação da

Taxa de Serviços Cadastrais e intercâmbio de informações entre o INCRA e os Serviços Registrais;

c) qualificação dos representantes das Unidades Municipais de Cadastramento - UMC, localizadas em

todas as prefeituras municipais do país;

d) fonte de informações para os estudos no estabelecimento dos índices de rendimento de produtos

vegetais, extrativos florestais e para a pecuária, no cálculo do Grau de Utilização da Terra - GUT e Grau

de Eficiência na Exploração - GEE, e na fixação do Módulo Fiscal Municipal, base para a classificação

dos imóveis quanto à produtividade e tamanho;

e) produção de dados do Plano Geral de Estatísticas - PGE;

f) geração de informação que subsidiem políticas agrárias, agrícolas e de controle social; e

g) base das informações para o controle e registro das aquisições de imóveis rurais por estrangeiros.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Luciméri Selivon

Unidades executoras: Superintendências Regionais

84

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Fun	ção	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Percentual da Meta realizada	
2		125	0138	2105	A	3	Imóvel Gerenciado (unidade)	7487	5308	70,90%	5.308

Fonte: LOA 2010; PPA 2008-2011; Caderno de Metas 2010; Capacidade Declarada 2011.

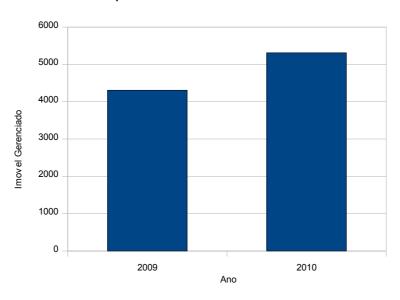
Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho E	Empenho Emitido		ıidado	Valor Pago		
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)	
R\$ 67.385,00	R\$ 75.953,32	R\$ 54.227,73	71,40%	R\$ 54.227,73	71,40%	R\$ 39.253,21	51,68%	

Fonte: Caderno de Metas 2010; SIAFI Gerencial 2010.

 $\label{eq:Grafico1} Grafico\ 1$ Meta física - comparativo entre exercícios



Fonte: Módulo SIR - Monitoramento e Avaliação; RG 2009

Gráfico 2

Comparativo entre Metas - 2010

8000
7000
6000
5000
4000
2000
1000
Prevista
Realizada

Fonte: Caderno de Metas; Módulo SIR - Monitoramento e Avaliação

Comparativo - Meta física e Orçamentária

R\$ 56.000,00

R\$ 54.000,00

R\$ 50.000,00

R\$ 48.000,00

R\$ 44.000,00

R\$ 42.000,00

R\$ 42.000,00

Impovel Gerenciado por ano

Gráfico 3

Fonte: RG 2009; Caderno de Metas 2010; SIAFI 2010

Análise Crítica

A Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária – no exercício de 2010 – atuou em duas frentes de trabalho. A primeira foi uma reestruturação interna dos trabalhos, concentrando a ação dos trabalhos dos fiscais com a dos técnicos de cadastro, o que permitiu uma maior celeridade na análise dos

processos e, consequentemente, uma maior rapidez no atendimento aos contribuintes, sem perda da qualidade das informações.

A outra frente foi a priorização do treinamento das Unidades Municipais de Cadastro - UMC's com a captação de convênios, organizando polos de treinamentos no interior do estado, com a participação de várias prefeituras municipais. Foram mobilizadas duas equipes, com a participação efetiva dos fiscais e técnicos de cadastro.

A tendência para 2011 é intensificar esta ação de capacitação de prefeituras, aumentando o número de entidades conveniadas, promovendo uma descentralização dos serviços cadastrais face à diminuição da capacidade operacional do INCRA, com a iminente aposentadoria de aproximadamente 50% dos técnicos de cadastro e ausência de perspectiva de concurso público para suprir esta perda.

A ação 2105 – Gerenciamento e Fiscalização de Cadastro Rural enfrentou algumas dificuldades ao longo do exercício, não obstante o bom desempenho em relação à meta física. Dentre essas dificuldades, citam-se as seguintes:

- 1 Sistemático atraso na descentralização dos recursos financeiros programados e aprovados. Este atraso muitas vezes inviabilizou o planejamento da ação, uma vez que os servidores da SR-07/RJ atuam em diversas ações em períodos previamente fixados;
- 2 Dificuldades para obtenção de viaturas e liberação de diárias para deslocamento das equipes para executarem tarefas em campo;
 - 3 Demora da Sede em atender aos pedidos de formulários para cadastro.

Para um melhor desenvolvimento das atividades da Ação 2105, a Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária tem, para o exercício de 2011, a proposta de modernizar os equipamentos de informática, com aquisição de computadores, *notebooks*, etc; de treinar servidores de outras Divisões para atuarem como Analistas Cadastrais; e melhorar o Sistema (SNCR – Sistema Nacional de Cadastro Rural) a fim de evitar falhas e demora em sua utilização.

Cumprimento das metas físicas:

QUALIFICAÇÃO DOS REPRESENTANTES DAS UNIDADES MUNICIPAIS DE CADASTRAMENTO - UMC, LOCALIZADAS EM TODAS AS PREFEITURAS MUNICIPAIS

a) Principais resultados: Houve um grande avanço na capacitação de servidores municipais, tendo em vista o surgimento dos manuais de recepção e de análise de cadastro:

Foram treinados servidores municipais em municípios polos. Os recursos dessa ação foram aplicados numa série de operações de fiscalização feitas junto às Unidades Municipais de Cadastro Rural – UMC's, com o objetivo de orientar as Prefeituras conveniadas no uso do **Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR**, difundir o SNCR para aumentar a rede de UMC's e realizar a capacitação das UMC's novas e existentes.

Veja a tabela a seguir:

POLOS	UMC MUNICÍPIOS	SUPERVISORES	UMC'S que compareceram ao Treinamento	25/10 a 29/10 GASTO	03/11 a 6/11 GASTO	08/11 a 12/11 GASTO	TOTAL R\$ GASTO
Araruama	Saquarema, Casemiro de Abreu, Araruama, Rio Bonito, Itaboraí	RICARDO E LUIZ CLAUDIO	Saquarema, Araruama, Rio Bonito, Itaboraí, Casemiro de Abreu				
Paraty	Paraty, Angra dos Reis, Rio Claro, Seropédica, Rio das Flores	DANIEL E ERNESTO	Paraty, Angra dos Reis, Rio Claro				
Quissamã	Macaé, Quissamã	RICARDO E LUIZ CLAUDIO	Quissamã				
Varre-sai	Cardoso Moreira, São Fidélis, Itaocara, Santo Antonio de Pádua, Varre- Sai, Natividade	DANIEL E ERNESTO	São Fidélis, Itaocara, Natividade, Varre-Sai				
Nova Friburgo	Nova Friburgo, Bom Jardim, Cachoeiras de Macacu, Sumidouro, São José do Vale do Rio Preto,	RICARDO E LUIZ CLAUDIO	Nova Friburgo, Bom Jardim, Cachoeiras de Macacu, Sumidouro, Carmo.				

	Teresópolis, Trajano de Moraes, Cordeiro, Cantagalo, Carmo, Macuco						
Barra do Piraí	Barra do Piraí, Barra Mansa, Resende, Quatis, Valença, Paraíba do Sul, Rio das Flores, Piraí	DANIEL E ERNESTO	Barra Mansa, Resende, Piraí				
A definir	UMC'S que não puderam comparecer nos Polos						
	Número de Servidores e viaturas (três servidores e uma viatura por polo)			5 servidores + 2 viaturas	5 servidores + 2 viaturas	4 servidores + 2 viaturas	
	Diárias			3.847,50	2.992,50	3.078,00	9.918,00
	Combustível, peças, viaturas, material de consumo (estimado)			500,00	500,00	500,00	1500
	CUSTO TOTAL(R\$)			4.347,50	3.492,50	3.578,00	11.418,00

Fonte: Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária/SR-07/RJ.

A Superintendência Regional do INCRA no Rio de Janeiro gerenciou, via SNCR Web, 5.308 imóveis rurais, não alcançando a meta de 7.487 imóveis (Gráfico 2). Estranhamente, inicialmente a LOA definira como meta o gerenciamento de 5.965 imóveis, muito próxima do número alcançado pela

SR-07/RJ. Porém, o Decreto de contingenciamento, Decreto nº 7.174/2010, aumentou essa meta para os atuais 7.487.

Mesmo não tendo atingido a meta estipulada, o saldo foi positivo, em comparação com o exercício anterior, em que se gerenciou 4.310 imóveis frente a uma meta de 1.506 (Gráfico 1). Se atentarmos apenas para o número de imóveis gerenciados, houve um aumento de 23% de um exercício para outro, o que representa um saldo bastante positivo diante dos problemas infraestruturais da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária.

Desempenho Orçamentário

O desempenho orçamentário da Ação 2105 foi beneficiada tanto pelo Decreto 7.174/2010, que aumentou a meta orçamentária em R\$ 13.700,00, bem como os créditos efetivamente descentralizados foi maior do que o montante inicialmente estipulado pelo Decreto, que ficou como a meta da Programação Operacional de 2010, de R\$ 67.385,00.

Dos R\$ 75.953,32 provisionados para a SR-07/RJ, empenhou-se 71,40% e pagou-se 51,68% desse montante. Os valores pagos poderiam ter sido maiores, se não tivesse havido tantos atrasos na liberação dos recursos financeiros.

Em comparação com o exercício de 2009 (Gráfico 3), no entanto, houve um aumento substantivo, de 60%, no valor dos créditos provisionados, que saltaram de R\$ 47.396,49 para R\$ 75.953,32. No entanto, os atrasos nas liberações dos recursos financeiros só permitiram um aumento de 15% nos recursos empenhados em relação ao montante empenhado em 2009, que foi de R\$ 46.929,36, e uma queda de 16% nos valores efetivamente pagos, que em 2009 foi de R\$ 46.929,36, para o gerenciamento de 4.310 imóveis, enquanto que, em 2010, o montante pago foi de R\$ 39.253,21 para os 5.308 imóveis rurais gerenciados.

No exercício de 2010, a Ação 2105 teve gastos nos seguintes elementos de despesas:

- 1. Diárias com pessoal valores pagos R\$ 28.840,69;
- 2. Material de consumo valores pagos R\$ 500,00;
- 3. Passagens e Despesas com locomoção valores pagos R\$ 4.187,04;
- 4. Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica valores pagos R\$ 5.725,48; TOTAL **R\$ 39.253,21**

2.3.3.2. Ação 2114 - Sistema de Cadastro Rural

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Modernizar banco de dados informatizado, objetivando manter atualizadas as informações sobre 5.000.000 de imóveis rurais cadastrados no Sistema Nacional de Cadastro de Imóveis Rurais - SNCR, e disponibiliza-lo via internet ao usuário. Integrar as diversas fontes de informações federais, estaduais e municipais, sobre o meio rural, visando a construção de um cadastro único, de forma a facilitar a definição de diretrizes de políticas agrária e agrícola.

Descrição: Manutenção e atualização do banco de dados responsável pela captação e pelo armazenamento das informações cadastrais literais e gráficas dos imóveis rurais e seus detentores.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Luciméri Selivon.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Percentual da Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
21	126	0138	2114	A	3	Sistema de Cadastro Rural Mantido	0	0	0	0

Fonte: LOA 2010; PPA 2008-2011; Caderno de Metas 2010; Capacidade Declarada 2011.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho	liquidado	Valor Pago		
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)	
R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	#DIV/0!	R\$ 0,00	#DIV/0!	R\$ 0,00	#DIV/0!	

Fonte: Caderno de Metas 2010; SIAFI Gerencial 2010.

Não se aplica à natureza jurídica da UJ Ação específica do INCRA/SEDE.

Análise Crítica

RECEPÇÃO E TRANSMISSÃO DE ATUALIZAÇÃO CADASTRAL

a) **Principais resultados**: Divulgação e conscientização da Sala da Cidadania e UMC's para observarem procedimentos de recepção de documentos para atualização cadastral no SNCR.

SR-07	MÊS	SNCR-WEB	INTERNET
IMÓVEL GERENCIADO	Janeiro	219	0
IMÓVEL GERENCIADO	Fevereiro	333	0
IMÓVEL GERENCIADO	Março	416	0
IMÓVEL GERENCIADO	Abril	405	0
IMÓVEL GERENCIADO	Maio	518	0
IMÓVEL GERENCIADO	Junho	364	0
IMÓVEL GERENCIADO	Julho	595	0
IMÓVEL GERENCIADO	Agosto	512	0
IMÓVEL GERENCIADO	Setembro	537	0
IMÓVEL GERENCIADO	Outubro	516	0
IMÓVEL GERENCIADO	Novembro	489	0
IMÓVEL GERENCIADO	Dezembro	404	0
Emissão de CCIR	Janeiro	1055	6281
Emissão de CCIR	Fevereiro	771	3551
Emissão de CCIR	Março	910	4069
Emissão de CCIR	Abril	636	2527
Emissão de CCIR	Maio	740	3364
Emissão de CCIR	Junho	376	2011
Emissão de CCIR	Julho	520	2577
Emissão de CCIR	Agosto	562	2929

Emissão de CCIR	Setembro	771	5884
Emissão de CCIR	Outubro	556	2482
Emissão de CCIR	Novembro	534	2194
Emissão de CCIR	Dezembro	433	1918

Fonte: Coordenação-Geral de Cadastro Rural/INCRA/Sede.

2.3.3.3. Ação 4426 - Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Localizar geograficamente os imóveis rurais públicos e privados de áreas predeterminadas, identificando seus limites, uso e aptidão, incorporando dados gráficos ao Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, melhorando a qualidade e consistência das informações cadastrais. Ampliação da Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE - RIBAC/RBMC. Reestruturação e ampliação dos Comitês Regionais de Certificação. Padronizar e Sistematizar a coleta de dados espaciais, bem como o fluxo destes entre as Superintendências Regionais e a Sede do INCRA. Integrar as informações georreferenciadas com serviços de Registro Imobiliários e demais Entes Públicos. Efetuar o Georreferenciamento das áreas públicas com seus limites referenciados ao Sistema Geodésico Brasileiro, conforme previsto na Lei 10.267 de 2001.

Descrição: Localização geográfica dos limites e uso da terra dos imóveis rurais, através de levantamento de campo, com auxilio de tecnologia de posicionamento global (GPS) e Sensoriamento Remoto, constituindo o Sistema de Informações Geográficas - SIG Corporativo do INCRA, melhorando assim, a qualidade e consistência das informações cadastrais. Ampliar a Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE - RIBAC/RBMC.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Marcelo José Pereira da Cunha.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Percentual da Meta realizada	
						Area medida e georreferencia				
21	127	0138	4426	A	3	da (hectares)	2604	0	0,00%	3.534

Fonte: LOA 2010; PPA 2008-2011; Caderno de Metas 2010; Capacidade Declarada 2011.

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho 1	Emitido	Empenho li	quidado	Valor Pago		
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	R\$(c) % (d=c/b)		% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)	
R\$ 39.063,00	R\$ 35.810,83	R\$ 35.810,83	100,00%	R\$ 35.810,83	100,00%	R\$ 35.810,83	100,00%	

Fonte: Caderno de Metas 2010; SIAFI Gerencial 2010.

Análise Crítica

Ao longo do ano de 2010, a **Ação 4426 – Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional** concentrou-se unicamente na certificação de peças técnicas elaboradas por particulares, o que resultou na certificação de 2.143 ha em 3 imóveis rurais certificados.

As atividades de georreferenciamento de imóveis rurais foram desenvolvidas por meio da Ação 8398-Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento porque o descritor dessa ação também comporta os serviços de georreferenciamento, tendo em vista que a dotação orçamentária da infraestrutura de demarcação topográfica, hoje, com as modernas tecnologias apoiadas por GPS, podem perfeitamente ser incluídas dentro desta ação e sua descrição. Na época da contratação dos serviços, optamos pela ação 8398 porque nela havia recursos disponíveis no montante adequado para fazer frente às despesas pretendidas.

Embora a certificação de imóveis rurais seja uma atividade dentro da ação 4426, que mede única e exclusivamente o imóvel medido e georreferenciado, a Superintendência Regional do Rio de Janeira considera a certificação uma meta, uma vez que não há imóvel certificado sem haver, antes, o georreferenciamento. Assim, temos que, diante de 2.604 ha, houve a certificação de 2.143 ha, contribuindo, em tese, para o alcance de 82,29% da meta, pois, dentro dessa ação, temos os imóveis certificados, que são imóveis georreferenciados. Eles são georreferenciados por meio de contratos e convênios celebrados pela autarquia. Conforme explicitado no início, não houve georreferenciamento de imóveis rurais feito pela segunda modalidade. Entretanto, houve um imenso esforço para dar uma resposta a todos os particulares que ingressaram com pedido de certificação, gerando processos administrativos e que estavam com sua análise inconclusa.

Nesse sentido, foram analisados 11 processos de exercícios anteriores correspondendo a mais de 21 mil hectares e 3 processos do exercícios em tela, correspondendo a mais de 1.600 hectares de terras medidas, mas que não atenderam às exigências técnicas e, por isso, foram indeferidos e arquivados, não obtendo, assim, a certificação.

Dessa forma, informamos à Sede do INCRA/Brasília os processos analisados e os processos que resultaram em certificação, uma vez que foram gastos muito mais recursos na análise do que na emissão de certificações. Tendo como base os procedimentos de análise, teríamos uma falsa sensação de que nada foi feito quando, na verdade, foram gastas centenas de horas de trabalho mesmo que a certificação das peças técnicas não tenha sido alcançada.

Nesta ação, o maior problema – durante o exercício de 2010 – referiu-se ao georreferenciamento de áreas públicas, uma vez que possuímos dificuldades institucionais de toda sorte para estabelecer não somente o contato e o engajamento com as demais entidades públicas detentoras de tais áreas, bem como temos nossas próprias limitações logísticas e operacionais. Entre elas, devemos destacar o exíguo quadro funcional para realizar os procedimentos licitatórios e de fiscalização de tais serviços. O fato é que cada servidor se dedica a várias ações em vários programas diferentes, sem falar no fato de que a ação em tela não possui prioridade elevada no âmbito das atribuições da autarquia, e acaba disputando recursos humanos com outras ações que são muito mais demandadas pelos movimentos sociais.

Isso acaba por se refletir em nossos próprios indicadores, pois conseguimos dar uma resposta no que tange aos imóveis certificados, mas não conseguimos ainda alcançar a mesma eficiência nos imóveis georreferenciados.

Desempenho Orçamentário:

A meta física, que na LOA estava prevista em 6.667 ha, sofreu um corte com o contingenciamento determinado pelo Decreto 7.174/2010, caindo para 2.604 ha, ou seja, um corte de 61% da meta anteriormente prevista. O recursos orçamentários também sofreram uma queda considerável, pois, dos R\$ 100.000,00 previstos, o Decreto diminuiu para R\$ 39.063,00

Os recursos foram empregados na execução da fiscalização dos serviços de engenharia de agrimensura.

No exercício de 2010, os recursos empenhados e pagos da Ação 4426 foram gastos nas seguintes despesas:

- 1. Diárias para deslocamento dos servidores valores pagos R\$ 26.962,83;
- 2. Passagens e Despesas com Locomoção valores pagos R\$ 8.848,00.

2.3.3.4. Ação 2110 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Regularizar a situação jurídica de posseiros e populações tradicionais com expedição de títulos de domínio ou concessão de direito real de uso incluindo a ratificação de títulos já emitidos, objetivando o ordenamento fundiário.

Descrição: Análise conclusiva de processos administrativos de regularização fundiária de imóveis rurais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Márcio Marreck Berbigier

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta Prevista	Meta realizada	Percentual da Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
21	1427	0138	2110	A	3	Imóvel/Posse (unidade)	124	5	4,03%	94

Fonte: LOA 2010; PPA 2008-2011.

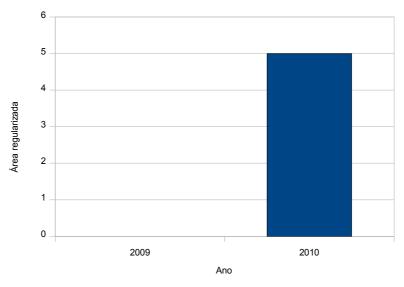
Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

Execução Financeiro-orcamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho	Emitido	Empenho l	iquidado	Valor l	Pago
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
R\$ 50.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 5.216,89	52,17%	R\$ 5.217,89	52,18%	R\$ 5.218,89	52,19%

Fonte: Caderno de Metas 2010; SIAFI Gerencial 2010.

Gráfico 1 Meta física - comparativo entre exercícios



Fonte: Módulo SIR - Monitoramento e Avaliação; RG 2009

Análise Crítica

Cumprimento das metas físicas:

Como a nova chefía da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária começou os trabalhos em abril de 2010, sem infraestrutura compatível com a atividade a ser executada, no que tange à **Ação 2110 – Regularização Fundiária de Imóveis Rurais**, priorizou-se os pedidos de regularização de ocupantes que foram encaminhados ao INCRA, enquanto se aguarda maiores recursos e adequada infraestrutura para que se possa dar andamento à regularização fundiária da Fazenda Nacional de Santa Cruz.

A persecução das metas deu-se por intermédio da regularização dos ocupantes de imóveis no estado. Muito embora tenha sido regularizada uma pequena área, esta abarcou aproximadamente 300 ha.

Assim, não obstante a Divisão ter alcançado apenas 4,03% de cumprimento da meta proposta, o que parece ser pouco, e diante de circunstâncias tão adversas, realizou-se o suficiente, e mais do que o realizado no exercício de 2009 (Gráfico 1).

Na medida das limitações orçamentário-financeiras e de infraestrutura da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária, com relação aos trabalhos internos, esta vem conseguindo realizar as seguintes atividades:

- 1 Digitalização e tratamento do acervo da FNSC (cujo custo foi orçado em R\$ 1.200.000,00);
- 2 Celebração de Termo de Cooperação Técnica com algumas prefeituras para regularização de áreas urbanas;
- 3 Aparelhamento do setor de regularização fundiária (aquisição: gestão total, viatura, impressora, *notebook*, GPS, computador, etc.);
- 5 Criação de uma comissão especial, revisadora de títulos de terra, para tratar da FNSC;
- 6 Inserção de titulação no SIPRA.

A Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária, no âmbito da **Ação 2110**, também iniciou conversas com as prefeituras de Paracambi e Seropédica, com a intenção de estabelecer um Termo de Cooperação Técnica para promover a regularização das áreas que estão inseridas no perímetro urbano destes municípios. Mas esta iniciativa de regularização das terras em perímetro urbano, muito embora de grande valia para a autarquia – pois evita gastos muito elevados e dificuldades quase intransponíveis, como os casos de favelas localizadas no perímetro urbano da FNSC – não prosperou em função da série de exigências colocadas pela Procuradoria do INCRA à finalização formal do documento.

Problemas de execução:

Alguns dos principais problemas enfrentados para a execução da Ação 2110 – Regularização Fundiária de Imóveis Rurais, são as que se seguem:

- Falta de conhecimento dos ocupantes para que pleiteiem seus direitos junto ao INCRA;
- Dificuldades logísticas e materiais;
- Exíguo quadro de recursos humanos;
- Falta de infraestrutura;
- Dificuldades colocadas pela Procuradoria do INCRA para aprovar os Termos de Cooperação
 Técnica com as prefeituras;

- Dificuldades de obtenção de recursos orçamentário-financeiros para o andamento da Regularização Fundiária da FNSC;
- Falta de apoio às iniciativas da SR-07/RJ por parte dos gestores da sede;
- Condição precária do acervo da FNSC;
- Aposentadoria do único servidor que conhece a fundo os problemas e as áreas da FNSC.

Desempenho Orçamentário

Diversamente de outras ações do Programa 0138, a **Ação 2110** não sofreu nenhum corte em sua meta orçamentária com o Decreto 7.174/2010, de contingenciamento dos recursos, mantendo-se, portanto, para sua programação operacional, os R\$ 50.000,00 destacados na LOA. Contudo, apesar desse valor, só foi provisionado, para a Ação, R\$ 10.000,00, dos quais foram empenhados 52,18% deste valor, R\$ 5.217,89, não variando em nada do valor pago, R\$ 5.218,89.

As despesas com a Ação 2110 foram, efetivamente, as que se seguem:

- 1. Diárias com deslocamento de servidores valores pagos R\$ 4.215,89;
- 2. Outros Serviços de Terceiros P. Jurídica valores pagos R\$ 1.003,00. TOTAL **R\$ 5.218,89**

2.3.3.5. Ação 8380 - Retomada de Terras Públicas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Retomar terras públicas irregularmente ocupadas, de forma a combater a grilagem e outras formas de ocupações ilícitas, por meio de ações judiciais.

Descrição. Abertura de processos administrativos de retomadas de terras da União ocupadas de forma ilícita, mediante ação judicial; vistoria, avaliação e demarcação de imóveis previamente identificados como irregulares; indenização de benfeitorias úteis e necessárias edificadas de boa fé.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Márcio Marreck Berbigier

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Percentual da Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
						Area com processo impetrado				
21	127	0138	8380	A	3	(hectares)	102	0	0,00%	0

Fonte: LOA 2010; PPA 2008-2011; Caderno de Metas 2010; Capacidade Declarada 2011.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho	Emitido	Empenho	liquidado	Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
R\$ 4.560,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00 #DIV/0!		R\$ 0,00	#DIV/0!	R\$ 0,00	#DIV/0!

Fonte: Caderno de Metas 2010; SIAFI Gerencial 2010.

Análise Crítica

No ano de 2010, a **Ação 8380 – Retomada de Terras Públicas** ficou impossibilitada de ser efetivada devido à falta de estrutura existente para a ação de Regularização Fundiária, que em nosso estado está totalmente voltada para a área de 82.000 ha, distribuída entre 9 municípios, que se insere no perímetro da Fazenda Nacional de Santa Cruz.

Hoje é humanamente impossível desenvolver adequadamente qualquer atividade relacionada a esta ação, uma vez que a SR-07/RJ não dispõe de recursos humanos, financeiros e de infraestrutura para dar suporte a esta importante ação: não há instalações adequadas para receber um acervo tão raro, com documentos e livros fundiários que datam da época do Império e que hoje estão em estado precário.

Não há como precisar a delimitação da área que hoje pertence à FNSC, condição fundamental para iniciar um trabalho de levantamento de áreas que podem ser retomadas pela União. Diante das condições existentes, e para dar uma alavancada na Regularização Fundiária no estado do Rio de Janeiro, optou-se pela regularização de áreas — urbanas e rurais, que foram requeridas pelos ocupantes por meio de processos administrativos — principalmente daquelas localizadas nos municípios de Seropédica, Paracambi e Santa Cruz.

Conforme foi mencionado, para que a SR-07/RJ possa implementar a Ação 8380 — Retomada de Terras Públicas, é preciso empreender as seguintes medidas preliminares: Digitalização de todo o acervo da FNSC; prover a Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária com equipamentos e instalações modernas e adequadas; estabelecer um convênio com o Exército para delimitação do perímetro da FNSC; contratação de pessoal qualificado e com conhecimento da área (ex-funcionários do antigo Projeto Fundiário de Santa Cruz); e recursos financeiros suficientes para manter pelo menos duas equipes de campo trabalhando ininterruptamente na área. Caso não sejam levadas a efeito tais providências, não há como o INCRA implementar esta ação no estado do Rio de Janeiro.

Como não houve empenho para se perseguir o alcance da meta, também não houve provisionamento de recursos orçamentários.

2.3.3.6. Ação 8378 - Ações Preparatórias para Destinação de Terras Públicas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Diagnosticar e destinar as terras públicas a serem regularizadas.

Descrição. Levantamento do ambiente natural, socioeconômico e cultural e elaboração do anteprojeto de destinação das glebas ou sub-glebas públicas federais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Márcio Marrek Berbigier

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta realizada	Percentual da Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
21	127	0138	8378	A	Área Diagnosticada destinada (hectare)	20.000,00	0	0,00%	16.000,00

Fonte: LOA 2010; PPA 2008-2011.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

Execução Financeiro-orcamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho	Empenho Emitido		liquidado	Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
R\$ 45.613,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	#DIV/0!	R\$ 0,00	#DIV/0!	R\$ 0,00	#DIV/0!

Fonte: Caderno de Metas 2010; SIAFI Gerencial 2010.

Análise Crítica

Não houve alcance de meta e nem execução orçamentária e financeira na **Ação 8378** – **Ações Preparatórios para Destinação de Terras Públicas** pelas mesmas razões apontadas para o desempenho da Ação 8380 – Retomada de Terras Públicas, pois as atividades foram concentradas na área da Antiga Fazenda Nacional de Santa Cruz – FNSC, a qual abrange 9 municípios do estado do Rio de Janeiro.

No estado do Rio de Janeiro temos apenas uma área que pode ser enquadrada nesta ação: trata-se da Fazenda do Pinheiro, localizada no Município de Pinheiral, com área de aproximadamente 1.000 ha, que não possui registro cartorial e hoje está sob responsabilidade da SPU. Foram realizadas várias reuniões e tratativas para proceder-se à regularização desta área, que hoje vem sendo disputada pela Universidade Federal Fluminense, pela Prefeitura do Município e por posseiros. As conversas evoluiram para a formalização de Termo de Cooperação Técnica entre INCRA, SPU, PREFEITURA DE PINHEIRAL e UFF – Universidade Federal Fluminense, em que cada uma das entidades ficaria incubida de executar uma ação específica a fim de viabilizar a regularização da área.

Em 2010, programou-se uma meta de 100 ha, basicamente para atender à Universidade e algumas situações de posseiros. Para tanto, foi orçado um valor de R\$ 4.560,00, que seriam gastos apenas no levantamento do perímetro referente à meta prevista. Dois motivos foram decisivos para o não cumprimento da meta estabelecida no exercício anterior. O primeiro deles foi a não liberação dos recursos pelo INCRA/Sede, embora tenham sido requisitados em tempo hábil para a execução dos serviços. O outro, foi a indecisão sobre a legalidade de se aplicar recursos financeiros para executar demarcação de perímetro em área que não está sob jurisdição do INCRA. Por isso trabalhou-se, em 2010, no sentido de firmar um termo de cooperação técnica a fim de viabilizar os acordos já homologados em ata com os órgãos participantes e interessados em regularizar a área. Muito embora o INCRA não tenha efetivado trabalhos diretamente na área, existem alternativas que já estão sendo viabilizadas pelos demais órgãos (SPU/UNIVERSIDADE/PREFEITURA) para regularizar a referida área.

2.3.3.7. Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Luciméri Selivon Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Percentual da Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
21	122	138	2272	A	****	****	****	****	****	****

Fonte: LOA 2010; PPA2008-2011; Caderno de Metas 2010; Capacidade Declarada 2011.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho I	Empenho Emitido		quidado	Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
R\$ 5.613,00	R\$ 62.477,70	R\$ 54.508,70	87,25%	R\$ 54.508,70	87,25%	R\$ 54.508,70	87,25%

Fonte: Caderno de Metas 2010; SIAFI Gerencial 2010.

Análise crítica

Na Ação de Gestão de Administração do **Programa 0138** foram custeados – no exercício de 2010 – gastos com deslocamentos de servidores para reuniões na Sede, despesas para compra de material de escritório e serviços de cópias em formatos especiais, compra de equipamentos permanentes, como material de informática e GPS.

Eis os valores referentes às naturezas da despesa:

- 1. Diárias com deslocamento de servidores valores pagos R\$ 3.311,70;
- 2. Passagens e Despesas com Locomoção valores pagos R\$ 37.301,00;
- 3. Equipamento e Material Permanente valores pagos R\$ 13.896,00.

TOTAL - R\$ 54.508,70

2.3.4. Programa 0139 - Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo ⁵
Demonstrativo da execução Orçamentaria por Frograma de Governo
⁵ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.4.1. Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

Descrição: Treinamento, qualificação e requalificação de servidores, buscando a manutenção dos padrões de qualidade do serviço público.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Ronaldo Alves de Souza.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Percentual da Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
21	128	0139	4572	A	4	Servidor Capacitado (unidade)	70	97	138,57%	97

Fonte: LOA 2010; PPA 2008-2011; Caderno de Metas 2010; Capacidade Declarada 2011.

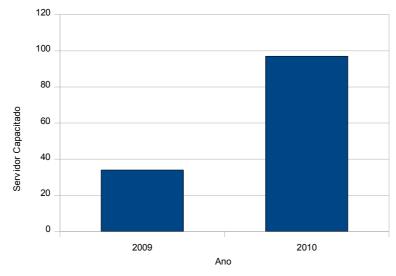
Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho lic	quidado	Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
R\$ 66.290,00	R\$ 109.663,90	R\$ 96.576,87	88,07%	R\$ 96.576,87	88,07%	R\$ 96.576,87	88,07%

Fonte: Caderno de Metas 2010; SIAFI Gerencial 2010.

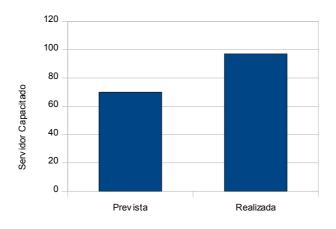
 $\label{eq:Grafico1} Grafico\ 1$ Meta física - comparativo entre exercícios



Fonte: Módulo SIR - Monitoramento e Avaliação; RG 2009

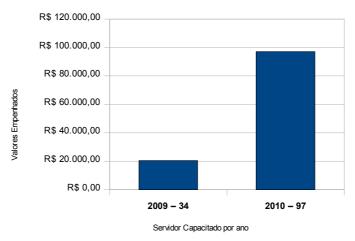
Gráfico 2

Comparativo entre Metas - 2010



Fonte: Caderno de Metas; Módulo SIR - Monitoramento e Avaliação

 $\label{eq:Gratico3} Gráfico\ 3$ Comparativo - Meta física e Orçamentária



Fonte: RG 2009; Caderno de Metas 2010; SIAFI 2010

Análise Crítica

Cumprimento das metas físicas:

Os resultados desta ação são verificados a médio e longo prazo. O desenvolvimento de habilidades e competências dos servidores acarretará melhorias no desempenho de suas atividades. O investimento nesta ação proporciona melhores resultados institucionais e pessoais.

No ano de 2010, a SR-07/RJ utilizou a ferramenta de Oficinas Internas, ocasionando um maior número de servidores capacitados, bem como a redução dos custos.

Destaque-se que, em relação à 2009, em que a Superintendência Regional do INCRA no Rio de Janeiro capacitou 34 servidores, em 2010, esse número saltou para 97 servidores, um aumento de 185,3%, superando em 38,6% a meta programada para o exercício, de qualificar 70 servidores. (vide Gráfico 1 e 2 e quadro abaixo).

O número de servidores, acima do programado, deu-se em razão de traçar-se eventos internos (com redução de despesas). Alguns eventos de capacitação foram elaborados levando-se em consideração a execução direta das atividades individuais e coletivas dos servidores. Além disso, muitos servidores, por conta própria, resolveram fazer cursos de capacitação online, oferecidos por entidades governamentais, como ENAP e TCU, o que também significou uma economia nas despesas com eventos de capacitação.

Na persecução das metas de capacitação, não foram evidenciados problemas na execução dessa ação. Contudo, se houvesse um planejamento estratégico de nossas ações de forma conjunta com a área de desenvolvimento humano da Superintendência Regional, o benefício institucional seria relevante.

DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS REALIZADOS EM CAPACITAÇÃO/2010.

N°	SERVIDOR	CURSO	Carga Horária	PERÍODO
1	Luiz Henrique de Andrade Mendes	V Congresso Brasileiro de Pregoeiros	26	15 a 18/03/2010
2	José Alves Pereira	V Congresso Brasileiro de Pregoeiros	26	15 a 18/03/2010
3	Luiz Carlos de Andrade	Desenvolvimento WEB	79	25/02 a 22/03/2010
4	Antônio de Pádua de Queiroz Cordeiro	Curso de Introdução ao Geoprocessamento no INPE	40	02 a 08/05/2010.
5	Solange Ribeiro da Silva	Fórum de Vigilância e Promoção à Saúde do servidor público	20	23 a 26/06/2010.
6	Mônica Cavalcanti Lepri	IV Encontro de Estudos Rurais	16	06 a 09/07/2010.
7	Maria Clara Abalo	Licitações e Contratos Administrativos	30	05 a 30/07/2010.
8	Maria Claro Abalo	Lei de Responsabilidade Fiscal	30	05 a 30/07/2010.
9	Luiz Felício Palermo	Licitações e Contratos Administrativos.	30	05 a 30/07/2010.
10	Asélio Vieira Passos	Licitações e Contratos Administrativos.	30	05 a 30/07/2010.
11	Juliana Lemos Hermont	Licitações e Contratos Administrativos.	30	05 a 30/07/2010.
12	Eudes Silva Américo Junior	Treinamento em Tomada de Contas Especial	40	09 a 13/08/2010.
13	Pablo Alves de Souza Pontes	Treinamento em Tomada de Contas Especial	40	09 a 13/08/2010.
14	Luiz Carlos Andrade	XVIII Semana de Análise de Pontos de Função	40	02 a 06/08/2010.
15	Aselio Vieira Passos	Curso Prático de Defesa da Ref. Agrária	16	05 a 06/08/2010.
16	Carlos Henrique Naegeli Gondim	Curso Prático de Defesa da Ref. Agrária	16	05 a 06/08/2010.
17	Celso Souza Silva	Curso Prático de Defesa da Ref. Agrária	16	05 a 06/08/2010.
18	Eurecina Lopes Vale	Curso Prático de Defesa da Ref. Agrária	16	05 a 06/08/2010.

Edgar Campos Leite	Curso Prático de Defesa da Ref. Agrária	16	05 a 06/08/2010.
José Alves Pereira	Curso Prático de Defesa da Ref. Agrária	16	05 a 06/08/2010.
Luiza Teske Crisóstomo	Curso Prático de Defesa da Ref. Agrária	16	05 a 06/08/2010.
Luiz Felício Palermo	Curso Prático de Defesa da Ref. Agrária	16	05 a 06/08/2010.
Luiz Henrique Andrade Mendes	Curso Prático de Defesa da Ref. Agrária	16	05 a 06/08/2010.
Maria Jurgleide de Castro Oliveira	Curso Prático de Defesa da Ref. Agrária	16	05 a 06/08/2010.
Neilor Carlos da Paixão	Curso Prático de Defesa da Ref. Agrária	16	05 a 06/08/2010.
Rodrigo Alcântara Mesquita	Curso Prático de Defesa da Ref. Agrária	16	05 a 06/08/2010.
Ricardo dos Santos Borges	Curso Prático de Defesa da Ref. Agrária	16	05 a 06/08/2010.
Sandra da Rosa Andrade	Curso Prático de Defesa da Ref. Agrária	16	05 a 06/08/2010.
Vera Lúcia Alves	Curso Prático de Defesa da Ref. Agrária	16	05 a 06/08/2010.
Tânia Oliveira de Andrade Miller	Curso Prático de Defesa da Ref. Agrária	16	05 a 06/08/2010.
Carlos Magno Magalhães da Silva	Curso Prático de Defesa da Ref. Agrária	16	05 a 06/08/2010.
Leandro P. C. Guimarães	Curso Prático de Defesa da Ref. Agrária	16	05 a 06/08/2010.
Eurecina Lopes Vale	Oficina de Treinamento Interno – Procedimentos Adm. para Titulação de Projetos de Assentamento da Ref. Agrária	32	10 a 13/08/2010.
Lecila Soares Meirelles	Oficina de Treinamento Interno – Procedimentos Adm. para Titulação de Projetos de Assentamento da Ref. Agrária	32	10 a 13/08/2010.
Manoel João de Souza Filho	Oficina de Treinamento Interno – Procedimentos Adm. para Titulação de Projetos de Assentamento da Ref. Agrária	32	10 a 13/08/2010.
Mariula das Graças de Almeida Glória	Oficina de Treinamento Interno – Procedimentos Adm. para Titulação de Projetos de Assentamento da Ref. Agrária	32	10 a 13/08/2010.
Neilor Carlos da Paixão	Oficina de Treinamento Interno – Procedimentos Adm. para Titulação de Projetos de Assentamento da Ref. Agrária	32	10 a 13/08/2010.
	José Alves Pereira Luiza Teske Crisóstomo Luiz Felício Palermo Luiz Henrique Andrade Mendes Maria Jurgleide de Castro Oliveira Neilor Carlos da Paixão Rodrigo Alcântara Mesquita Ricardo dos Santos Borges Sandra da Rosa Andrade Vera Lúcia Alves Tânia Oliveira de Andrade Miller Carlos Magno Magalhães da Silva Leandro P. C. Guimarães Eurecina Lopes Vale Lecila Soares Meirelles Manoel João de Souza Filho Mariula das Graças de Almeida Glória	José Alves Pereira Curso Prático de Defesa da Ref. Agrária Luiza Teske Crisóstomo Curso Prático de Defesa da Ref. Agrária Luiz Felício Palermo Curso Prático de Defesa da Ref. Agrária Luiz Henrique Andrade Mendes Curso Prático de Defesa da Ref. Agrária Maria Jurgleide de Castro Oliveira Curso Prático de Defesa da Ref. Agrária Meilor Carlos da Paixão Curso Prático de Defesa da Ref. Agrária Rodrigo Alcântara Mesquita Curso Prático de Defesa da Ref. Agrária Ricardo dos Santos Borges Curso Prático de Defesa da Ref. Agrária Sandra da Rosa Andrade Curso Prático de Defesa da Ref. Agrária Leandro P. C. Guimarães Curso Prático de Defesa da Ref. Agrária Curso Prático de Defesa da Ref. Agrária Lecila Lopes Vale Oficina de Treinamento Interno – Procedimentos Adm. para Titulação de Projetos de Assentamento da Ref. Agrária Manoel João de Souza Filho Oficina de Treinamento Interno – Procedimentos Adm. para Titulação de Projetos de Assentamento da Ref. Agrária Mariula das Graças de Almeida Oficina de Treinamento Interno – Procedimentos Adm. para Titulação de Projetos de Assentamento da Ref. Agrária Neilor Carlos da Paixão Oficina de Treinamento Interno – Procedimentos Adm. para Titulação de Projetos de Assentamento da Ref. Agrária	José Alves Pereira Curso Prático de Defesa da Ref. Agrária 16 Luiza Teske Crisóstomo Curso Prático de Defesa da Ref. Agrária 16 Luiz Felício Palermo Curso Prático de Defesa da Ref. Agrária 16 Luiz Henrique Andrade Mendes Curso Prático de Defesa da Ref. Agrária 16 Maria Jurgleide de Castro Oliveira Curso Prático de Defesa da Ref. Agrária 16 Neilor Carlos da Paixão Curso Prático de Defesa da Ref. Agrária 16 Rodrigo Alcântara Mesquita Curso Prático de Defesa da Ref. Agrária 16 Ricardo dos Santos Borges Curso Prático de Defesa da Ref. Agrária 16 Ricardo dos Santos Borges Curso Prático de Defesa da Ref. Agrária 16 Sandra da Rosa Andrade Curso Prático de Defesa da Ref. Agrária 16 Vera Lúcia Alves Curso Prático de Defesa da Ref. Agrária 16 Tânia Oliveira de Andrade Miller Curso Prático de Defesa da Ref. Agrária 16 Carlos Magno Magalhães da Silva Curso Prático de Defesa da Ref. Agrária 16 Leandro P. C. Guimarães Curso Prático de Defesa da Ref. Agrária 16 Eurecina Lopes Vale Oficina de Treinamento Interno – Procedimentos Adm. para Titulação de Projetos de Assentamento da Ref. Agrária 23 Lecila Soares Meirelles Oficina de Treinamento Interno – Procedimentos Adm. para Titulação de Projetos de Assentamento da Ref. Agrária 23 Manoel João de Souza Filho Oficina de Treinamento Interno – Procedimentos Adm. para Titulação de Projetos de Assentamento da Ref. Agrária 24 Mariula das Graças de Almeida Oficina de Treinamento Interno – Procedimentos Adm. para Titulação de Projetos de Assentamento da Ref. Agrária 24 Mariula das Graças de Almeida Oficina de Treinamento Interno – Procedimentos Adm. para Titulação de Projetos de Assentamento da Ref. Agrária 24 Neilor Carlos da Paixão Oficina de Treinamento Interno – Procedimentos Adm. para Titulação de Projetos de Assentamento da Ref. Agrária 24 Neilor Carlos da Paixão Oficina de Treinamento Interno – Procedimentos Adm. para Titulação de Projetos de Assentamento da Ref. Agrária 24 Neilor Carlos da Paixão Oficina de Treinamento Interno – Procedimentos Adm. para Titulação de Projetos de As

38	Tânia Oliveira de Andrade Miller	Oficina de Treinamento Interno – Procedimentos Adm. para Titulação de Projetos de Assentamento da Ref. Agrária	32	10 a 13/08/2010.
39	Antônio Fernando Mattza	Palestra Automotivação e Prazer no Trabalho	2	13/8/2010
40	Darcy Lopes de Castro	Palestra Automotivação e Prazer no Trabalho	2	13/8/2010
41	Alexandre Mario Sales	Palestra Automotivação e Prazer no Trabalho	2	13/8/2010
42	Marcos Cavalcante Rodrigues	Palestra Automotivação e Prazer no Trabalho	2	13/8/2010
43	Evans Leandro da Silva	Palestra Automotivação e Prazer no Trabalho	2	13/8/2010
44	Miguel Pedro Alves Cardoso	Palestra Automotivação e Prazer no Trabalho	2	13/8/2010
45	Julio Cesario de Mello Neto	Palestra Automotivação e Prazer no Trabalho	2	13/8/2010
46	Rodrigo Fernandes Gomes Bonfim	Palestra Automotivação e Prazer no Trabalho	2	13/8/2010
47	Carlos Alberto da Silva Souza	Palestra Automotivação e Prazer no Trabalho	2	13/8/2010
48	Jose Luis Moura de Azevedo	Palestra Automotivação e Prazer no Trabalho	2	13/8/2010
49	Luiz Cláudio Machado dos Santos	Palestra Automotivação e Prazer no Trabalho	2	13/8/2010
50	Ricardo Bello Franco	Palestra Automotivação e Prazer no Trabalho	2	13/8/2010
51	Gustavo Souto de Noronha	Palestra Automotivação e Prazer no Trabalho	2	13/8/2010
52	Celso Souza Silva	Palestra Automotivação e Prazer no Trabalho	2	13/8/2010
53	Luiz Carlos de Andrade	Palestra Automotivação e Prazer no Trabalho	2	13/8/2010
54	João Carlos F. M. De Carvalho	Palestra Automotivação e Prazer no Trabalho	2	13/8/2010
55	Adalto Fioravante Filho	Palestra Automotivação e Prazer no Trabalho	2	13/8/2010
56	Neilor Carlos da Paixão	Palestra Automotivação e Prazer no Trabalho	2	13/8/2010
57	Eduardo Gomes Vieira	Palestra Automotivação e Prazer no Trabalho	2	13/8/2010
58	Adauto Tavares de Oliveira Silva	Palestra Automotivação e Prazer no Trabalho	2	13/8/2010
59	Maria Jurgleide de C. Oliveira	Palestra Automotivação e Prazer no Trabalho	2	13/8/2010
60	André Luis Oliveira e Silva	Capacitação em Fiscalização do Cumprimento da Função Social de Imóveis Rurais	40	16 a 20/08/2010

61	Carlos Magno Magalhães da Silva	Capacitação em Fiscalização do Cumprimento da Função Social de Imóveis Rurais	40	16 a 20/08/2010
62	Cláudia Fajardo da Fonseca Videira	Capacitação em Fiscalização do Cumprimento da Função Social de Imóveis Rurais	40	16 a 20/08/2010
63	Luiza Teske Crisóstomo	Capacitação em Fiscalização do Cumprimento da Função Social de Imóveis Rurais	40	16 a 20/08/2010
	Maria Alice Silva Albuquerque Moreira	Capacitação em Fiscalização do Cumprimento da Função Social de Imóveis Rurais	40	16 a 20/08/2010
65	Rodrigo Alcântara Mesquita	Capacitação em Fiscalização do Cumprimento da Função Social de Imóveis Rurais	40	16 a 20/08/2010
66	Sérgio Mendes Costa Filho	Capacitação em Fiscalização do Cumprimento da Função Social de Imóveis Rurais	40	16 a 20/08/2010
67	Luiz Alves de Alcântara	Capacitação em Fiscalização do Cumprimento da Função Social de Imóveis Rurais	40	16 a 20/08/2010
68	Manuel Furtado Neves	Capacitação em Fiscalização do Cumprimento da Função Social de Imóveis Rurais	40	16 a 20/08/2010
69	Luiz Felício Palermo	Capacitação em Fiscalização do Cumprimento da Função Social de Imóveis Rurais	40	16 a 20/08/2010
70	Asélio Vieira Passos	Capacitação em Fiscalização do Cumprimento da Função Social de Imóveis Rurais	40	16 a 20/08/2010
71	Neilor Carlos da Paixão	Oficina Interna de Crédito Instalação	8	30/8/2010
72	Fernando Roberto Pimenta	Oficina Interna de Crédito Instalação	8	30/8/2010
	Mariula das Graças Almeida Glória	Oficina Interna de Crédito Instalação	8	30/8/2010
74	Fernando Scotti	Oficina Interna de Crédito Instalação	8	30/8/2010
75	Marisa Sousa Rossetto	Oficina Interna de Crédito Instalação	8	30/8/2010
76	Celso Souza Silva	Oficina Interna de Crédito Instalação	8	30/8/2010
77	Juliana Lemos Hermont	Oficina Interna de Crédito Instalação	8	30/8/2010
78	Evans Leandro da Silva	Oficina Interna de Crédito Instalação	8	30/8/2010
79	Luiz F elicio Palermo	Oficina Interna de Crédito Instalação	8	30/8/2010

80	Maria Zilda Silva	Oficina Interna de Crédito Instalação	8	30/8/2010
81	Julio Cesario M. Neto	Oficina Interna de Crédito Instalação	8	30/8/2010
82	Bruno Machado Pires	Oficina Interna de Crédito Instalação	8	30/8/2010
83	Asélio Vieira Passos	Oficina Interna de Crédito Instalação	8	30/8/2010
84	Dragutin Petkov	Oficina Interna de Crédito Instalação	8	30/8/2010
85	Marilda Loureiro Cavalcanti	Oficina Interna de Crédito Instalação	8	30/8/2010
86	Solange Ribeiro da Silva	Oficina Interna de Crédito Instalação	8	30/8/2010
87	Liana Lima Rodrigues	Oficina Interna de Crédito Instalação	8	30/8/2010
88	Pablo Alves Pontes	Oficina Interna de Crédito Instalação	8	30/8/2010
89	Antônio Pereira Gaspar	Oficina Interna de Crédito Instalação	8	30/8/2010
90	Solange Ribeiro da Silva	III Encontro e Atenção à Saúde do servidor Público	30	31/08 a 04/09/2010
91	Igor Brum Rubim	Curso de Capacitação de GPS Juno	32	27/09 a 01/10/2010
92	Evaldo da Silva Paixão	Curso Gestão de Materiais	40	18/10 a 22/10/2010
93	Solange Ribeiro da Silva	Formação de Multiplicadores em Gestão de Pessoas	40	18/10 a 22/10/2010
94	Ricardo Bello Franco	COBRAC 2010	40	10/10 a 14/10/2010
95	Solange Ribeiro da Silva	Formação de Multiplicadores em Gestão de Pessoas	40	22/11 a 26/11/2010
96	Maria Clara Abalo Ferraz de Andrade	Fórum Nacional de Planejamento, Monitoramento, Avaliação e Tecnologia da Informação	30	30/11 a 03/12/2010
97	Luiz Carlos de Andrade	Fórum Nacional de Planejamento, Monitoramento, Avaliação e Tecnologia da Informação	30	30/11 a 03/12/2010

Fonte: Recursos Humanos – SR-07/RJ.

Desempenho Orçamentário

Com relação ao desempenho orçamentário e financeiro da ação, embora tenhamos tido mais gastos, comparativamente ao exercício de 2009, o número de servidores capacitados também foi bem maior (Gráfico 3). Em 2009, foram capacitados apenas 34 servidores, tendo-se emitidos empenhos no

valor R\$ 20.428,49 e pago um total de R\$ 5.588,00. Já no exercício seguinte, as despesas empenhadas alcançaram o montante de R\$ 96.576,87, após um provisionamento de R\$ 109.663,90, para a capacitação de 97 servidores. Ou seja, em 2009, o INCRA empenhou R\$ 600,84 para capacitar cada servidor, enquanto que, em 2010, as despesas empenhadas foram de R\$ 995,64 por servidor. Entende-se, portanto, porque os créditos disponibilizados para a capacitação superaram em 65,43% o programado, e a Superintendência empenhou e pagou 88,07% desse montante.

Especificamente, a Ação de Capacitação de Servidores teve as despesas discriminadas como se segue:

- 1. Diárias com deslocamento de servidores valores pagos R\$ 63.225,96;
- 2. Passagens e Despesas com Locomoção valores pagos R\$ 21.971,40;
- 3. Outros Serviços de terceiros valores pagos R\$ 11.379,51.

TOTAL - **R\$ 96.576,87**

2.3.5. Programa 1120 - Paz no Campo

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.⁶

⁶ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.5.1. Ação 2109 - Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Ação orçamentária

Finalidade: Articular junto à Ouvidoria Agrária Nacional e as diferentes esferas governamentais e não-governamentais, o atendimento das demandas das famílias acampadas, incluindo-se as vítimas de trabalho escravo, minimizando o impacto das dificuldades enfrentadas, contribuindo para a garantia dos direitos humanos e iniciando um processo de informação e formação para a inclusão social e produtiva dessas famílias.

Descrição: a) apoio jurídico às famílias acampadas com o objetivo de garantir o respeito aos direitos humanos, ao facilitar seus acesso a serviços advocatícios e de expedição de documentos; b) apoio jurídico, social e psicológico aos vitimizados pela escravidão; c) apoio técnico às famílias acampadas visando a capacitação técnica para a produção agrícola; e d) apoio social às famílias acampadas, visando melhoria das condições de vida e da segurança alimentar, por meio da atenção médico-psicologica e logística para as famílias despejadas ou vítimas de violências no campo.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Luciano Brunet Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Percentual da Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
21	631	1120	2109	A	3	Família acampada assistida (unidade)	125	5735	4588,00%	1.050

Fonte: Caderno de Metas 2010; Relatório da Monitoria 2010.

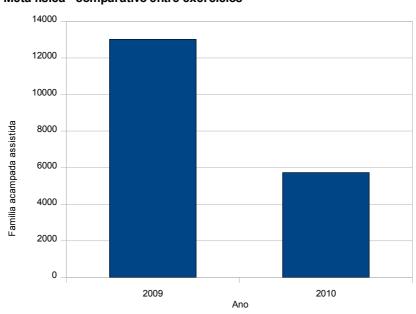
Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho lic	quidado	Valor Pago		
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e) % (f=e/b)		R\$ (g)	% (h=g/b)	
R\$ 14.000,00	R\$ 92.125,00	R\$ 83.278,17	90,40%	R\$ 83.278,17	90,40%	R\$ 83.278,17	90,40%	

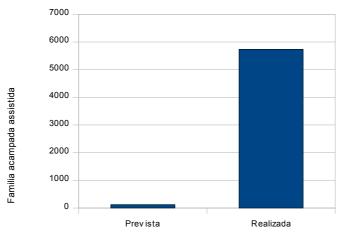
Fonte: Caderno de Metas 2010; SIAFI Gerencial 2010.

 $\label{eq:Grafico} Grafico~1$ Meta física - comparativo entre exercícios



Fonte: Módulo SIR - Monitoramento e Avaliação; RG 2009

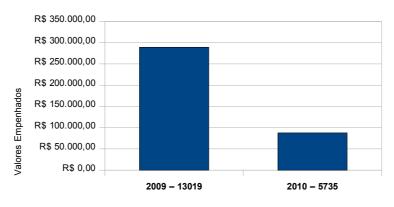
Gráfico 2 Comparativo entre Metas - 2010



Fonte: Caderno de Metas; Módulo SIR - Monitoramento e Avaliação

Gráfico 3

Comparativo - Meta física e Orçamentária



Familia acampada assistida por ano

Fonte: Caderno de Metas; Módulo SIR - Monitoramento e Avaliação

Análise Crítica

A distribuição de cestas de alimentos às famílias de sem-terra acampadas é objeto do Termo de Cooperação firmado entre MDS, MDA e INCRA. Na SR-07/RJ, a equipe do Setor Fome Zero é composta por 03 servidores e, eventualmente, de acordo com as urgências e as emergências, outros servidores integram a equipe.

Para melhor ilustrar, eis abaixo os Acampamentos atendidos em 2010:

ACAMPAMENTO	FAZENDA	MUNICIPIO	N°. DE FAMILIA	MOVIMENTO SOCIAL
UNIÃO, T. TRAB.	VALE DO SOL	SEROPEDICA	13	MTL
TERRA NOSTRA	DOUTOR EIRAS	PARACAMBI	43	MTL
MARLI P. SILVA	RIO NOVO	PARACAMBI	70	MST
PROJ. TERRA	RIO BANDA	PARACAMBI	20	FETAG
IRMÃ DOROTY	F. DAS PEDRAS	QUATIS	142	MST
TERRA PAZ	AYMORÉS	PIRAI	13	MST
A. MOREIRA	NEGREIROS	S.P.ALDEIA	28	FETAG
ROSA FARINHA	RODOVIA	S.P.ALDEIA	23	FETAG
A. MARTINS	CANTAGALO	RIO DAS OSTRAS	47	FETAG
ROSELI NUNES	I NUNES CESBRA PIRAI		11	MST
TERRA LIVRE	PONTE	RESENDE	34	MST
M. CRIOULA	SÃO PAULO	VALENÇA	20	MST
GIZELI LIMA	SÃO JOSÉ	VALENÇA	58	MST
S. LAN I	SOPBARA	SILVA JARDIM	22	FETAG
S. LAN II	S. LAN II	SILBA JARDIM	49	MST
S. LAN III	B. PEÇANHA	SILVA JARDIM	25	MST
TRES MARIAS	TRES MARIAS	MACAÉ	41	FETAG
U. CONQUISTA	ATALAIA	MACAÉ	48	FETAG
O. OLIVEIRA	BR 101	MACAÉ	178	MST
J.B. SOARES	BOA SORTE	CARAPEBUS	58	FETAG
ZÉ PUREZA	SÃO JOÃO	C. DE MACABU	20	FETAG
PAULO FREIRE	PILAR	QUISSAMÃ	16	FETAG
GOITACAZES	SANTA MARIA	C. GOITACAZES	18	FETAG
J. CASTRO	AZURARA	C. GOITACAZES	35	MST

17 DE ABRIL	RODOVIA	C. GOITACAZES	39	MST
20 DE NOV.	ZUMBI	C. GOITACAZES	16	MST
M. CRISTINA	A. DOURADO	C. GOITACAZES	55	MST
PAZ NA TERRA	F. VERMELHA	C. MOREIRA	74	MST
CHICO MENDES	SÃO JOSÉ	C. MOREIRA	31	MST
F. JULIÃO	SÃO JOSÉ	C. MOREIRA	41	MST
F. DE BELÉM	F. DE BELÉM	ITAPERUNA	35	FETAG
ARE	SÃO DOMINGOS	ITAPERUNA	90	FETAG
ELDORADO	RODOVIA	B. JESUS ITABAPOANA	35	MST
SÃO ROQUE	SANTA MARIA	B. JESUS ITABAPOANA	20	MST
U. VENCER.	SANTA VITÓRIA	SÃO FIDELIS	16	FETAG

Evidentemente, variações ocorrem no número de famílias acampadas. No entanto, no quadro acima levou-se em consideração as duas últimas entregas de cestas de alimentos (5ª e 6ª etapas), ocorridas entre os meses de novembro e dezembro de 2010, que contemplaram 1.481 famílias em situação de insegurança alimentar.

Ao longo do exercício de 2010, a reclamação mais contundente das famílias acampadas referira-se às pendências relacionadas à aquisição de terras. Alguns trabalhadores rurais sem-terra reclamam da falta de apoio e explicitam que precisam de apoio jurídico, técnico e psicológico.

CUMPRIMENTO DAS METAS FÍSICAS:

As metas físicas foram cumpridas muito além do programado, alcançando, de uma previsão de apenas 125 famílias, um total de **5.735** famílias acampadas. Assim, apesar do atraso no cronograma, o impacto dos resultados foi positivo (Gráfico 2).

Surgiram alguns problemas na execução da **Ação 2109**, de natureza tipicamente operacional, tais como: 1) dificuldade de obter viatura oficial destinada ao Setor Fome Zero; 2) problemas de atraso na disponibilização orçamentário-financeira; 3) ausência de um caminhão próprio para a execução das demandas, sempre urgentes, e, em decorrência deste terceiro entrave, 4) problemas na licitação para contratação ou locação de um caminhão.

Um fator significativo para o cumprimento da meta para além do estabelecido foi o apoio da CONAB/RJ, que cedeu seu caminhão para o sucesso das quatro últimas etapas de cestas de alimentos às famílias de sem-terra acampadas e em situação de insegurança alimentar.

Para o exercício de 2011, com base nas últimas demandas de 2010, há, preliminarmente, a seguinte previsão de atendimento às famílias de sem-terra acampadas no estado do Rio de Janeiro:

ACAMPAMENTOS	Nº. DE FAMÍLIAS
35	1.484

Desempenho Orçamentário

Destaque-se que a Capacidade Declarada da Superintendência Regional do Rio de Janeiro para o exercício de 2010 era o atendimento de 1088 famílias acampadas, ao custo unitário de R\$ 116,00, totalizando R\$ 126.208,00. Contudo, apesar da importância desta ação para o atendimento das situações de insegurança alimentar, com o contingenciamento determinado pelo Decreto 7.174/2010, houve uma queda de 88,9% na meta física e de 88,5% na meta orçamentária, que foi para R\$ 14.000,00, considerando o custo unitário de R\$ 112,00 por família.

E, a despeito de o número de famílias e de gastos – comparativamente ao ano de 2009 – ter sido bem menor no exercício de 2010, seu desempenho mostrou que há uma demanda represada no estado do Rio de Janeiro (Gráfico 1 e 3). Prova disso está no fato de que do montante que foi provisionado para a SR-07/RJ, R\$ 92.125,00, empenhou-se e pagou-se 90,40%, ou seja, R\$ 83.278,17.

As despesas no exercício de 2010 com a Ação 2109 estão discriminadas a seguir:

- 1. Diárias com deslocamento de servidores valores pagos R\$ 71.178,17;
- 2. Material de Consumo valores pagos R\$ 7.000,00;
- 3. Passagens e Despesas com Locomoção valores pagos R\$ 4.000,00;
- 4. Outros Serviços de terceiros Pessoa Jurídica valores pagos R\$ 1.100,00. TOTAL **R\$ 83.278,17**

2.3.6. Programa 1336 - Brasil Quilombola

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.⁷

⁷ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.6.1. Ação 1642 - Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos.

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Projeto.

Finalidade: Regularizar a posse das terras dos remanescentes de quilombos.

Descrição: Elaboração de Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID com critérios de territorialidade; publicação do Relatório Técnico; consulta aos órgãos competentes do Governo Federal; notificação às partes interessadas; publicação de portaria de reconhecimento do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID; emissão de decreto de desapropriação; Demarcação e titulação.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Givânia Maria da Silva

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Percentual da Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
21	127	1336	1642	P	3	Comunidade Titulada (unidade)	0	0	0,00%	13

Fonte: LOA 2010; PPA 2008-2011; Caderno de Metas 2010; Capacidade Declarada 2011.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho li	quidado	Valor Pago		
R \$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)	
R\$ 133.525,00	R\$ 297.187,43	R\$ 178.143,85	59,94%	R\$ 178.143,85	59,94%	R\$ 147.868,55	79,76%	

Fonte: Caderno de Metas 2010; SIAFI Gerencial 2010.

Análise Crítica

Ao INCRA cabem inúmeras ações referentes à reforma agrária e à regularização fundiária, tais como vistoria e avaliação de imóveis rurais, seleção de candidatos para o PNRA, assentamento de famílias, estruturação do assentamento com construções de moradias com energia, serviço de água e instalações sanitárias, implementação de políticas educativas (PRONERA) e de crédito PRONAF, reconhecimento da efetiva distribuição e concentração da terra, cadastro e manutenção do sistema nacional de cadastro rural, entre dezenas de outras ações.

Especificamente a partir de 20 de novembro de 2003, foi atribuído ao INCRA, pelo Decreto nº4.887, o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, viabilizado pela criação do Programa Brasil Quilombola.

Esta nova atribuição, contudo, tende a ser de longa duração, ultrapassando, possivelmente vários exercícios, devido a muitos fatores, tais como: a complexidade do arcabouço legal que rege a matéria; as dificuldades operacionais do próprio INCRA (carência de recursos humanos e materiais) e procedimentais (prazos legais e tramites processuais) sobre a respectiva ação.

A ação 1642 refere-se à elaboração de Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação, consultas, notificações, publicação de Portarias e emissão dos decretos de desapropriação, a demarcação e a titulação da comunidade. Apenas a elaboração do RTID (Relatório Técnico de Identificação e Delimitação) implica um conjunto completo de atividades elementares que geram resultados parciais e que se vão somando para concluir o RTID; atividades essas como a elaboração do Relatório Antropológico, as notificações iniciais aos proprietários não quilombolas, o cadastro de famílias, o censo dos ocupantes não quilombolas, a planta e memorial descritivo do território e o relatório agronômico ambiental, além da mediação de vários conflitos proveniente deste trabalho, os quais, quase sempre, ocorrem quando se tangencia a questão da propriedade num país como o Brasil.

No exercício de 2010, o Setor de Quilombos do Rio de Janeiro trabalhou em 10 RTIDs, tendo publicado 5 deles. Além disso, houve a publicação de um Decreto de Despropriação. Também deuse início à avaliação de 4 imóveis rurais inseridos em um território quilombola.

Estas atividades elementares, infelizmente, não aparecem nos indicadores, ao se contabilizar a meta da Ação 1642, mas devem ser consideradas. As ações prioritárias definidas na LDO foram executadas, comprovando-se, assim, que apenas a medida de comunidade titulada não revela o andamento e a complexidade das inúmeras ações necessárias para se chegar à titulação de uma

comunidade quilombola.

- a) Principais Resultados obtidos no exercício de 2010 foram:
- 1 publicação de 5 RTIDs para os territórios quilombola de São Benedito (São Fidélis), Cabral (Paraty), Alto da Serra (Angra e São Fidélis), Sacopã e Pedra do Sal (Rio de Janeiro).
- 2 Levantamento e elaboração de plantas e memoriais descritivos; avaliação de campo de 4 (quatro) imóveis incidentes em áreas Decretadas para o Território quilombola de São José da Serra (Valença);
- 3 A emissão do Decreto Presidencial de Interesse Social para o Território
 Quilombola de Santana (Quatis);

b) Principais Problemas:

O Setor de Cartografia da SR-07/RJ possui poucos servidores para o atendimento de toda a demanda do órgão, e a legislação proíbe ao INCRA fazer contratações. Este Setor também presta serviços para Divisão de Obtenção de Terras para as vistorias e perícias e para Divisão de Desenvolvimento na delimitação e demarcação de projetos de assentamentos. Por isso, algumas vezes não é possível iniciar um trabalho de demarcação de território, o que causa descontinuidade dos serviços;

A Superintendência Regional do Rio de Janeiro não conta com uma equipe de procuradores compatível com a demanda de trabalho da SR-07/RJ para se proceder à análise dos processos, acarretando uma constante morosidade na análise dos processos por parte PFE;

Dificuldades de cunho administrativo da SR07/RJ quanto à logística de apoio às atividades fins, principalmente no que diz respeito ao pagamento de diárias e cessão viaturas para viabilizar o deslocamento das equipes técnicas;

Demora da Sede em descentralizar os recursos financeiros programados para a atividade quando solicitados pelo Setor de Quilombos. Esta falta de sincronismo entre a solicitação e liberação de recursos interfere diretamente no planejamento da Superintendência, prejudicando e, às vezes, impedindo o cumprimento das metas estabelecidas no início do exercício. Se os recursos foram aprovados, não haveria razões para a liberação destes ser retardada;

O Setor de Quilombos conta apenas com 2 servidores exclusivos para atender a toda a demanda de atividade de regularização de territórios Quilombola no estado do Rio de Janeiro;

As condições relativas a equipamentos são precárias, pois o setor necessitaria de impressora A3, *scanner*, *notebook* e computador;

Ausência de servidor que pudesse se dedicar à elaboração de cadeia dominial de

forma exclusiva.

Não obstante toda essa dificuldade, é interessante observar que o trabalho da SR-07/RJ tem melhorado com o tempo, pois percebe-se que, com o passar dos anos, nossas ações preparatórias para a obtenção do Título têm aumentado, como pode ser vislumbrado no quadro abaixo.

Além disto, ao observar-se os totais nacionais das atividades necessárias até a titulação da comunidade, veremos que esta Superintendência Regional contribuiu positivamente com cerca de 9% dos Decretos emitidos e com 14,87% dos RTIDS publicados, demonstrando sua importância dentro do contexto nacional.

Totais Nacional

	POR ANO	2005	2006	2007	2008	2009	2010	TOTAL GERAL
TOTALO	RTID	20	21	20	17	24	27	129
TOTAIS	Portaria	2	8	15	14	10	10	59
	Decreto	0	0	0	0	30	11	41
	Título	0	4	3	2	2	4	15

Fonte: Coordenação-Geral de Regularização de Territórios Quilombolas/DFQ-Brasília

Desempenho Orçamentário

O montante de crédito orçamentário disponibilizado na LOA para a Ação 1642, de R\$ 245.000,00, teve uma queda de 45,5%, caindo, portanto, para R\$ 133,525,00. No entanto, os recursos disponibilizados no exercício – R\$ 297.187,43 – acabaram ultrapassando, inclusive, o que havia sido estipulado na LOA, embora tenha sido bem menos do que o disponibilizado no exercício anterior, que foi de R\$ 316.854,94.

E, devido a alguns atrasos na disponibilização dos recursos solicitados, do montante de R\$ 297.187,43 provisionado para a SR-07/RJ, foram empenhados 59,94% e efetivamente pago 49,76%.

Essas despesas no exercício de 2010 com a Ação 1642 estão discriminadas a seguir:

- 1. Diárias com deslocamento de servidores valores pagos R\$ 73.316,75;
- 2. Material de Consumo valores pagos R\$ 4.900,00;
- 3. Passagens e Despesas com Locomoção valores pagos R\$ 30.470,69;
- 4. Outros Serviços de terceiros Pessoa Jurídica valores pagos R\$ 30.487,96;
- 5. Despesas de Exercícios Anteriores valores pagos R\$ 167,43;
- 6. Outros Serviços de Terceiros-P. Jurídica Op. Intra-Orc. valores pagos R\$ 8.525,72 TOTAL **R\$ 147.868.55**

2.3.6.2. Ação 0859 - Pagamento de Indenização aos ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes de Quilombos

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Operações Especiais.

Finalidade: Indenizar terras e benfeitorias dos territórios reconhecidos, demarcados e titulados em nome das comunidades remanescentes de quilombos.

Descrição: Pagamento de Indenização aos Ocupantes das Terras Reconhecidas Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes dos Quilombos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Givânia Maria da Silva

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Percentual da Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
21	631	1336	0859	OP	3	Area indenizada (hectare)	0	0	0,00%	1288,00

Fonte: LOA 2010; PPA 2008-2011; Caderno de Metas 2010; Capacidade Declarada 2011.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

	PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
	R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
ı	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	#DIV/0!	R\$ 0,00	#DIV/0!	R\$ 0,00	#DIV/0!

Fonte: Caderno de Metas 2010; SIAFI Gerencial 2010.

Análise Crítica

Cumprimento das metas físicas:

Não houve meta física e financeira prevista para essa ação do programa, uma vez que nenhuma comunidade foi titulada e tampouco havia previsão de tal titulação uma vez que só houve publicação de decreto presidencial de declaração de interesse social em áreas quilombolas no final do ano de 2009.

De toda a forma, as ações preparatórias para a titulação ocorreram durante o período de 2010, a saber, levantamento e elaboração de plantas e memoriais descritivos e avaliação de campo de 4 (quatro) imóveis incidentes em áreas Decretadas para o Território quilombola de São José da Serra (Valença).

A única dificuldade encontrada na ação foi o levantamento da cadeia dominial do imóvel, informação esta que deve ser obtida junto aos cartórios de ofício, que nem sempre possuem a informação desejada.

2.3.7. Programa 1350 - Educação no Campo

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.⁸

⁸ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.7.1. Ação 4474 - Educação de Jovens e Adultos no Campo

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar, alfabetizar, escolarizar jovens e adultos assentados pela reforma agrária que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou não lograram concluí-lo na idade própria, mediante a utilização de metodologias específicas para o campo, dando-lhes condições de domínio da leitura e da escrita, além de conhecimentos básicos sobre sociedade e desenvolvimento sustentável, de forma a permitir a sua inserção social.

Descrição: Capacitação, alfabetização e escolarização para jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou não lograram concluí-lo em idade regular, "considerando as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho", utilizando metodologias específicas que considerem o contexto sócio-ambiental e a diversidade cultural do campo, que garantam a "alternância regular de períodos de estudos" (tempos diferenciados de aprendizados), bem como o envolvimento das comunidades onde estes trabalhadores rurais residem, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Ofertar capacitação de educadores, para atuarem nas escolas dos assentamentos, e coordenadores locais, que agem como multiplicadores e organizadores de atividades educativas comunitárias. Articular apoio à melhoria da infraestrutura das escolas dos assentamentos na perspectiva de que sejam estruturadas com instalações físicas apropriadas e adequadamente equipadas, inclusive com bibliotecas e acesso aos meios de comunicação e de informática.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida do Santos

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Percentual da Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
21	366	1350	4474	A	3	Trabalhador rural Escolarizado (unidade)		240	100,00%	240

Fonte: LOA 2010; PPA 2008-2011; Caderno de Metas 2010; Capacidade Declarada 2011.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho	o Emitido	Empenho	liquidado	Valor	Pago
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
R\$ 188.401,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	#DIV/0!	R\$ 0,00	#DIV/0!	R\$ 0,00	#DIV/0!

Fonte: Caderno de Metas 2010; SIAFI Gerencial 2010.

Análise Crítica

Segundo as diretrizes do PRONERA, a Educação de Jovens e Adultos das Áreas de Reforma Agrária é uma política de universalização da educação escolar com qualidade social para todos os sujeitos e procura garantir os seguintes aspectos: a alfabetização e a educação fundamental de jovens e adultos acampados(as) e/ou assentados; e, a escolaridade e a formação de educadores(as) para atuar na promoção da educação nas Áreas de Reforma Agrária.

Os projetos do PRONERA devem conter três ações básicas: alfabetizar e escolarizar jovens e adultos nos dois segmentos do ensino fundamental; capacitar pedagogicamente e escolarizar educadores e educadoras no ensino fundamental para que venham a atuar como agentes multiplicadores nas áreas de Reforma Agrária; e, formar e escolarizar os coordenadores locais para atuarem como agentes sociais multiplicadores e organizadores de atividades educativas.

O alto índice de analfabetismo e os baixos índices de escolaridade da população assentada de 15 anos e mais são desafios a serem enfrentados por uma política pública de educação, entendida como direito de todos. A situação no campo reflete a carência de elevação da escolaridade enfrentada pelo país como um todo. Assim, o PRONERA busca, por meio de parcerias, reduzir o número de analfabetos e elevar a escolaridade nas áreas de Reforma Agrária.

Havia, até o final de 2010, um entrave jurídico ao andamento das ações do PRONERA, por conta da proibição imposta ao INCRA pelo TCU de realizar convênios para a execução dos programa. Contudo, por meio do Acórdão 3269/2010 – TCU – Plenário de 01º/12/2010, houve a permissão de a Autarquia voltar a celebrar convênios. Mas, como tal decisão só ocorreu no final do exercício, não houve tempo suficiente para realização de novas parcerias por meio de convênio.

Assim, a meta física de 240 alunos atendidos no exercício de 2010, pela SR-07/RJ deve-se, sobretudo, ao fato de o Termo de Cooperação ter sido assinado ao final do ano. Ou seja, efetivamente, os alunos serão beneficiados no exercício de 2011.

No final de 2010, foi celebrado o Termo de Cooperação entre a SR-07/RJ e a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) para execução do curso de Educação de Jovens e Adultos – Séries Iniciais, visando atender a 240 alunos dos Projetos de Assentamentos da Reforma Agrária, com duração de dois anos. Os assentamentos previstos na programação do curso são os que se seguem: P A Terra Prometida (Município de Duque de Caxias), além das seguintes áreas geográficass: (a) Baixada Fluminense; (b) Litoral Sul, rodovia Rio—Santos, Parati e Angra dos Reis, antiga Mata Atlântica; e (c) Médio Vale do Paraíba e Centro-Sul Fluminense. Essas áreas abrangem, aproximadamente, 4 acampamentos e 14 assentamentos. O repasse de uma pequena parte dos recursos financeiros ocorreu em janeiro de 2011; portanto, não houve execução no exercício anterior.

Desempenho Orçamentário

Antes da publicação do Decreto 7.174/2010, a LOA previa, para a execução da Ação 4470 do PRONERA no estado do Rio de Janeiro, R\$ 300.000,00 em uma meta física de 400 alunos. Com o Decreto de contingenciamento, esse valor caiu para R\$ 188.401,00, mas sequer foi disponibilizado, pois não houve gastos com a ação.

2.3.7.2. Ação 6952 - Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar profissionais egressos das ciências agrárias e de áreas afins a Reforma Agrária, à

prestação de uma nova concepção de assistência técnica e social, direcionada para uma matriz tecnológica

ambientalmente sustentável e condizente com as peculiaridades dos assentamentos de Reforma Agrária.

Propiciar para os alunos dos cursos profissionalizantes de nível médio e superior do PRONERA, bolsa de

estudo e/ou estágio para atuarem junto as equipes de ATES e ATER, as escolas e outros programas de

Governo em execução nos assentamentos, na perspectiva de estimular o processo de aproximação entre a

educação e trabalho e do aluno reafirmar o envolvimento com sua comunidade, desenvolvendo atividades

de reflexão, problematização e intervenção, reforçando a relação escola-comunidade.

Descrição: Profissionais egressos dos cursos de ciências agrárias de outras áreas afins a Reforma Agrária,

participarão de Especialização lato sensu, em regime de alternância e receberão bolsa, para atuarem nos

assentamentos de Reforma Agrária, garantindo o permanente espaço de reflexão e orientação dessas

práticas para a promoção do desenvolvimento sustentável do campo. Os jovens e adultos das áreas de

Reforma Agrária, matriculados nos cursos profissionalizantes de nível médio e superior, ofertados pelo

PRONERA, no ultimo período, receberão bolsa de estudo/estágio para atuarem junto às equipes de ATES

e ATER, as escolas e outros programas de Governo em execução nos assentamentos, onde realizarão os

estágios curriculares obrigatórios e desenvolverão ações de assistência técnica produtiva, social, ambiental

e pedagógica. O processo de formação pelo qual estes jovens passarão contribuirá para um imprescindível

processo de produção de novos conhecimentos necessários à mudança do modelo de desenvolvimento e

para criação de uma nova matriz tecnológica, baseada nos princípios da agroecologia e do

desenvolvimento sustentável.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

135

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Percentual da Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
21	363	1350	6952	A	4	Profissional Capacitado (unidade)	0	0	0,00%	0

Fonte: LOA 2010; PPA 2008-2011; Caderno de Metas 2010; Capacidade Declarada 2011.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho	o Emitido	Empenho	liquidado	Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	#DIV/0!	R\$ 0,00	#DIV/0!	R\$ 0,00	#DIV/0!

Fonte: Caderno de Metas 2010; SIAFI Gerencial 2010.

Tal ação não se aplica a esta Superintendência Regional (SR) do INCRA no Estado do Rio de Janeiro.

2.3.7.3. Ação 8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar e formar profissionais de nível médio e de nível superior em cursos de graduação e pós-graduação, em diferentes áreas do conhecimento, de modo a atender a demanda por profissionais com formação e titulação adequados às características e aos desafios da realidade do campo, de administrar e organizar a produção agropecuária, de associações e de cooperativas, valorizando a identidade sóciopolítica e cultural dos alunos e articulando os conhecimentos científicos e os saberes sociais produzidos no contexto em que estão inseridos, com vistas à melhoria da qualidade de vida nos assentamentos

Descrição: Capacitação e formação profissional mediante a oferta de cursos de nível médio e de nível superior de graduação e/ou pós-graduação, por meio de metodologias específicas que considerem o contexto sócioambiental e as diversidades culturais do campo, que garantam a "alternância regular de períodos de estudos" (tempos diferenciados de aprendizados), bem como o envolvimento das comunidades onde estes trabalhadores rurais residem, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Ampliar a formação de educadores das áreas de Reforma Agrária, com oferta de cursos de licenciaturas e pedagogia. Promover o diálogo e a pesquisa científica entre as comunidades assentadas e as universidades.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Percentual da Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
						Profissional formado				
21	363	1350	8370	A	3	(unidade)	60	60	100,00%	290

Fonte: LOA 2010; PPA 2008-2011; Caderno de Metas 2010; Capacidade Declarada 2011.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho	o Emitido	Empenho	liquidado	Valor Pago		
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)	
R\$ 258.583,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	#DIV/0!	R\$ 0,00	#DIV/0!	R\$ 0,00	#DIV/0!	

Fonte: Caderno de Metas 2010; SIAFI Gerencial 2010.

Análise Crítica

Os projetos de formação de nível médio e curso profissionalizante para jovens e adultos em áreas de Reforma Agrária destinam-se à consecução dos objetivos específicos, dentre eles: garantir aos assentados e assentadas escolaridade e formação profissional de nível técnico articulado, ou não, com o Ensino Médio. Por outro lado, os Projetos de nível superior destinam-se a garantir a formação profissional para qualificar as ações dos sujeitos e disponibilizar, em cada área de Reforma Agrária, recursos humanos capacitados que contribuam para o desenvolvimento socialmente justo e ecologicamente sustentável da região onde vivem.

Esses cursos têm como objetivo geral disponibilizar, em cada Projeto de Assentamento, recursos humanos capacitados que possam contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável das áreas de Reforma Agrária.

Os cursos devem contemplar as situações-problema vivenciadas pelos assentados a fim de que os educandos encontrem soluções para eles e, simultaneamente, consigam capacitar-se. Estes cursos serão desenvolvidos conforme o princípio da metodologia da alternância, caracterizada por dois momentos: tempo de estudo desenvolvido nos centros de formação (Tempo Escola) e o tempo de estudo desenvolvido na comunidade (Tempo Comunidade).

É importante ressaltar que os projetos educacionais são plurianuais, tendo a sua continuidade nos anos seguintes. Também deve ser ressaltado que a educação do campo tem toda uma dinâmica diferenciada, pois alguns convênios têm cronograma de desembolso financeiro para o exercício, enquanto outros, somente quando as atividades estão previstas no cronograma de execução dos cursos. Mas, por vezes isso ocorre devido às finalizações dos cursos com as apresentações dos trabalho, ou até mesmo em decorrência de atrasos no cronograma de execução das atividades, o que enseja a prorrogação da vigência dos certames.

Cumprimento das metas físicas:

No Rio de Janeiro, o Curso de Licenciatura em Educação do Campo – que está em execução por meio de Termo de Cooperação entre o INCRA e a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – prevê a formação profissional de nível superior de 60 assentados dos Projetos de Assentamentos no estado, tendo como perspectivas de médio e longo prazo a formação de professores com conhecimento e prática das especificidades do campo para atuarem nas escolas de campo nos próprios assentamentos.

O referido Termo de Cooperação – celebrado em 2009 entre o Incra e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) para a execução do curso Licenciatura em Educação do Campo – visa atender a 60 jovens e adultos dos Projetos de Assentamento da Reforma Agrária, em duas áreas do conhecimento: 1 - História e Filosofia; e 2 - Agroecologia e Segurança Alimentar. Irá atender aproximadamente a 45 Projetos de Assentamentos.

Como o convênio ainda está em andamento, considera-se a meta – no exercício de 2010 cumprida – uma vez que não houve descontinuidade no serviço.

2.3.7.4. Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas;

promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Fu	unção	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta realizada	Percentual da Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
	21	122	1350	2272	A	*****	*****	*****	*****	*****

Fonte: LOA 2010: PPA 2008-2011.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho) Emitido	Empenho	liquidado	Valor Pago		
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)	
R\$ 20.000,00	R\$ 41.723,00	R\$ 37.716,88	90,40%	R\$ 37.716,88	90,40%	R\$ 37.716,88	90,40%	

Fonte: Cademo de Metas 2010; SIAFI Gerencial 2010.

14(

Análise Crítica

Os gastos do Programa 1350 – Educação no Campo referiram-se a deslocamentos de servidores para participar de reunião com assentados, fiscalização dos convênios e viagens a Brasília para reuniões com a Coordenação-Geral do PRONERA.

As despesas no exercício de 2010 com o GAP do Programa 1350 estão discriminadas a seguir:

- 1. Diárias com deslocamento de servidores valores pagos R\$ 25.470,08;
- 2. Material de Consumo valores pagos R\$ 2.600,00;
- 3. Passagens e Despesas com Locomoção valores pagos R\$ 6.128,00;
- 4. Outros Serviços de terceiros Pessoa Jurídica valores pagos R\$ 3.518,80.

TOTAL - R\$ 37.716,88

2.3.8. Programa 1427 - Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo9

⁹ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.8.1. Ação 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Prestar assessoria técnica, social e ambiental para as famílias beneficiárias da reforma agrária, de forma integral e continuada, desde a implantação do projeto de assentamento, tornando-os unidades de produção estruturadas inseridas de forma competitiva no processo de produção, voltadas ao mercado, integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional. Elaborar Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) ou Plano de Recuperação do Assentamento (PRA). Capacitar os assentados e suas organizações, visando possibilitar a apropriação dos conhecimentos e das tecnologias e o desenvolvimento de habilidades que potencializem o processo de transição para agricultura de base ecológica, considerando sempre as demandas locais e regionais.

Descrição: Assessoramento técnico, social e ambiental aos assentados, desde a implantação do projeto de assentamento, de forma a fomentar as práticas sócio-ambientais sustentáveis e os espaços e condições de inclusão para os segmentos de gênero, raça e etnia, da seguinte forma: a) assessoramento na elaboração e no aperfeiçoamento do plano de desenvolvimento dos assentamentos, assim como dos projetos produtivos, sociais e estruturantes dele decorrentes, resgatando-se as potencialidades e os valores sócio-culturais das comunidades; b) identificação e difusão de informações estratégicas para os assentamentos no campo mercadológico e das tecnologias apropriadas; c) definição de modelo de auto-sustentação, de comercialização e de exploração agropecuária, extrativista, agroindustrial, organização espacial e infraestrutura; e d) assessoramento na elaboração e acompanhamento de projetos de economia solidária e na formação na de redes.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Percentual da Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
21	606	1427	4470	A	3	Família assistida (unidade)	2324	2324	100,00%	2.324

Fonte: LOA 2010; PPA 2008-2011; Caderno de Metas 2010; Capacidade Declarada 2011.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
R\$ 754.081,00	R\$ 1.321.944,46	R\$ 1.321.924,14	100,00%	R\$ 1.321.924,14	100,00%	R\$ 570.362,00	43,15%

Fonte: Caderno de Metas 2010; SIAFI Gerencial 2010.

Análise Crítica

A Assessoria Técnica, Social e Ambiental aos assentados beneficiários da reforma agrária (ATES) – a **Ação 4470** – **Assistência Técnica e Capacitação de Assentados** – é uma Ação governamental que teve, como o antigo projeto Lumiar, o objetivo de disponibilizar aos Projetos de Assentamento uma assessoria técnica diferenciada para os agricultores familiares beneficiários do Plano Nacional de Reforma Agrária. O projeto Lumiar, criado pela Resolução INCRA nº 95, de 20/11/1996, em caráter emergencial devido ao desmantelamento do sistema oficial de assistência técnica e extensão rural, teve seu início efetivo no estado do Rio de Janeiro no início de 1998. Por uma série de problemas, o projeto Lumiar chega ao seu fim em meados de 2000.

De forma a atender à crescente demanda por assistência técnica nos Projetos de Assentamento, foi criada a Ação de ATES, através da publicação da Norma de Execução INCRA nº 39, de 24/05/2004. Portanto, a ATES é uma Ação enquadrada no Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar (nº 1427), e assegurada no Plano Plurianual 2008/2011.

Base Legal da Atividade:

- Norma de Execução nº 71, de 12/05/2008
- Norma de Execução nº 72, de 12/05/2008
- Norma de Execução nº 77, de 29/09/2008
- Norma de Execução nº 78, de 31/10/2008 (Aprova o manual Operacional de ATES)
- Lei Federal nº 12.188, de 11/01/2010
- Decreto Federal nº 7.215, de 16/06/2010

Os Contratos Atuais de ATES na Jurisdição da SR(07) - INCRA-RJ

Com a publicação do Edital de Licitação nº 002/2009 no Diário Oficial da União (D.O.U.) em 03/09/2009, foi iniciado o processo de licitação na modalidade concorrência, tipo melhor técnica, para a contratação da prestação de serviços de ATES a duas mil seiscentas e cinquenta e sete (2657) famílias distribuídas em trinta e oito (38) áreas de assentamento federais no estado do Rio de Janeiro (entende-se por área: Projetos de Assentamento, Núcleos e Glebas). Durante o processo, somente duas entidades interessaram-se, apresentando suas propostas para trinta e cinco (35) áreas, as quais englobam duas mil trezentas e vinte e quatro (2324) famílias.

O montante vislumbrado no edital de licitação para atender com ATES as 2.657 famílias originais, elaborar catorze (14) Planos de Desenvolvimento de Assentamento (PDA) e seis (06) Planos de Recuperação de Assentamento (PRA), era de R\$ 2.168.986,83 (dois milhões, cento e sessenta e oito mil, novecentos e oitenta e seis reais e oitenta e três centavos), considerando que os valores-referência para pagamento dos serviços de ATES por família atendida e por ano, segundo a NE 77/2008, é de R\$ 746,19. Segundo a NE 72/2008, os valores de referência por família/ano, para pagamento dos PDAs e PRAs elaborados, são de R\$ 240,00 e R\$ 120,00, respectivamente. Com a não apresentação de proposta para três Projetos de Assentamento, consequentemente, também foram elididos dois Planos de Recuperação (PRA); e o montante necessário para atendimento do certame ficou em R\$ 1.898.065,56 (um milhão, oitocentos e noventa e oito mil, e sessenta e cinco reais e cinquenta e seis centavos).

Os contratos firmados com as Prestadoras tiveram validade a partir do dia 23/12/2009 e se estenderam até 22/12/2010. A partir de 23/12/2010, e com duração até 22/12/2011, foram firmados dois termos aditivos referentes aos contratos originais. No **Quadro I** abaixo estão relacionadas as Prestadoras de ATES que foram vencedoras no processo de licitação e que se encontram contratadas com o INCRA-RJ e suas respectivas características contratuais.

Quadro I. Características dos Contratos firmados entre as Prestadoras de ATES e o INCRA-RJ.

PRESTADORA	Núcleo Operacional (NOp)/Total de Técnicos	PAs Atendidos	Quantidade de Famílias	Município do PA	PDA/PRA contratado
<u>CEDRO</u>	Itaperuna	Floresta de Belém	35	Itaperuna	PDA
CNPJ: 03.309.269/0001-42	(02 técnicos)	Nova Esperança do Aré	90	Itaperuna	Não

		Tipity	203	S.F. Itabapoana	Não
	Campos dos Goytacazes	Santo Amaro	40	Campos	Não
	(03 técnicos)	Che Guevara	74	Campos	Não
		São Fidélis	22	São Fidélis	PRA
	Conceição de	Capelinha	139	Conceição de Macabu	Não
	Macabu I	Zé Pureza	20	Conceição de Macabu	PDA
	(02 técnicos)	Santo Inácio	51	Trajano de Moraes	Não
	Conceição de	25 de Março	50	Carapebus	Não
	Macabu II (03 técnicos)	Prefeito Celso Daniel	188	Carapebus	Não
	(03 tecincos)	João Batista Soares	40	Carapebus	PDA
Contrato nº: 15.000/2009		Bem-dizia	54	Macaé	Não
Período do Contrato: 23/12/09 a 22/12/10	Casimiro de Abreu	Visconde	90	Casimiro de Abreu	Não
	(03 técnicos)	Cambucaes	106	Silva Jardim	PRA
Officio: 1879/2009		Sebastião Lan I	33	Silva Jardim	Não
Ordem de Serviço: 68/2009		Cantagalo	180	Rio das Ostras	Não
	Litorânea	Gleba Presidente Lula	27	Rio das Ostras	Não
	(04 técnicos)	Rem. Campos Novos	178	Cabo Frio	Não
		Ademar Moreira	40	S. P. Aldeia	PDA
	Sede/Equipe de PDA/PRA	Santa Rosa	26	Magé	PRA
	(03 técnicos)				
Total da CEDRO	06 NOps 20 Técnicos	21 PAs	1.686 famílias	14 municípios	04 PDAs 03 PRAs
COOPERAR	Norte	Dandara dos Palmares	62	Campos	PDA

		Josué de Castro	79	Campos	PDA
		Zumbi dos Palmares 2	58	Campos	Não
		Zumbi dos Palmares 3	74	Campos	Não
CNPJ: 07.899.004/0001-00		Zumbi dos Palmares 5	47	Campos	Não
Contrato nº: 15.000/2009		Ilha Grande	70	Campos	Não
Período do Contrato:	(06 técnicos)	Oziel Alves	15	Campos	PDA
23/12/09 a 22/12/10 Oficio: 1878/2009		Paz na Terra	45	Cardoso Moreira	PDA
Ordem de Serviço: 65/2009		Francisco Julião	38	Cardoso Moreira	PDA
		Chico Mendes	30	Cardoso Moreira	PDA
		Terra Conquistada	35	Campos	Não
	Sul	Roseli Nunes	25	Piraí	PDA
	(01 técnico)	Terra da Paz	35	Piraí	PDA
	(01 tecinco)	Vida Nova	25	Barra do Piraí	PDA
Total da COOPERAR	02 NOps 07 Técnicos	14 PAs	638 famílias	04 municípios	09 PDAs
Total Geral	08 NOps 27 técnicos	35 PAs	2.324 famílias	18 municípios	13 PDAs 03 PRAs

Os recursos disponibilizados para a Ação de ATES no INCRA/RJ possibilitaram uma ampliação significativa do número de famílias assentadas assistidas por ATES no estado, que era de 852 (oitocentas e cinquenta e duas) famílias (até agosto de 2009 - PO 2008) e foi elevado para 2.324 (duas mil, trezentas e vinte e quatro) em dezembro de 2009.

Os recursos orçamentários utilizados para pagamento dos serviços prestados pelas Cooperativas contratadas durante os nove dias de início de contrato em dezembro de 2009, foram da PO 2009, e recursos desta mesma PO 2009 foram utilizados para pagamento dos serviços prestados até agosto de 2010. A partir deste mês, os recursos utilizados tiveram sua origem na PO 2010. O repasse de recursos às Prestadoras de ATES é realizado com base na análise de documentos que comprovem a execução desses

serviços, como relatórios mensais, atas e lista de presença de reuniões, listagem de visitas técnicas realizadas e respectivas fichas de campo, materiais de apoio fornecidos em atividades de capacitação, dentre outros documentos comprobatórios. Além das análises documentais, são previstas também ações de fiscalização e acompanhamento "in loco" nos núcleos operacionais das Prestadoras de ATES, distribuídos estrategicamente no território estadual, e nos Projetos de Assentamento assistidos. A equipe desenvolveu um sistema de controle eletrônico em planilha Excel® que permitiu o controle dos recursos repassados com base no comparativo entre as ações pactuadas no contrato e as efetivamente executadas. As notas fiscais são apresentadas somente após a aferição dos serviços prestados pela equipe de ATES-INCRA/RJ, pelos critérios de análise já apresentados.

Resultados Alcançados durante a Execução dos Contratos de ATES no INCRA-RJ

No **Quadro II** tem-se o sumário das atividades desempenhadas pela Equipe de ATES/INCRA-RJ durante a vigência dos contratos, de 23/12/09 a 22/12/2010.

Quadro II. Sumário das atividades executadas pela Equipe de ATES/INCRA-RJ.

Atividade	Quantidade
PDAs/PRAs Analisados	06
PDAs/PRAs Analisados e Aprovados	03 (50% dos analisados)
Comunicados Emitidos (CE-mails, Memorandos e Despachos)	222
Planejamento e Elaboração de Reuniões	13
Evento de Capacitação de Técnicos das Prestadoras	01
Análise de Relatórios Mensais de Atividades das Prestadoras	26
Fiscalização em PAs ¹ sobre os serviços prestados	03
Quantidade de PAs fiscalizados	15
Quantidade de Famílias visitadas durante as fiscalizações	67
Inspeção em Núcleos Operacionais (NOp) das Prestadoras	10
Quantidade de NOps inspecionados	07
Reuniões em PAs para esclarecimento e avaliação da ação de ATES junto às famílias assentadas ²	35
Quantidade de assentados que participaram das reuniões de esclarecimento e avaliação dos trabalhos de ATES prestados	1.148

Obervação: ¹ PAs = projetos de assentamento. ² As análises referentes a esta atividade encontram-se em relatório próprio, editado em 12 de agosto de 2010 pela Equipe de ATES/INCRA-RJ.

Resultados Alcançados pelas Prestadoras de ATES contratadas com o INCRA-RJ

No **Quadro III** tem-se o quantitativo geral das atividades executadas pelas duas Prestadoras durante a vigência do contrato entre 23/12/2009 a 22/12/2010, bem como o percentual alcançado entre o que fora programado no projeto técnico e o efetivamente computado pela Equipe de ATES/INCRA-RJ quando da análise dos relatórios mensais entregues pelas Prestadoras.

Quadro III. Total de atividades executadas pelas Prestadoras no período de 23/12/09 a 22/12/10.

Prestadora	Quantidade	Total de Ativid	lades Realizadas¹	Atividades Computadas/Atividades	
	Programadas ² Realizadas ² Computadas ²		Computadas ²	Programadas x 100	
CEDRO	7.199	6.790	6.609	91,80%	
COOPERAR	3.020	3.188	2.872	95,09%	
Total geral	10.219	9.978	9.481	92,77%	

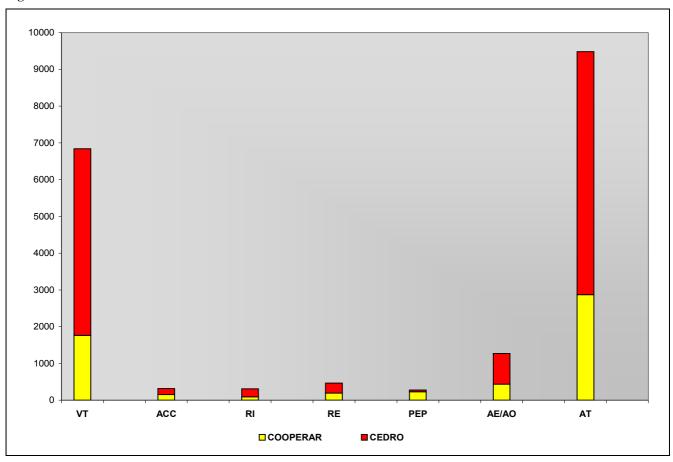
Fonte: Relatório gerencial da Equipe de ATES/INCRA-RJ 2011, editado em 22/fev/2011.

Nota: ¹Os dados apresentados no quadro referem-se ao cômputo geral de todas as atividades realizadas pelas Prestadoras no período dado, independente da classificação adotada pela Equipe de ATES/INCRA-RJ, a qual ordena as atividades em seis classe principais: visita técnica; reuniões internas; reuniões externas; atividades coletivas de capacitação; projetos elaborados e protocolados; atividades de escritório e outras atividades.

² Define-se como atividades programadas aquelas que foram planejadas nos projetos técnicos das Prestadoras como passíveis de serem executadas durante o contrato; Atividades Realizadas são aquelas que foram registradas nos relatórios mensais das Prestadoras; e Atividades Computadas aquelas efetivamente comprovadas e consideradas pela Equipe de ATES/INCRA-RJ como feitas, após a análise dos relatórios mensais.

A **Figura 01** abaixo apresenta os valores absolutos das quantidades de atividades computadas por classe de atividade.

Figura 01.

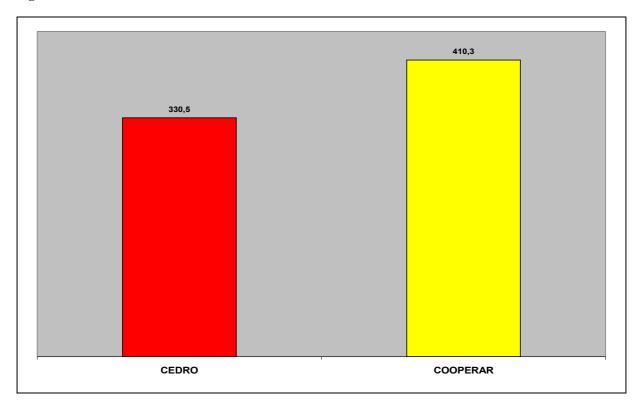


Nota: VT = visita técnica; ACC = atividade coletiva de capacitação; RI = reunião interna; RE = reunião externa; PEP = projetos elaborados e protocolados; AE/AO = atividades de escritório e outras atividades; AT (atividades totais) = \Box (VT+ACC+RI+RE+PEP+AE/AO)

Relacionando os dados apresentados nos **Quadros I** e **III**, e fazendo o quociente entre a quantidade total de atividades computadas e o total de técnicos lotados em cada Prestadora, obtemos uma medida de desempenho: a quantidade de atividades efetivamente realizadas (computadas) por cada técnico.

Sendo assim, na **Figura 02** abaixo tem-se o gráfico que apresenta a referida medida para cada Cooperativa contratada.

Figura 02.



A partir das visitas de fiscalização realizadas pela Equipe de ATES/INCRA-RJ em quinze Projetos de Assentamento (PA), em que foram visitadas sessenta e sete famílias assentadas e coletadas informações a respeito de várias características da assistência técnica prestada pelas Cooperativas, conforme apontado no Quadro II acima, tem-se no Quadro IV abaixo a satisfação dos assentados com relação aos serviços prestados. Nota-se, pelo quadro, que a satisfação média dos assentados, com as duas Prestadoras de ATES, é de aproximadamente 74%.

Quadro IV. Frequência dos assentados e graus de satisfação com os serviços prestados pelas Cooperativas.

Prestadora	Visita 1 - 22/11/10 a 26/11/10			Visita 2 - 29/11/10 a 03/12/10		Visita 3 - 06/12/10 a 10/12/10			Total	Satisfação		
		C.S.	M.S.	C.I.	C.S.	M.S.	C.I.	C.S.	M.S.	C.I.		Média (%) ¹
CEDRO	11	6	0	5	8	0	10	4	1	45	77,77%	
COOPERAR	4	6	0	2	4	1	4	1	0	22	70,45%	
Total	15	12	0	7	12	1	14	5	1	67	74,11%	

Fonte: Relatório gerencial da Equipe de ATES/INCRA-RJ 2011, editado em 22/fev/2011.

Observação: C.S. – completamente satisfeito com o trabalho da Prestadora; M.S. – medianamente satisfeito; e C.I. – completamente insatisfeito. ¹ A satisfação média é medida pela média aritmética a partir da distribuição de frequências dos assentados em cada classe de satisfação, considerando um peso de 100%, para a classe completamente satisfeitos; de 50% para a classe medianamente satisfeitos; e de 0% para a classe completamente insatisfeitos. No caso da CEDRO, n = 45, e para a COOPERAR, n = 22. A seguinte fórmula foi utilizada para o cálculo da satisfação média dos assentados com a Prestadora: **Satisfação média = (f**_{C.S.}**x100% + f**_{M.S.}**x 50%)/n** Onde: **f**_{C.S.} – frequência de assentados que apresentaram completa satisfação; **f**_{M.S.} – frequência de assentados com mediana satisfação; e n o tamanho da amostra.

As Figuras 03 e 04 abaixo ilustram os dados apresentados no Quadro IV.

Figura 03

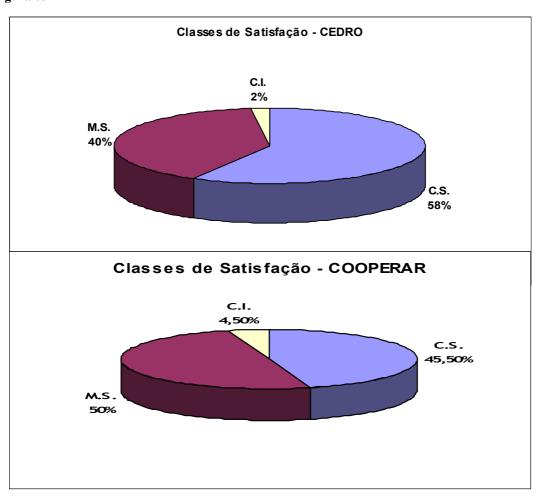
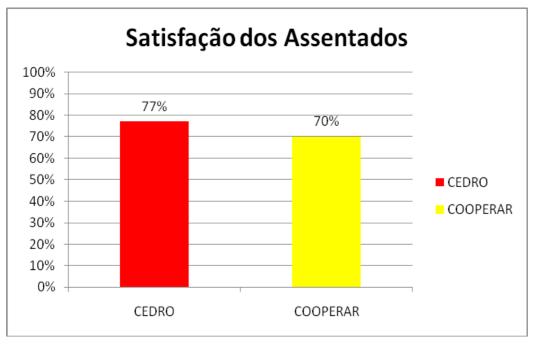


Figura 04. Satisfação média dos assentados com os serviços prestados pelas Cooperativas, mensurada durante as fiscalizações junto aos assentados no campo, no período de 23/12/09 a 22/12/10.



2.3.8.2. Ação 2272 - Gestão do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Percentual da Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
21	122	4470	2272	A	*****	*****	*****	*****	*****	*****

Fonte: LOA 2010; PPA 2008-2011; Caderno de Metas 2010.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho lic	quidado	Valor Pago		
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)	
R\$ 0,00	R\$ 87.449,68	R\$ 63.446,83	72,55%	R\$ 63.446,83	72,55%	R\$ 63.446,83	72,55%	

Fonte: Caderno de Metas 2010; SIAFI Gerencial 2010.

No **Quadro I** abaixo são computados os gastos com diárias e combustível (GAP), necessários para a consecução das atividades pela Equipe de ATES/INCRA-RJ, durante o ano de 2010.

Quadro I. Gastos efetuados pela Equipe de ATES/INCRA-RJ no período de 23/12/09 a 22/12/10.

Mês	N° Viagens	N° Servidores por viagem	Total de diárias	Valor total das diárias (R\$)ª	Quilometragem total percorrida (km)	Total de combustível gasto (litros)	Total de combustível gasto (R\$) ^b
Janeiro/2010	01	1	3,5	827,82	Viagens aéreas	0	0
Fevereiro/2010	01	1	5,5	1.263,25	Viagens aéreas	0	0
Março/2010	01	2	9,0	1.331,16	1.400	140	350,00
Abril/2010	02	2	7,0	1.064,80	1.070	100	250,00
Maio/2010	02	2	15,0	2.254,62	1.600	150	375,00
Junho/2010	01	3	12,5	1.881,91	1.700	170	425,00
Julho/2010	02	3	27,0	5.679,00	2.765	280	700,00
Agosto/2010	02	2+1	15,5	3.295,61	Viagens aéreas	0	0
Setembro/2010	00	0	0	0,00	0	0	0
Outubro/2010	01	1	6,0	1.243,10	Viagens aéreas	0	0
Novembro/2010	02	3	27,0	5.679,00	2.700	270	675,00
Dezembro/2010	01	1	4,5	765,30	1.100	110	275,00
Total	16	-	132,5	R\$ 25.285,57	12.335 km	1.220l itros	R\$ 3.050,00

Fonte: Relatório gerencial da Equipe de ATES/INCRA-RJ 2011, editado em 22/fev/2011.

Observação: a) Os recursos das diárias correspondentes às Viagens Aéreas foram disponibilizados pelo INCRA-SEDE para Eventos de Capacitação diversos (Pesquisa Nacional sobre a Qualidade de Vida nos Assentamentos, PRONATER/Lei de ATER, Capacitação em Finanças Públicas). Do GAP, foram pagas diárias no valor de R\$ 53.032,83.

Todos os gastos com diárias e combustível computados neste quadro são restritos aos quatro servidores integrantes da Equipe de ATES/INCRA-RJ.

Análise Crítica

A Equipe de ATES/INCRA-RJ enfrentou problemas para a execução de algumas de suas

b) Os gastos com combustível foram pagos com R\$2.000,00 da GAP específica do Programa de ATES e com R\$1.050,00 da empresa de locação de veículos contratada pela SR07.

atividades, notadamente as que se processam no campo. Nos meses de janeiro a outubro/2010, não foram feitas visitas de fiscalização pela Equipe aos Projetos de Assentamento devido a diversos fatores, dentre os quais: constantes ajustes no planejamento operacional da Equipe de ATES/INCRA-RJ; sobrecarga e acúmulo de demandas na Equipe; necessidade de auxílio de alguns asseguradores da Equipe de ATES a outros setores da SR(07)/RJ, o que diminuiu o tamanho da Equipe durante alguns meses; problemas de liberação de diárias e veículos a tempo de as viagens programadas poderem ser realizadas; necessidade de planejamento operacional e execução da Pesquisa Nacional sobre Qualidade de Vida, Produção e Renda nos Projetos de Assentamento do Brasil, que foi demandada no mês de fevereiro/2010 pela Sede do INCRA, em Brasília. Esta iniciou-se em março/2010 e foi finalizada apenas em outubro/2010; entre outros problemas.

Desta forma, não foi possível a efetivação da fiscalização nos Projetos de Assentamento durante todos os meses de 2010, sem os quais estima-se que foi realizada apenas 12,5% (3 de 24 visitas) dessa atividade. Pelos mesmos motivos, considera-se que dos oito Núcleos Operacionais das Prestadoras, foram inspecionados sete.

2.3.9. Programa 0750 - Apoio Administrativo

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo. 10

¹⁰ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.9.1. Ação 2000 - Administração da Unidade

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias da União,

agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.

Descrição: A atividade padronizada "Administração da Unidade" substitui as antigas atividades 2000 -

Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes, 2002 -

Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, 2003 - Ações de Informática.

Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem

ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente

associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser

apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser

apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser

apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração

da Unidade (2000).

Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota

veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da

União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio,

incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e

locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais

internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas

públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição

de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais

atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Maria do Socorro Freire de Oliveira e Superintendentes Regionais.

Unidades executoras: Superintendências Regionais e INCRA-SEDE

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

158

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta realizada	Percentual da Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
21	122	'0750	2000	A	*****	*****	*****	*****	*****

Fonte: LOA 2010; PPA 2008-2011.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liq	uidado	Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
R\$ 1.685.973,00	R\$ 3.031.996,76	R\$ 2.981.327,78	98,33%	R\$ 2.979.471,40	98,27%	R\$ 2.775.435,92	91,54%

Fonte: Caderno de Metas 2010; SIAFI Gerencial 2010.

Análise Crítica

A Divisão de Administração tem como objetivo e responsabilidade as seguintes atividades: coordenar, supervisionar e solucionar pendências administrativas, no que diz respeito a ações que envolvem recursos humanos, contabilidade, orçamento e finanças, especialmente os contratos administrativos, quanto a sua formalização, prorrogações de vigência contratual e repactuações.

Ao longo do exercício de 2010, a Divisão de Administração encontrou as seguintes dificuldades para o desempenho de suas funções:

- a) reduzido número de recursos humanos qualificados para atender a todos os segmentos da administração;
- b) falta de treinamento para servidores da administração;
- c) solicitação emergencial de viaturas em número elevado;
- d) baixo controle e planejamento deficitário por parte das áreas finalísticas na requisição de: veículos oficiais; motorista; combustível e a devida comprovação de abastecimento; passagem aérea; pedido e prestação de contas de diárias. A ausência de planejamento e a baixa prestação de contas compromete o planejamento das ações de responsabilidade da Administração da SR-07/RJ;
- e) diárias dos motoristas contratados muito baixa, seguindo o disposto na convenção da categoria.

Apesar de todas essas dificuldades e entraves, conseguiu-se executar todas as demandas. O percentual de não atendimento de solicitação de viatura, por exemplo, é insignificante, ou seja, quase a totalidade do que havia sido demandado foi atendido e o que não pode ser atendido não trouxe nenhum impacto para as atividades da Superintendência.

Segundo o levantamento das diárias pagas, a maioria foi para atender a atividades de campo das áreas finalísticas que visam o alcance das metas estabelecidas para o ano de 2010. Boa parte das metas foram atingidas e a Divisão de Administração teve seu papel fundamental nessa conquista, contribuindo assim, com a logística necessária para o bom desempenho das áreas inteligentes da SR-07/RJ.

Quanto à Gestão de Tecnologia da Informação, em 2010, temos a seguinte configuração:

- a) **Principais Resultados AQUISIÇÕES**: os recursos da ação de informática foram utilizados na compra de 17 (dezessete) computadores; 02 (duas) impressoras A3; 02 (dois) *scanners*; 03 (três) *switchs*; 05 (cinco) *netbooks*; 02 (dois) *notebooks*; 07 (sete) HD externos; 03 (três) aparelhos para fax; 03 (três) rádios comunicador; 01 (um) estação gráfica; 01 (um) estação *desktop*;
- b) **Perfil dos Recursos Humanos Envolvidos**: 01 (um) Servidor Analista de Sistemas (coordenador de TI); 01 (um) Analista de Rede (terceirizado) e 02 (dois) *Help Des*k;
- c) **Contração e parcerias**: Parceria com IBGE/RJ para fornecimento de imagens via satélite, razão pela qual foi necessária a aquisição de HD Externo, (evitou-se, assim, a compra de imagem de terceiros);
- d) **Procedimentos para Salvaguarda da Informação**: Aquisição de software de backup (Arq Server) para o servidor especial de backup.
- e) Capacidade para desenvolvimento de sistemas: desenvolvimento através de contratação de empresa, fábrica de software.
- f) **Procedimentos para contratação e gestão de bens e serviços de TI:** Licitação ou adesão a Atas de Registro de Preços.
- G) **Treinamento do Coordenador de TI:** em "Contagem de Pontos de Função", (para fiscalização do contrato fábrica software).

2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1. Programação Orçamentária da Despesa

2.4.1.1 Identificação das Unidades Orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	49201	373001

2.4.1.2 Programação de Despesas Correntes.¹¹

Valores em R\$ 1,00

				C	de Desa	C		em K\$ 1,00	
				Grt	ipos de Desp	esas Corren	sas Correntes		
	Origem dos Cré Orçamentári		1 – Pessoal Soc		2 – Juros d da D		3- Outras Corr	-	
	,	Exerc	cícios	Exer	cícios	Exer	cícios		
		2009	2010	2009	2010	2009	2010		
	Dotação proposta p								
LOA	PLOA								
I	LOA								
	Suplementares								
SO	Egnaciais	Ahertos							
	Especiais	Reabertos							
CRÉDITOS	Extraordinários	Abertos							
	Extraordinarios								
	Créditos Cancelado								
Ou	tras Operações								
	Total		0	0	0	0	0	0	

Fonte:

¹¹ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

2.4.1.3 Programação de Despesas de Capital.¹²

Valores em R\$ 1,00

							v alores e	11114 1,00
				Gr	upos de Des	pesa de Capi	ital	
Ori	gem dos Créditos O	rçamentários	4 – Investimentos		5 — Inversões Financeiras			ização da ⁄ida
	O		Exercícios		Exer	cícios	Exercícios	
			2009	2010	2009	2010	2009	2010
	Dotação proposta p	oela UO						
LOA	PLOA							
	LOA							
	Suplementares							
SC	Especiais	Abertos						
OITC	Especials	Reabertos						
CRÉDITOS	Extraordinários	Abertos						
C	Extraordinarios	Reabertos						
	Créditos Cancelado							
Out	ras Operações							
	Total		0	0	0	0	0	0

¹² Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

2.4.1.4 Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência.¹³

Valores em R\$ 1,00

Or	igem dos Créditos O	rcamentários	Despesas	Correntes	Despesas	de Capital	9 – Res Contin	erva de gência
	igem dos Creditos O	Exer	cícios	Exer	cícios	Exercícios		
			2009	2010	2009	2010	2009	2010
	Dotação proposta p	ela UO						
LOA	PLOA							
I	LOA							
	Suplementares							
os	Egnaciais	Abertos						
	Especiais	Reabertos						
CRÉDITOS	Extraordinários	Abertos						
Č	Extraordinarios							
	Créditos Cancelado							
Out	ras Operações							
	Total	0	0	0	0	0	0	

Fonte:

¹³ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

2.4.1.5 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$ 1,00

					Valores er	
		TTG 1		D	espesas Correntes	
Natureza da Mo Créd	•	UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
	Concedidos	*****	****	****	*****	*****
		373062	492010927200890181	R\$ 77.757,05	*****	*****
		373062	492012112201352272	****	*****	R\$ 52.328,89
		373062	492012112201372272	****	*****	R\$ 530.865,84
		373062	492012112201382272	****	*****	R\$ 40.612,70
		373062	492012112207502000	R\$ 5.569,14	*****	R\$ 3.008.432,62
		373062	492012112211204300	****	*****	R\$ 2.500,00
		373062	492012112213502272	****	*****	R\$ 41.723,00
		373062	492012112214272272	****	*****	R\$ 87.449,68
		373062	492012112501382105	****	*****	R\$ 75.953,32
		373062	492012112701382110	****	*****	R\$ 10.000,00
Movimentação	D 111	373062	492012112701384426	****	*****	R\$ 35.810,83
Interna	Recebidos	373062	492012112713361642	*****	****	R\$ 297.187,43
		373062	492012112801394572	*****	****	R\$ 109.663,90
		373062	492012160614274470	****	*****	R\$ 1.321.944,96
		373062	492012163101358374	*****	****	R\$ 286.746,00
		373062	492012163101358384	*****	****	R\$ 34.498,39
		373062	492012163101358387	*****	****	R\$ 354.690,00
		373062	492012163101372B06	****	*****	R\$ 7.653,66
		373062	492012163101374358	*****	****	R\$ 41.897,00
		373062	492012163101378396	*****	****	R\$ 7.900,00
		373062	492012163111202109	*****	****	R\$ 92.125,00
		373062	492012169101374320	*****	****	R\$ 2.000,00
Movimentação	Concedidos	*****	****	*****	****	*****
Externa	Recebidos	*****	****	*****	****	*****
N. d d. M.		IIC l		Γ	Despesas de Capital	
Natureza da Mo Créd	•	UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
	Concedidos	****	****	****	*****	*****
		373062	492012112201352272	R\$ 144.000,00	*****	*****
D. 4		373062	492012112201372272	R\$ 84.000,00	*****	*****
Movimentação	Doodidaa	373062	492012112201382272	R\$ 21.865,00	*****	*****
Interna	Recebidos	373062	492012112207502000	R\$ 17.995,00	*****	*****
		373062	492012169101374320	R\$ 57.000,00	*****	*****
		373062	492012163101370427	****	R\$ 3.916.100,00	*****
Movimentação	Concedi dos	****	*****	****	*****	*****
Externa	Recebidos	*****	****	*****	*****	*****

2.4.2 Execução Orçamentária da Despesa

2.4.2.1. Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação

Valores em R\$ 1,00

Madelidada da Caratarata a Za	Despesa	Liquidada	Despes	sa paga
Modalidade de Contratação	2009	2010	2009	2010
Licitação				
Convite	******	******	******	******
Tomada de Preços	R\$ 1.391.815,32	******	******	******
Concorrência	R\$ 2.289.500,28	******	******	R\$ 541.292,00
Pregão	R\$ 1.888.951,39	R\$ 2.062.841,74	R\$ 1.238.730,43	R\$ 1.912.111,17
Concurso	******	******	******	******
Consulta	******	******	******	******
Contratações Diretas				
Dispensa	R\$ 366.072,10	R\$ 1.366.412,61	R\$ 195.233,77	R\$ 1.298.497,55
Inexigibilidade	R\$ 487.516,40	R\$ 326.403,98	R\$ 419.510,19	R\$ 212.235,81
Não se Aplica	R\$ 6.685.175,45	R\$ 4.986.989,57	R\$ 4.785.979,19	R\$ 3.551.727,97
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	R\$ 81.514,42	R\$ 138.261,41	R\$ 81.514,42	R\$ 138.261,41
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	******	******	******	******
Diárias	R\$ 849.005,03	R\$ 1.185.720,94	R\$ 848.818,14	R\$ 1.185.720,94
Outras				

2.4.2.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Valores em R\$ 1,00

Cumos do Dosmos	Despesa Er	npenhada	Despesa L	iquidada	RP não pro	ocessados	Valores	Pagos
Grupos de Despesa	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal								
1º elemento de despesa (08)	R\$ 97.788,23	R\$ 74.044,29	R\$ 97.788,23	R\$ 74.044,29	****	****	R\$ 97.788,23	R\$ 74.044,29
2º elemento de despesa (92)	****	R\$ 1.856,38	****	R\$ 1.856,38	****	****	****	R\$ 1.856,38
3º elemento de despesa	****	****	****	****	****	****	****	****
Demais elementos do grupo	****	****	****	****	****	****	****	****
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa	****	****	****	****	****	****	****	****
2º elemento de despesa	****	****	****	****	****	****	****	****
3º elemento de despesa	****	****	****	****	****	****	****	****
Demais elementos do grupo	****	****	****	****	****	****	****	****
3- Outras Despesas Correntes								
1º elemento de despesa (14)	R\$ 857.824,62	R\$ 1.185.720,94	R\$ 849.005,03	R\$ 1.185.720,94	****	R\$ 8.819,59	R\$ 848.818,14	R\$ 1.185.720,94
2º elemento de despesa (30)	R\$ 206.244,49	R\$ 252.559,31	R\$ 183.076,47	R\$ 229.818,01	R\$ 32.056,32	R\$ 23.168,02	R\$ 183.076,47	R\$ 229.818,01
3º elemento de despesa (33)	R\$ 284.764,96	R\$ 258.861,10	R\$ 241.371,49	R\$ 258.861,10	R\$ 32.761,29	R\$ 43.393,47	R\$ 241.371,49	R\$ 258.861,10
4º elemento de despesa (35)	****	****	****	****	R\$ 364.911,73	****	****	****
5° elemento de despesa (36)	R\$ 2.000,00	R\$ 3.518,80	R\$ 2.000,00	R\$ 3.518,80	****	****	R\$ 2.000,00	R\$ 3.518,80
6º elemento de despesa (37)	R\$ 893.566,01	R\$ 1.050.888,27	R\$ 787.542,49	****	R\$ 168.914,27	R\$ 106.023,52	R\$ 787.542,49	R\$ 948.839,66
7º elemento de despesa (39)	R\$ 1.939.233,69	R\$ 3.288.677,31	R\$ 563.244,25	****	R\$ 506.836,94	R\$ 1.375.989,44	R\$ 569.139,20	R\$ 2.365.435,18
8º elemento de despesa (41)	****	****	****	****	R\$ 1.112.375,58	****	****	****
9º elemento de despesa (47)	R\$ 38.000,00	R\$ 3.000,00	R\$ 7.293,35	****	R\$ 8.936,73	R\$ 30.706,65	R\$ 7.293,35	R\$ 95,00
10° elemento de despesa (92)	R\$ 81.053,46	R\$ 34.193,23	R\$ 45.659,29	****	****	R\$ 35.394,17	R\$ 45.659,29	R\$ 33.263,23
Demais elementos do grupo	****	****	****	****	****	****	****	****

2.4.2.3. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Valores em R\$ 1,00

CLID	Despesa E	mpenhada	Despesa I	Liquidada	RP não pr	ocessados	Valores em R\$ 1,00	s Pagos
Grupos de Despesa	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 - Investimentos								
1º elemento de despesa (51)	R\$ 1.617.700,07	R\$ 50.009,76	R\$ 126.747,33	*****	R\$ 857.320,40	R\$ 1.490.952,74	R\$ 126.747,33	R\$ 24.017,25
2º elemento de despesa (52)	R\$ 237.376,92	R\$ 255.904,73	R\$ 9.079,00	*****	R\$ 224.926,77	R\$ 228.297,92	R\$ 9.079,00	R\$ 246.356,74
3º elemento de despesa	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****
Demais elementos do grupo	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****
5 - Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa (61)	*****	*****	*****	*****	R\$ 78,12	*****	*****	*****
2º elemento de despesa (66)	R\$ 5.740.857,00	R\$ 3.789.500,00	R\$ 3.919.000,00	*****	R\$ 1.141.800,00	R\$ 1.821.857,00	R\$ 3.919.000,00	R\$ 2.358.200,00
3º elemento de despesa	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****
Demais elementos do grupo	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****
6 - Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****
2º elemento de despesa	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****
3º elemento de despesa	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****
Demais elementos do grupo	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****

2.4.2.4. Análise Crítica

Exercício de 2009

Grupo da Despesa – 1 – Pessoal e Encargos Sociais

319008 – Outros Benefícios Assistenciais

R\$ 97.788,23 – Referente a 6 auxílios funerais (Exercício de 2009) Ativos e Aposentados.

Grupo da Despesa – 3 – Outras Despesas Correntes

339014 - Diárias - Pessoa Civil

R\$ 857.824,62 – Referente a diversas diárias a servidores lotados nesta Superintendência Regional, bem como, outros servidores do INCRA que vieram prestar serviços nesta Regional.(Processo de Doação, Processo de Sindicância e Outros).

339030 - Material de Consumo

R\$ 206.244,49 – valores para atender despesas com : (R\$ 50.219,24) lonas , (R\$ 126.395,64) combustíveis, (R\$ 13.377,00) aquisição de café, açúcar e água, (R\$ 900,00) Outros, (R\$ 4.929,71) Aquisição de Cartuchos e Tonners, (R\$ 1.545,24) Aquisição de peças de informática, (R\$ 526,00) para compras de lixeiras, (R\$ 7.669,00) Manutenção de veículos e (R\$ 682,66) aquisições de livros jurídicos.

339033 - Passagens e Despesas com Locomoção

R\$ 284.764,96 - Referente ao contrato de Locação de veículos (R\$ 214.355,57) e o Contrato de requisições de passagens aéreas e terrestres (R\$ 70.409,39).

339036 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física

R\$ 2.000,00 – Contratação de Mateiros no campo.

339037 – Locação de Mão de Obra

R\$ 893.566,01 – Contratos diversos {Calma Informática – Administrador de Rede, Unirio - Recepcionistas, Angel's – SICAU e Leandro Gaddo – Operador de Microcomputadores} (R\$ 376.535,96) , Contrato de Limpeza – Cardeal - (R\$ 184.096,38) e Contrato de Vigilância – Vigban – (R\$ 332.933,67).

339039 – Outros serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

R\$ 1.860.148,69 – Contrato com a Fundação Euclides da Cunha – Quilombola – (R\$ 368.750,00), Locação de Imóvel (R\$ 10.000,00), Contrato de Locação de Máquinas copiadoras (R\$ 56.160,00), Para atender despesas com Poda de árvores e manutenção de elevadores (R\$ 38.497,50), Substituição de Transformador (R\$ 12.993,00), Manutenção e conservação de veículos e Suprimentos (55.003,47), Evento – AFRICANAMENTE – (R\$ 7.990,00), Despesas com energia elétrica (R\$ 83.965,09), Despesas com serviços de água e esgoto (R\$ 42.657,72), Despesas com publicações (R\$ 17.200,00), Realização de Cursos e treinamentos (R\$ 5.588,00), Contratos de telefonia móvel (Claro) e fixa (Telemar) (R\$ 121.096,36), Despesas com honorários periciais (R\$ 3.054,67), Despesas com mudança dos móveis do INCRA/RJ (R\$ 24.950,00), Atender despesas com ATES (R\$ 997.576,14) e Pagamentos referente à Licenças Ambientais (R\$ 14.666,74).

339139 – Outros serv. Terceiros – Pés. Jurid – OP. Intra – Orc.

R\$ 79.085,00 - Pagamentos de Publicações EBC - EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO - (R\$ 79.085,00).

Totalizando na (39) = R\$ 1.860.148,69 + R\$ 79.085,00 = R\$ 1.939.233,69

339047 – Obrigações Tributárias e Contributivas

R\$ 38.000,00 - Pagamento de IPVA (R\$ 2.437,33) e Pagamento de Taxas de Incêndios (R\$ 35.562,67).

339092 – Despesas de Exercícios Anteriores

R\$ 81.053,46 - Reconhecimento de dívidas de diárias (R\$ 3.500,00), Pagamento contrato de limpeza - Cardeal - DIFERENCA DE EXERCICIO ANTERIOR (R\$ 6.269,29), Reconhecimento de dívidas de contrato de telefonia fixa (telemar), delimitação dos territórios Quilombolas - FUNDACAO EUCLIDES DA CUNHA - (R\$ 69.155,73) e Reconhecimento de dívidas de IPVA ano 2008 (R\$ 2.128,44).

Grupo da Despesa – 4 – Investimentos 449051 – Obras e Instalações

R\$ 1.617.700,07 - Contrato de Obras - PFMP - CONSTRUTORA LTDA - construção de unidade de processamento sustentável de Cana de Açúcar (R\$ 225.884,75) e Contrato de Obras - HIDROPOCOS LTDA - instalação de poços tubulares Zumbi dos Palmares Núcleo V (R\$ 1.391.815,32).

449052 – Equipamentos e Material permanente

R\$ 237.376,92 – Aquisição de balança eletrônica (R\$ 799,00), Aquisição de material de informática (R\$ 226.577,92) e Aquisição de estantes de aço (R\$ 10.000,00).

Grupo da Despesa – 5 – Inversões Financeiras 459066 – Concessão de Empréstimos e Financiamentos R\$ 5.740.857,00 – Atender despesas com crédito de instalação.

Exercício de 2010

Grupo da Despesa – 1 – Pessoal e Encargos Sociais 319008 – Outros Benefícios Assistenciais

R\$ 74.044,29 - Referente a 18 auxílios funerais (Exercício de 2010) Ativos e Aposentados.

331909203 - ATIVO MILITAR

R\$ 1.856,38 - Referente ao auxílio funeral (Exercício de 2010).

Grupo da Despesa – 3 – Outras Despesas Correntes 339014 – Diárias – Pessoa Civil

R\$ 1.185.720,94 - Referente a diversas diárias a servidores lotados nesta Superintendência Regional, bem como, outros servidores do INCRA que vieram prestar serviços nesta Regional.(Processo de Doação, Processo de Sindicância e Outros).

339030 - Material de Consumo

R\$ 252.559,31 — Contrato de fornecimento de combustíveis — Garage Visconde da Gávea e Suprimentos de Fundos dos Servidores (R\$ 154.278,79), aquisição de café, açúcar e água (R\$ 8.950,99), Aquisição de Tonners, Resmas de papel e Pastas Suspensas (R\$ 14.112,43), Aquisição de peças de informática — Hd's externo e Hubs - (R\$ 10.197,70), compras de pneus, peças para as viaturas, arquivo morto e caixa para arquivo (R\$ 43.504,40), Aquisição de piso e mão de obra para nova sede do INCRA/RJ (R\$ 21.515,00).

339033 - Passagens e Despesas com Locomoção

R\$ 258.861,10 – Referente ao contrato de Locação de veículos (R\$ 165.413,43) e o Contrato de requisições de passagens aéreas e terrestres (R\$ 93.447,67).

339036 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física

333903602 - DIARIAS A COLABORADORES EVENTUAIS NO PAIS

R\$ 3.518,80 – Pagamento de diárias a servidores do INCRA que vieram prestar serviços nesta Regional.

339037 - Locação de Mão de Obra

R\$ 1.050.888,27 - Contratos diversos {Calma Informática - Administrador de Rede, Unirio - Recepcionistas, Angel's - SICAU e Leandro Gaddo - Operador de Microcomputadores} (R\$ 495.915,29), Contrato de Limpeza - Cardeal - (R\$ 211.226,67) e Contrato de Vigilância - CVA VIGILANCIA - (R\$ 341.422,14) e Contrato de terceirização de TÉCNICOS EM SECRETARIADO, RECEPCIONISTA, CONTINUO, MOTORISTAS, CARREGADORES(ESTIVA), ELETRICISTA E ASSISTENTE DE TELEFONIA (R\$ 2.324,17).

339039 – Outros serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

R\$ 3.220.472,31 – Suprimentos de Fundos (R\$ 900+1500+50.272,20+500=53.172,20), Contrato de Locação de Imóvel da nova sede da SR – 07 / Rj – 2 ALIANCAS S/A – (R\$ 1.234.999,88), Contrato de locação de máquinas copiadoras (R\$ 53.695,00), Aquisição de piso e mão de obra para nova sede do INCRA/RJ (R\$ 2.390,00), Contrato de manutenção de elevadores (R\$ 7.200,00), Instalação de rede local na nova sede do INCRA/RJ (R\$ 92.310,00), Instalação de condicionadores de ar na sede da SR – 07/RJ (R\$ 3.480,00), Atender despesas com o Pregão nº. 03/2010 (R\$ 1.555,50), Serviços de energia elétrica – Light e Ampla – (R\$ 160.000,00), Serviços de Água e Esgoto (R\$ 17.000,00), Realização de Cursos e treinamentos (R\$ 10.679,51), Contratos de telefonia móvel (Claro) e fixa (Telemar) (R\$ 154.532,50), Pagamento de honorários periciais (R\$ 1.056,60), Despesa com mudança para nova sede da SR – 07 / RJ (R\$ 77.588,00), Atender despesas com ATES (R\$ 1.291.924,14), Evento – AFRICANAMENTE – (R\$ 7.690,00), Despesas com publicações (R\$ 51.198,98),

339139 – Outros serv. Terceiros – Pés. Jurid – OP. Intra – Orc.

R\$ 68.205,00 – Pagamentos com Publicações.

Totalizando na (39) = R\$ 3.220.472,31 + R\$ 68.205,00 = R\$ 3.288.677,31

339047 – Obrigações Tributárias e Contributivas

R\$ 3.000,00 – Despesas com pagamentos de taxas IPVA (R\$ 2.905,00) e SERPRO (R\$ 95,00)

339092 – Despesas de Exercícios Anteriores

R\$ 34.193,23 - Reconhecimento de dívidas de diárias (R\$ 4.193,23), Reconhecimento de dívidas com ATES (R\$ 30.000,00).

Grupo da Despesa – 4 – Investimentos 449051 – Obras e Instalações

R\$ 50.009,76 – Contrato de Obras - PFMP - CONSTRUTORA LTDA – construção de unidade de processamento sustentável de Cana de Açúcar (R\$ 50.009,76).

449052 – Equipamentos e Material permanente

R\$ 255.904,73 – Aquisição de Fax (R\$ 1.063,99), Aquisição de câmera digital e filmadora (R\$ 7.440,00), Aquisição de peças de informática (R\$ 96.653,79), Aquisição de mobiliário para nova sede do INCRA/RJ (R\$ 6.746,95) e Aquisição de Viaturas oficiais (R\$ 144.000,00).

Grupo da Despesa – 5 – Inversões Financeiras 459066 – Concessão de Empréstimos e Financiamentos

R\$ 3.789.500,00 – Atender despesas com crédito de instalação.

2.4.3. Indicadores Institucionais

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado					
	Área: Ordenamento da Estrutura Fundiária												
Índice de Cadastramen to de imóveis Rurais	Indica o percentual de imóveis cadastrados no SNCR conforme a Lei 5868/72, em relação à superfície total no nível de agregação.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Superficie ocupada por imóveis cadastrados (ha), dividido pela superficie total da área abrangida pela Jurisdição do Incra, no nível de agregação(ha) multiplicado por 100.	□ Superfície ocupada por imóveis cadastrados − Disponíveis no SNCR. • Superfície total da área abrangida pela jurisdição no nível de agregação (ha) − Conforme disponível em www.ibge.gov.br.	3.740.618,27/4.3 69607,20*100 = 85,61 %					
Índice de análise de processos de Certificação de imóveis	Indica o percentual de processos de Certificação finalizada no exercício em relação aos processos protocolados no exercício, conforme descrito na IN-INCRA 25/2005 e NE 80/2008, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Número de processos com análise de certificação finalizada[1] no exercício, dividido pelo número de processos de certificação protocolados no exercício, no nível de agregação) multiplicado por 100.	□ Número de processos com análise de certificação finalizada no exercício − conforme indicado nos sistemas SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação Estaduais. □ Número de processos de certificação protocolados no exercício − Conforme sistema SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação.	18/22*100= 81,81%					

	Indica o percentual	Superintendência	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Número de imóveis	□ Número de imóveis	
	de imóveis	Regional/ Brasil				regularizados e	regularizados e titulados –	
	regularizados e					titulados no exercício	Conforme sistema	
	titulados no					dividido pelo número	SISPROT, SIR e	
	exercício nos					de imóveis com	SISTERLEG.	
	termos da Lei					processos de		
Índice de	11.952/2009,					<u>regularização</u>		
Regulariza-	regulamentada pelo					fundiária iniciado no		5/89*100 =
ção	Decreto 6992/2009,					exercício[2], no nível	☐ Número de imóveis com	5,62%
Fundiária	IN 45/2008 e					<u>de agregação)</u>	processo de regularização	3,02 /0
T dildialia	eventuais					multiplicado por 100.	fundiária iniciado –	
	legislações						Conforme sistema	
	estaduais,						SISPROT, SIR e	
	permitindo assim						SISTERLEG.	
	avaliar a redução							
	ou aumento do							
	passivo existente.							

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
	Áre	ea: Obtenção de im	nóveis para Ref	orma Agrária e	Implantação de	Projetos de Assentan	iento	
Índice de gastos com Obtenção de Terras	Indica o gasto com obtenção de terras efetuada pelo INCRA por hectares, no exercício.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Reais/hectare	{valor total de indenizações (desapropriação) ou pagamento (aquisição) em R\$, no exercício ^[3] , dividida pela respectiva área total dos imóveis indenizados ou pagos em hectares, no exercício}, no nível de agregação ^[4] .	☐ Quantidade monetária despendida pela Autarquia em obtenção de terras ─ Gastos no Programa 135/ação 4460 ─ SIAFI e SIR. ☐ Quantidade de terras obtidas no nível de agregação ─ Conforme a publicação do Decreto ─ SIR e SIPRA.	R\$ 0,00
Índice de Protocolos de licença ambiental para os Projetos de Assentamen- to	Indica o percentual de PA(s) com processo de Licenciamento Ambiental protocolado no exercício, em relação ao número de PA(s) com licenças ambientais expedidas, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de Licenças Ambientais Protocoladas no exercício, dividido pelo número de Licenças Ambientais Expedidas no exercício[5], no nível de agregação), multiplicado por 100.	☐ Quantidade de PA(s) com Licença ambiental protocolada — SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente. ☐ Quantidade PA(s) com Licença ambiental expedida — SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente.	19/3*100= 633%

Índice de Projetos de Assentamen- tos com licença ambientais em vigor	Indica o percentual de PA(s) com licença ambiental em vigor, em relação ao total de assentamentos federais existentes, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de assentamentos com Licença ambiental em vigor, dividido pelo total de assentamentos Federais[6], no nível de agregação), multiplicado por 100.	☐ Quantidade de Projetos de Assentamento com Licença ambiental em vigor — SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente. ☐ Quantidade total de PA(s) federais — Sipra.	16/50*100 = 32%
-----------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------	-----------	---------------	-------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
		Área: Desenvolv	vimento, Conso	lidação e Eman	cipação de Pro	jetos de Assentamen	to	
Índice de acesso à água para consumo doméstico[7]	Expressa o provimento de água potável no exercício (encanada, de poço ou de cisterna) segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente[8].	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Exercício	Porcentagem	(número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico – encanado, de poço ou de cisterna no exercício – dividido pelo número de famílias assentadas no exercício, no nível de agregação) multiplicada por 100.	□ Número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico no exercício − Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR; □ Quantidade total de famílias assentadas no exercício – Sipra.	0,00%
Índice de provimento de PDA/PRA	Expressa a quantidade Projetos de assentamento com PDA/PRA aprovados pelo INCRA	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de Projetos de Assentamento com PDA e PRA aprovados pelo Incra[9], dividido pela quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados no nível de agregação) multiplicado por 100.	☐ Quantidade de Assentamentos com PDA/PRA aprovado pelo INCRA – SIR ☐ Quantidade total de Assentamentos ☐ Jurisdicionados — Sipra. ☐ Company per	3/50*100= 6,00%

Índice de acesso a estradas transitáveis ou outras vias de transporte adequado ao escoamento da produção até as unidades produtivas	Expressa o acesso a estradas transitáveis ou outras vias de acesso adequado ao escoamento da produção no exercício, segundo o total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício, dividido pelo número total de famílias assentadas no exercício[10], no nível de agregação) multiplicada por 100.	□ Número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício — Conforme avaliado pelas equipes de Assistência Técnica atuantes nos PA(s) e SIR. □ Número total de famílias assentadas no exercício — Sipra.	0,00%
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------	-----------	---------------	-------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
		Área: Desenvolvin	nento, Consolid	ação e Emancipa	ção de Projetos	de Assentamento		
Índice de acesso à moradia nos assentamen- tos	Expressa o acesso à moradia nos assentamentos no exercício, segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício, dividido pela quantidade total de famílias assentadas no exercício[11], no nível de agregação) multiplicada por 100.	□ Número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício — Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR; □ Número de famílias assentadas no exercício — Conforme constante	112/365*100= 30,7%

Número de	Expressa a quantidade de	Superintendência	Processo	Por exercício	Unidades	Número de	· Quantidade	
contratos	contratos firmados pelas	Regional/Brasil				contratos firmados	contratos firmados	
firmados	famílias que acessaram as					pelas famílias com	pelas famílias com	
pelas famílias	linhas de crédito voltadas à					acesso a linha de	acesso a linha de	
com acesso	agricultura familiar.					crédito voltada aos	crédito voltada aos	
ao Pronaf ou						PA(s) no exercício,	PA por exercício –	154 Pronaf A +
outra linha de						no nível de	Obtido junto ao	35 Pronaf A/C =
crédito						agregação.	MDA, instituições	189*
voltada à							financeiras	109
produção							responsáveis e	
							Assistência Técnica	
							responsável pelo	
							Projeto de	
							Financiamento e SIR	

^{* -} A informação acerca desses 189 contratos firmados em 2010 foram informados pelo MDA. No ano de 2010, foram emitidas 224 DAPs para assentados em Projetos de Assentamento do Estado do Rio de Janeiro. Mas a imprecisão desse número está nos seguintes fatores: cada DAP emitida possui validade de até 06 anos, o assentado que a detém pode e deve utilizá-la para acesso ao crédito produtivo somente no momento que for oportuno; o agente financeiro disponibiliza ao MDA apenas o balanço mensal consolidado do número de contratos e volume de recursos utilizados nas unidades federativas (sem discriminar se o contrato está em nome de agricultor familiar ou de assentado da reforma agrária); a DAP não é um instrumento de utilização exclusiva para acesso ao crédito produtivo, mas também para outras políticas públicas; há dificuldade de se obter diretamente dos assentados as informações sobre as contratações realizadas ao longo de cada ano.

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
		Área: Desenvolvin	nento, Consolida	ação e Emancipaç	ão de Projetos	de Assentamento		
Índice de provimento de Assistência Técnica	Expressa a quantidade famílias atendidas pela Assistência Técnica.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica, dividida pelo número de famílias no nível de agregação) multiplicado por 100.	Quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica – Conforme o disposto nos instrumentos contratuais/ de convênio e SIR; .Número de famílias dos PAs – Conforme constante do Sistema Sipra.	2324/365*100= 30,68%
Renda média das famílias (não obrigatório ou por amostragem)	Expressa a renda gerada pelas famílias nas atividades produtivas.	Superintendência Regional	Processo	Ano Safra	Unidade monetária (reais)	Média do valor monetário gerado pelas atividades produtivas por família no nível de agregação.	Valor monetário gerado pelas atividades produtivas – A ser obtido pelas Entidades de Prestação de Assistência Técnica em conformidade com a tabela constante do item 4 do Manual Operacional de ATES (pagina 21) disponível em: http:// www.incra.gov.br/ar quivos/0003602026.p df em 22/04/2008, ou norma que substituí- la.	Dados em processamento em Brasília.

Índice de Parcelas Supervisiona- das	Expressa a proporção de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Percentagem	(quantidade de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008, dividido pela quantidade total de parcelas por nível de agregação) multiplicada por 100.	□ Quantidade de parcelas supervisionadas − Conforme informação a ser controlada no sistema SIPRA/SIR. · · · Quantidade total de parcelas por nível de agregação − Sistema SIPRA/SIR.	289/4719*100= 6,12%
Número de projetos ambientalmente diferenciados implantados	Expressa o Número de projetos ambientalmente diferenciados implantados conforme a definição das Portarias Incra n.º 268/1996; 477/1999 e 1.141/2003 e 215/2006.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Unidade	Quantidade de projetos ambientalmente diferenciados criados no exercício no nível de agregação.	□ Quantidade de projetos ambientalmente diferenciados criados no período − Conforme o Sistema Sipra e definição das Portarias Incra n.º 268/1996; 477/1999 e 1.141/2003 e 215/2006.	0,00%

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado		
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento										
Índice de consolidação de assentamentos	Expressa a taxa de consolidação dos assentamentos.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Percentagem	(número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, dividido pelo número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA, no nível de agregação), multiplicado por 100.	Número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, conforme NE 09/2001 — Conforme constante do Sistema Sipra e apurado pela Assistência Técnica. Número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA — Sipra.	0,00%		

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
	,	8 9 7	j	Área: Gestão A	dministrativa			
Índice de abrangência de capacitação	Expressa o alcance das ações de capacitação face a todo o corpo funcional.	Superintendência Regional/Diretoria /Brasil	Resultado	Por exercício	Percentagem	(Quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação, dividida pela quantidade total de funcionários no nível de agregação.) multiplicado por 100.	□ quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	97/123*100= 78,8%
Índice de horas de capacitação	Expressa o número de horas de capacitação por funcionários.	Superintendência Regional/Diretoria /Brasil	Resultado	Por exercício	Horas/funci onário	Número total de horas de treinamentos recebidos pelos funcionários, dividido pela quantidade total de funcionários por nível de agregação.	□ número de horas de treinamentos pela quantidade de funcionários - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	1873/123 = 15,22 h/f
Índice de aprovação de Convênios	Expressa a capacidade de gestão de convênios firmados pela Autarquia, conforme IN 01/93 e lei 8.666.	Superintendência/ Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	Percentagem	(Quantidade de convênios com status "aprovado" no exercício/Quantidade de convênios com status "comprovado" no exercício) multiplicado por 100.	□ SIAFI e SICONV	0,00% (todos os convênios estão sob apreciação da Comissão de Tomada de Conta Especial - TCE)

Índice de Qualidade de dados	Expressa a quantidade de inconformidades entre os registros eletrônicos e os dados que os deram origem.	l fendencia/ l	Resultado	Ano	Percentagem	(Quantidade de inconformidades/Quan tidade de registros analisados pela AUD conforme técnica amostral aplicada) multiplicada por 100.	· Quantidade de inconformidades – Informado pela AUD. Quantidade de registros analisados – Informado pela AUD.	0% (Não houve registros da SR-07/ RJ analisados pela AUD em 2010)
------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------	-----------	-----	-------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------

[1] Inclui processos deferidos, indeferidos e em diligência. Porém, tem que se estabelecer um prazo para indeferir um processo, caso as providências necessárias não tenham sido efetivadas. Esta alteração foi aceita com a condição de que as SR mapeiem todo o passivo existente no decorrer do ano de 2010, sendo que, no Relatório de Gestão de 2011 o indicador voltará a ser aquele originalmente proposto (total de processos finalizados dividido pelo total de processos protocolados "e ainda não finalizados").

- [2] Incluir também convênios firmados com os estados e municípios.
- [3] Não computar complementações de indenizações por acordo ou decisão judicial em geral, e nem áreas imitidas na posse ocorridas no ano.
- [4] Utilizar o total de áreas "avaliadas" dos imóveis.
- [5] As licenças contabilizadas neste item são LP, LI, LO, LIO ou Similares. Contabilizar somente uma Licença por assentamento e não contabilizar as renovações de licenças e outras licenças que não aquelas descritas.
- [6] As licenças contabilizadas neste item são LP, LI, LO, LIO ou Similares. Contabilizar somente uma Licença por assentamento. As licenças "Similares" deverão ser explicitadas em Nota Técnica expedida pela área responsável por esta ação. Contabilizar em relação aos "Assentamentos Federais", somente: PA (Projeto de Assentamento), PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável), PAE (Projeto de Assentamento Agroextrativista) e PAF (Projeto de Assentamento Florestal), assentamentos aos quais o INCRA tem a obrigação de licenciar. As licenças "Similares" deverão ser explicitadas em Nota Técnica expedida pela área responsável por esta ação.
- [7] e [8]Há que se destacar nos Relatórios de Gestão a quantidade de lotes novos (famílias assentadas no exercício), onde já há o provimento de água encanada, de poço ou de cisterna, de forma que tais lotes não sejam contabilizados como passivo.
- [9] Contabilizar somente um assentamento por documento (PDA ou PRA).
- [10] Há que se destacar nos Relatórios de Gestão a quantidade de lotes novos (famílias assentadas no exercício), onde já há estradas transitáveis ou vias de acesso adequado ao escoamento da produção, de forma que tais lotes não sejam contabilizados como passivo.
- [11] Há que se destaca nos Relatórios de Gestão a quantidade de lotes novos (famílias assentadas no exercício), onde já há unidades habitacionais efetivamente construídas, de forma que tais lotes não sejam contabilizados como passivo. Esta alteração foi aceita com a condição de que a Diretoria de Desenvolvimento do INCRA apresente uma proposta concreta de mapeamento do passivo existente em relação a este item. A proposta deve conter informações sobre o percentual de lotes a serem verificados a cada ano, até o ano de 2012, sendo que, no Relatório de Gestão de 2012 o indicador voltará a ser aquele originalmente proposto (total de famílias com acesso a habitação dividido pelo total de lotes existentes). Nos anos de 2010 e 2011, também poderá ser efetuada análise amostral (apresentar proposta com o percentual a ser amostrado).

3. Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

3.1 Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Valores em R\$ 1,00

	Identificação da Conta Contábil									
Código	SIAFI		De	enominação						
21211.	.11.00	FORNECEDORI	CEDORES POR INSUF. DE CREDITOS/RECURSOS							
21212.	.11.00	PESSOAL A PC	GPOR INSUF. DE CREDITOS/R	ECURSOS						
21213.	.11.00	ENCARGOS PO	OR INSUF. DE CREDITOS/RECU	JRSOS						
21215.	.22.00	OBRIG.TRIBUT	T. POR INSUF. DE CREDITOS/RECURSOS							
21219.	.22.00	DEB. DIVERSO	OS POR INSUF. DE CREDITOS/RECURSOS							
			Linha Detalhe							
UG	Credor (C	CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2009	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2010				
373062	*********		********		*****	*****				
Razões e Justifi	cativas: Não ex	istem dados para	a esta consulta em nenhuma das	s contas.						

Fonte: SIAFI

TOHOU, DITT								
Obs: Há valores em Brasília para repactuação de contratos, conforme relacionados abaixo:								
Interessado:	Fonte	Valor R\$						
Calma Informática	0176	R\$ 2.000,00						
Leandro Gaddo	0176	R\$ 5.000,00						
Vigban	0176	R\$ 35.000,00						

Fonte: SIAFI

3.2 Análise Crítica

Não há o que se analisar, pois não há passivos existentes nas contas constantes do SIAFI.

4. Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.

4.1 Situação dos restos a pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

	Res	tos a Pagar Proces	ssados							
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010						
2009	R\$ 17.491,76	****	****	R\$ 17.491,76						
2008	R\$ 16.914,87	****	****	R\$ 16.914,87						
	Restos a Pagar não Processados									
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010						
2009	R\$ 4.450.918,15	R\$ 1.341.032,90	R\$ 2.278.546,71	R\$ 1.360.137,39						
2008	R\$ 5.232.207,35	R\$ 1.208.501,21	R\$ 3.781.287,27	R\$ 528.798,85						
Observações:										

Fonte: SIAFI

4.2 Análise Crítica

Como a Superintendência Regional do INCRA no Rio de Janeiro depende da liberalização de recursos orçamentários e financeiros feitos por Brasília, os restos a pagar foram pagos conforme as liberalizações dos recursos solicitados e de acordo com as medições das etapas dos contratos.

Contudo, devido ao próprio contingenciamento orçamentário da autarquia para a execução de suas ações institucionais ocorrido no exercício de 2010, os restos a pagar também sofreram atrasos em suas liberações, o que teve um impacto negativo. Isto, certamente, impactará o exercício de 2011.

5. Informações sobre Recursos Humanos da unidade

5.1 Composição do quadro de servidores ativos

3 Total

5.1.1 Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação Apurada em 31/12/2010

Tipologias dos Cargos	Lota	ção	Ingressos em	Egressos em
ripologias dos Cargos	Autorizada	Efetiva	2010	2010
1 Provimento de cargo efetivo	0	123	1	7
1.1 Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2 Servidores de Carreira	0	120	0	7
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	О	115	0	5
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	0	5	0	2
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	0	0	0	О
1.3 Servidores regidos pela CLT	0	0	0	0
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	0	3	1	0
1.4.1 Cedidos	0	2	0	0
1.4.2 Removidos	0	0	1	0
1.4.3 Licença remunerada	0	0	0	0
1.4.4 Licença não remunerada	0	1	0	О
2 Provimento de cargo em comissão	0	16	0	3
2.1 Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior	0	13	0	3
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	0	9	О	О
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	0	2	0	0
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas	0	0	0	1
2.2.4 Sem vínculo	0	2	0	2
2.2.5 Aposentado	0	0	0	0
2.3 Funções gratificadas	0	3	0	0
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	0	3	О	0
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	0	O	0	0
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas	0	0	0	0

Fonte: SIAPE, GERENCIAL, GRCADAS, GRCOSITCAR - Dez/10 e extração SIAPE fev/11.

OBS: 1)O INCRA não dispõe de instrumento aprovando a lotação; 2)O INCRA não dispõe de servidores com contrato temporário; 3)O INCRA dispõe de servidores celetistas (anistiados - Lei 8.878/94).

5.1.2 Composição do Quadro de Recursos Humanos por Faixa Etária - Situação Apurada em 31/12/2010

SR-07/RJ - UPAG 546

Tinalogias do Carco		F	aixa Etária (anos	3)		TOTAL
Tipologias do Cargo	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60	IUIAL
1. Provimento de cargo efetivo	5	17	23	48	30	123
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	4	17	23	46	30	120
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	1	0	0	2	0	3
2. Provimento de cargo em comissão	3	3	4	5	1	16
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	3	2	2	5	1	13
2.3. Funções gratificadas	0	1	2	0	0	3
TOTAL GERAL	8	20	27	53	31	139

Fonte: Extração SIAPE FEV/11.

5.1.3 Composição do Quadro de Recursos Humanos por Nível de Escolaridade - Situação Apurada em 31/12/2010

SR-07/RJ - UPAG 546

Tipologias do Cargo				Nível	de Escolar	idade				
ripologias do Cargo	1	2	3	4	5	6	7	8	9	TOTAL
1. Provimento de cargo efetivo	0	0	0	9	33	81	0	0	0	123
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	0	0	9	33	78	0	0	0	120
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	0	0	0	0	0	3	0	0	0	3
2. Provimento de cargo em comissão	0	0	0	0	3	13	0	0	0	16
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	3	10	0	0	0	13
2.3. Funções gratificadas	0	0	0	0	0	3	0	0	0	3
TOTAL	0	0	0	9	36	94	0	0	0	139

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

Fonte: Extração SIAPE FEV/11. OBS: O nível de escolaridade informado correspondente à tabela de escolaridade do SIAPE.

5.2 Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas

5.2.1 Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação Apurada em 31/12/2010

SR-07/RJ - UPAG 546

Regime de proventos / Regime de apos entadoria	Quantitativo de Servidores	Apos entadorias em 2010
1 Integral	456	4
1.1 Voluntária	412	4
1.2 Compulsório	0	0
1.3 Invalidez Permanente	44	0
1.4 Outras	0	0
2 Proporcional	117	0
2.1 Voluntária	104	0
2.2 Compulsório	9	0
2.3 Invalidez Permanente	4	0
2.4 Outras	0	0
TOTAL GERAL	573	4

Fonte: Extração SIAPE FEV/11.

5.2.2 Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação Apurada em 31/12/2010

SR-07/RJ - UPAG 546

Regime de proventos originário do servidor	Quantitativo de Beneficiários	Pensões concedidas em 2010
1. Integral	260	0
2. Proporcional	125	18
TOTAL	385	18

Fonte: Extração SIAPE FEV/11.

5.3 Composição do quadro de estagiários

SR-07/RJ - UPAG 546

Nível de escolaridade	Quanti	Quantitativo de contratos de estágio vigentes							
Niver de escolaridade	1° Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	(Valores em R\$ 1,00)				
Nível superior	7	7	7	7	R\$ 0,00				
· Área Fim	1	1	1	1	R\$ 0,00				
· Área Meio	6	6	6	6	R\$ 0,00				
Nível Médio	6	6	6	7	R\$ 0,00				
· Área Fim	1	2	1	1	R\$ 0,00				
· Área Meio	5	4	5	6	R\$ 0,00				
Total	13	13	13	14	R\$ 61.940,38				

Fonte: SIAPE GERENCIAL, GRCADAS, GRCOSITCAR Dez/10 e Extração SIAPE FEV/11 e Extração DW/2010. OBS: O custo do exercício não está discriminado por nível vez que a rubrica referente a bolsa é a mes ma para nível médio e superior.

5.4 Custos associados à manutenção dos recursos humanos

5.4.1 Quadro de Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2008, 2009 e 2010

SR-07/RJ - UPAG 546

TIPOLOGIAS/	VENC E VANTAGENS			DESPESAS V	/ARIÁVEIS						
EXERCÍCIOS	FIXAS	RETRIBUIÇÕES	GRATIFICAÇÕES	ADICIONAIS	INDENIZAÇÕES	BENEF ASSIST/PREV	DEMAIS DESP VARIÁVEIS	TOTAL GERAL			
	SER	VIDORES DE CARI	REIRA QUE NÃO O	CUPAM CARGO D	E PROVIMENTO EM	I COMISSÃO					
2008	R\$ 9.080.470,06		R\$ 788.760,12	R\$ 162.362,43	R\$ 476.700,88	R\$ 884.954,22	R\$ 6.264,58	R\$ 11.399.512,29			
2009	R\$ 9.035.018,25		R\$ 841.501,68	R\$ 229.674,03	R\$ 703.373,20	R\$ 991.458,35	R\$ 0,00	R\$ 11.801.025,51			
2010	R\$ 9.989.193,14		R\$ 912.368,12	R\$ 251.862,31	R\$ 701.946,72	R\$ 1.612.224,68	R\$ 0,00	R\$ 13.467.594,97			
		SERVIDORES (COM CONTRATO T	EMPORÁRIO (SEF	RVIDORES CELETIS	TAS)					
2008								R\$ 0,00			
2009								R\$ 0,00			
2010								R\$ 0,00			
		SE	RVIDORES CEDIDO	S COM ÔNUS OU I	EM LICENÇA						
2008					R\$ 2.695,47			R\$ 2.695,47			
2009					R\$ 2.143,46			R\$ 2.143,46			
2010								R\$ 0,00			
	SERVI	DORES OCUPANT	ES DE CARGOS DO	GRUPO DIREÇÃO	E ASSESSORAME	NTO SUPERIOR					
2008		R\$ 311.486,61			R\$ 65.749,26			R\$ 377.235,87			
2009		R\$ 297.939,42			R\$ 41.400,75			R\$ 339.340,17			
2010		R\$ 296.682,19			R\$ 80.282,22			R\$ 376.964,41			
	SERVIDORES OCUPANTES DE FUNÇÕES GRATIFICADAS										
2008		R\$ 14.495,39			R\$ 11.981,75			R\$ 26.477,14			
2009		R\$ 15.156,36			R\$ 6.666,79			R\$ 21.823,15			
2010		R\$ 15.156,36		_	R\$ 8.143,27			R\$ 23.299,63			

Fonte: Extração DW SIAPE dos exercícios de 2008, 2009 e 2010.

Observação: Foram concedidas diárias (indenização) para terceiros, conforme especificado:

ANO	VALOR
2008	R\$ 30.725,31
2009	R\$ 25.466,32
2010	R\$ 7.002,26

1.4 CUSTOS ASSOCIADOS À MANUTENÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS 1.4.1 QUADRO DE CUSTOS DE RECURSOS HUMANOS NOS EXERCÍCIOS DE 2008, 2009 E 2010

5.5 Locação de mão-de-obra mediante contratos de prestação de serviços

5.5.1 Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

				Unidade Co	ontratante								
Nome: INCRA	-RJ												
UG/Gestão: 3'	73062 / 3	7201			CNPJ: 00375972	2/0009-18							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Período contratual de execução dos trabalhadores contratada (CNPJ)						Sit.			
					Início Fim			F	M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	V	0	12001/10	05.696.910/0001-74	01/01/2011	30/04/2011				13			P
2010	L	0	4000/10	05.703.030/0001-88	29/07/2010	28/07/2010		10					A
Observação:													
Natureza: (O Nível de Escol Situação do C) Ordiná aridade: (ontrato: (ria; (E) (F) Ensi (A) Ativ	o Normal; (P) A	Ostensiva. (M) Ensino Médio; (S) tivo Prorrogado; (E) En ontrato; (C) Efetivamente	cerrado.	r.							

Fonte: Processos administrativos dos contratos das prestadoras presentes na SR-07/RJ.

5.5.2 Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

				Unidade C	ontratante								
Nome: INCF	ome: INCRA -RJ												
UG/Gestão:3	373062 / 3	7201		CNPJ: 003759	72/0009-18								
Informações sobre os contratos													
Ano do				Empresa Contratada	Período contratual de execução das atividades contratadas						exigido dos ratados		
contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	(CNPJ)			F M		М	S		Sit.	
					Início	Fim	P	С	P	C	P	C	
2010	1	О	7000/2010	01.068.730/0001-97	05/11/2010	04/11/2011			5	5			A
2010	1	О	6006/2010	00.869.125/0001-52	17/09/2010	16/09/2011					1	1	A
2010	1	О	11000/2010	10.515.685/0001-62	20/12/2010	19/12/2011			3	3			A
2010	1	О	10000/10	36.529.998/0001-63	18/11/2010	17/11/2011			8	5			A
2010	1	О	8000/10	05.231.661/0001-41	05/11/2011	04/11/2011			11	11			A
2010	1	О	9000/10	06.263.083/0001-98	12/11/2010	11/11/2011	6	3					A
2010	1	О	12000/10	06.263.083/0001-98	20/12/2010	19/12/2011			7	7			A

Observação:

LEGENDA

Área:

- 1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
- 2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis
- 3. Serviços de Copa e Cozinha;
- 4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
- 5. Serviços de Brigada de Incêndio;
- 6. Apoio Administrativo Menores Aprendizes;
- 7. Outras.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Processos administrativos dos contratos das prestadoras presentes na SR-07/RJ.

5.5.3 Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
8000/10	1	1	DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO
8000/10	1	1	DIVISÃO DE OBTENÇÃO
8000/10	1	2	DIVISÃO ADMINISTRATIVA
8000/10	1	1	DIVISÃO DE PATRIMONIO
8000/10	1	2	SALA DO CIDADÃO
8000/10	1	1	PROTOCOLO
8000/10	1	1	TRANSPORTE
8000/10	1	2	DIVISÃO FUNDIÁRIA
7000/10	1	1	DIVISÃO DE ADMNISTRAÇA
7000/10	1	2	GABINETE
7000/10	1	1	FINANCEIRO
7000/10	1	1	PLANEJAMENTO
7000/10	1	1	TELEFONIA
6006/10	1	1	INFORMÁTICA
4000/10	7	10	SERVIÇOS GERAIS/ADMINISTRAÇÃO
12001/10	8	1	SR07 /RJ- PRESIDENTE VARGAS
12001/10	8	8	SR07 /RJ- SANTO AMARO
12001/10	8	4	SR07 /RJ- BARÃO DE SÃO FÉLIX
9000/10	1	1	DIVISÃO DE ADMNISTRAÇA
9000/10	1	1	PROTOCOLO
9000/10	1	1	PROCURADORIA
12000/10	1	1	DIVISÃO ADMINISTRATIV
12000/10	1	1	DIVISÃO DE OBTENÇÃO
12000/10	1	1	DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO
12000/10	1	1	DIVISÃO FUNDIÁRIA
12000/10	1	1	DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
12000/10	1	1	PROCURADORIA
12000/10	1	1	PROCURADORIA
110000/10	1	3	INFORMÁTICA
10000/10	1	5	TRANSPORTE

- 1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
- Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;
- Serviços de Copa e Cozinha;
- Manutenção e conservação de Bens Móveis; Serviços de Brigada de Incêndio;
- 6. Apoio Administrativo Menores Aprendizes;
- 7. Higiene e Limpeza;
- 8. Vigilância Ostensiva;

Fonte: Processos administrativos dos contratos das prestadoras presentes na SR-07/RJ.

5.6 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

Ao longo do ano de 2011 não foram utilizados os indicadores gerenciais de absenteísmo, acidentes de trabalho e doenças ocupacionais, rotatividade, educação continuada, satisfação e motivação, disciplina, níveis salariais e demandas trabalhistas.

Já apreciando ao indicador de Desempenho Funcional informamos que, a partir deste ano de 2011, passará a ser aplicado não só nesta superintendência como também nas demais, uma Avaliação de Desempenho para fins de concessão da Gratificação de Desempenho, nos termos do Decreto 7.133/10, que nos dará subsídios para verificarmos o desempenho dos servidores; a partir desse ano corrente é de relevância informar que com a implantação do Sistema de Atenção a Saúde do Servidor – SIASS nos órgãos federais, teremos uma estatística para mensuração de indicadores como acidentes no trabalho e doenças ocupacionais, licenças dos servidores, para melhor planejamento, o que gerará uma razoável diminuição nestes fatores que prejudicam o exercício do funcionamento desta Regional.

- 6. Informação sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência
 - 6.1 Transferências efetuadas no exercício
 - 6.1.1 Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

								Vale	ores em R\$ 1,00			
				Unidade Concedente	e ou Contratante							
Nome: INCRA	-RJ											
CNPJ: 003759	72/0009-18			UG/GESTÃO: 37306	2 / 37201							
	Informações sobre as transferências											
			Valores	Pactuados	Valore	es Repassados	¥.7°					
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até	Vig	ência	Sit.			
			Grobai	Contrapartita	No exercicio	exercício	Início Fim					
*****	*****	*****	****	*****	****	****	*****	*****	*****			
*****	*****	*****	****	*****	****	****	*****	*****	*****			
*****	*****	****	****	****	*****	****	*****	*****	*****			
<u>LEGENDA</u>												
Modalidade:				Situação da Transfer	ência:							
1 - Convênio				1 - Adimplente								
2 - Contrato de	Repasse			2 - Inadimplente								
3 - Termo de Pa	rceria			3 - Inadimplência Susj	pensa							
4 - Termo de Co	operação			4 - Concluído								
5 - Termo de Co	ompromisso			5 - Excluído								
				6 - Rescindido								
				7 - Arquivado								

Fonte: PROCESSOS ADMNISTRATIVOS E SISTEMA SIAFI

6.1.2 Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

	Unidade Concedente ou Contratante										
Nome: INCRA -RJ											
CNPJ: 00375972/0009-18 UG/GESTÃO: 373062 / 37201											
Modalidade	Quantidade d	e instrumentos cada exercíci	s celebrados em o	Valores repassados em cada exercício (Valores em R\$ 1,00)							
	2008	2009	2010	2008	2009	2010					
Convênio	****	****	****	****	****	****					
Contrato de Repasse	****	****	****	****	****	****					
Termo de Parceria	****	****	****	****	****	****					
Termo de Cooperação	****	****	****	****	****	****					
Termo de Compromisso	****	****	****	****	****	****					
Totais	****	****	****	****	****	****					

Fonte: Processos administrativos da SR-07/RJ; SIAFI.

6.1.3 Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes

	Unidade Concedente ou Contratante											
Nome: INCRA -RJ												
CNPJ: 00375972/0009-18			UG/GESTÃO:	373062/3720	1							
		V	alores (R\$ 1,00))								
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2011 e seguintes	Contratados	Repassados até 2010	Previstos para 2011	% do Valor global repassado até o final do exercício de 2010							
Convênio	****	****	****	****	****							
Contrato de Repasse	****	****	****	****	****							
Termo de Parceria	****	****	****	****	****							
Termo de Cooperação	****	****	****	****	****							
Termo de Compromisso	****	****	****	****	****							
Totais	****	****	****	****	****							

Fonte: Processos administrativos da SR-07/RJ; SIAFI.

6.1.4 Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio e de contratos de repasse

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente								
Nome: INCRA -RJ								
CNPJ:00375972/0009-18	UG/GESTÃO:373062 /	./37201						
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montante repassados		epas s ados	Instrumentos (Quantidade e Monta Repassado)				
					Contratos de Repasse			
	Ainda no prazo de	Quantidade		* * * * *	****			
	prestação de contas	Montante Rej	passado	****	****			
		Contas	Quantidade	****	****			
2010	Comprazo de prestação de contas vencido	prestadas	Montante Repassado (R\$)	****	****			
		Contas NÃO prestadas	Quantidade	****	****			
			Montante Repassado (R\$)	****	****			
	Contas prestadas		Quantidade	****	****			
2009			Montante Repassado (R\$)	****	****			
2007	Contas NÃO prestadas		Quantidade	****	****			
			Montante Repassado (R\$)	****	****			
	Contas prestadas		Quantidade	****	****			
2000			Montante Repassado (R\$)	****	****			
2008	~ .		Quantidade	****	****			
	Contas NÃO prestadas		Montante Repassado (R\$)	****	****			
Anteriores a 2008				****	****			
	Contas NÃO prestadas		Montante Repassado (R\$)	****	****			

Fonte: Processos administrativos da SR-07/RJ; SIAFI.

6.1.5 Visão geral da análise das prestações de contas de convênios e contratos de repasse

Valores em R\$ 1,00 **Unidade Concedente ou Contratante** Nome: INCRA -RJ CNPJ:00375972/0009-18 UG/GESTÃO:373062 / 37201 Exercício da Instrumentos prestação de Quantitativos e montantes repassados Contratos de contas Convênios Repasse Quantidade de contas prestadas **** **** Quantidade **** **** Comprazo de análise ainda Montante repassado (R\$) não vencido **** **** **** Quantidade Aprovada 2010 1 Contas Quantidade Reprovada **** **** analisadas Ouantidade de TCE **** Comprazo de 8 análise vencido Quantidade 8 **** Contas NÃO analisadas Montante repassado (R\$) **** **** Quantidade de contas prestadas **** **** **** Quantidade Aprovada **** Contas Quantidade Reprovada **** **** analisadas 2009 **** Quantidade de TCE 9 Contas NÃO **** Ouantidade Montante repassado (R\$) analisadas **** **** **** **** Quantidade de contas prestadas Quantidade Aprovada **** **** Contas Quantidade Reprovada **** **** analisadas 2008 Quantidade de TCE **** 9 **** Quantidade 9 Contas NÃO analisadas Montante repassado **** **** Exercícios Quantidade Contas NÃO **** **** anteriores a analisadas 2008 Montante repassado **** ****

Fonte: PROCESSOS ADMINISTRATIVOS E SISTEMA SIAFI

6.1.6 Análise Crítica

Não houve transferências pelas modalidades apresentadas nas planilhas em tela neste Relatório de Gestão para o exercício de 2010.

7. Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.

Foi declarado pelos servidores responsáveis pela operacionalização dos sistemas SIASG e SICONV para fins do disposto no art. 19 da Lei 11.768, de 14 de agosto de 2008, que as informações referentes a contratos, bem como Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria firmados no âmbito da Superintendência Regional do INCRA no Rio de Janeiro – SR-07/RJ, estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV.

8. Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.

De acordo com Declaração prestada pelo Chefe dos Recursos Humanos da Divisão de Administração da Superintendência Regional do INCRA no estado do Rio de Janeiro, as obrigações determinadas pela Lei nº 8.730/1996, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas dos servidores desta autarquia, foram cumpridas. Todas as Declarações de Bens e Redndas dos servidores, alusivas ao exercício de 2010, ano base de 2009, estão devidamente arquivadas no Setor de Recursos Humanos desta SR-07/RJ, e estão à disposição do Controle Interno para atesto a que se refere o parágrafo único do Art. 8º da IN/Nº 005/94/TCU.

9. Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ

9.1 Estrutura de controles internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno			Avaliação			
Ambiente de Controle			3	4	5	
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X		
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		X				
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			X			
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X				
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.			X			
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.		X				
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5	
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.					X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.					X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.	X					
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X					
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X	

18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.	X				
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de beneficios que possam derivar de sua aplicação.	X				
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.	X				
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.	X				

Considerações gerais: Foi realizada entrevista com a pessoa responsável por acompanhar as ações requisitadas pelos órgãos de controle interno e externo. A SR-07/RJ, no entanto, não possui uma estrutura específica para cuidar do controle interno, sendo seu sistema de controle interno a Auditoria Interna do INCRA, específico da Sede. Por isso não há porque se falar em monitoramento do sistema de controle interno.

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.
- **(2) Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- **(4) Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- **(5) Totalmente válido.** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

10. Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras.

10.1 Gestão ambiental e licitações sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação			ão	
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
 A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. 	X				
· Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?					
 Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável. 		Х			
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).	Х				
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.					Х
· Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? I.SO					
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).	X				
· Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?					
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).	X				
· Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?					
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.					X
· Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? FLEX					
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).	X				
· Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?					
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			х		
 Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006. 	Х				
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.					X
· Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)? COMUNICAÇÕES INTERNAS.					
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.					X
· Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)? COMUNICAÇÕES OFICIAIS.					
Considerações Gerais:					
<u>LEGENDA</u> Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é					
integralmente aplicado no contexto da UJ.					

Fonte: Divisão de Administração da SR-07/RJ

11. Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como "Bens de Uso Especial", de propriedade da União ou locado de terceiros.

11.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

11.1.1 Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ				
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010			
	RIO DE JANEIRO	Σ	Σ			
BRASIL	RIO DE JANEIRO	4	4			
	NITEROI	2	2			
Subtotal Brasil		6	6			
	PAÍS 1	Σ	Σ			
	cidade 1	*****	****			
	cidade 2	*****	****			
 EXTERIOR	cidade "n"	*****	****			
EXTERIOR	PAÍS "n"	Σ	Σ			
	cidade 1	*****	*****			
	cidade 2	*****	*****			
	cidade "n"	*****	*****			
Sı	Subtotal Exterior		Σ			
Total (Brasil + Exterior)		6	6			

Fonte: Divisão de Administração da SR-07/RJ.

11.1.2 Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ				
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010			
	RIO DE JANEIRO	Σ	$oldsymbol{\Sigma}$			
DDACH	RIO DE JANEIRO	****	1			
BRASIL	município 2	****	****			
	município "n"	****	****			
	Subtotal Brasil	Σ	1			
	PAÍS 1	$oldsymbol{\Sigma}$	$oldsymbol{\Sigma}$			
	cidade 1	****	****			
	cidade 2	****	****			
EXTERIOR	cidade "n"	****	****			
EXTERIOR	PAÍS "n"	$oldsymbol{\Sigma}$	$oldsymbol{\Sigma}$			
	cidade 1	****	****			
	cidade 2	****	****			
	cidade "n"	****	****			
Subtotal Exterior		Σ	Σ			
Tota	al (Brasil + Exterior)	Σ	1			

Fonte: Divisão de Administração da SR-07/RJ.

11.1.3 Discriminação dos bens imóveis de propriedade da União sob responsabilidade da UJ

			Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
UG	RIP	Regime		Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
373062	600100095500-1	*****	PÉSSIMO	*****	10/01/2011	R\$ 1.833.355,13	R\$ 4.224,51	0
373062	600100094500-6	*****	PÉSSIMO	*****	10/01/2011	R\$ 2.587.550,99	R\$ 16.898,04	0
373062	600100093500-0	*****	PÉSSIMO	*****	10/01/2011	R\$ 177.332,11	R\$ 0,00	0
373062	600100428500-0	*****	PÉSSIMO	*****	10/01/2011	R\$ 123.944,95	R\$ 4.224,51	0
373062	586500032500-0	*****	REGULAR	*****	10/01/2011	R\$ 89.829,83	R\$ 0,00	0
373062	586500031500-4	*****	REGULAR	*****	10/01/2011	R\$ 201.526,00	R\$ 0,00	0
Total					R\$ 25.347,06	0		

Fonte: Divisão de Administração da SR-07/RJ

11.1.4 Análise crítica:

BENS IMÓVEIS CONSIDERADOS DE USO ESPECIAL

TOMBAMENTO 4033

Conjunto de 03 salas (705, 705(A) e 705(B), localizado na Avenida Ernani do Amaral Peixoto, 171, 7º andar). As salas são interligadas e, dentro delas – além de um considerável acervo literário –, há móveis e quadros de poetas consagrados; tudo, porém sob intensa camada de poeira. **AS REFERIDAS SALAS ENCONTRAM-SE EM PÉSSIMO ESTADO DE CONSERVAÇÃO**.

TOMBAMENTO 4034

Conjunto localizado na Rua Almirante de Tefé, 632, sobreloja, onde há 14 salas ocupadas pela Prefeitura Municipal de Niterói. **SALAS EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO.**

TOMBAMENTO 4035

Prédio da Sede Administrativa da SR-07, localizado na Rua Santo Amaro, 28 – Glória. O imóvel, que é tombado pela Prefeitura do Rio de Janeiro, encontra-se atualmente degradado e, por conta disso, desativado para fins de obras de manutenção. REPAROS INTERNOS E EXTERNOS SÃO NECESSÁRIOS, INCLUSIVE, REFERENTES ÀS PARTES ELÉTRICAS E HIDRÁULICAS.

TOMBAMENTO 4038

Imóvel situado na Rua Prefeito Olimpio de Melo, 902, São Cristóvão, ocupado irregularmente por uma Agremiação Carnavalesca. O imóvel encontra-se em **PÉSSIMO ESTADO DE CONSERVAÇÃO**. Esse imóvel poderia, após obras, servir de garage para o ônibus do INCRA que atualmente encontra-se estacionado no pátio da CONAB, em Barros Filho.

TOMBAMENTO 7035

Imóvel composto de salas administrativas, sala de ferramentas, Box de lavagem de viaturas, cobertura para a guarda de viaturas, guarita e galpão. Sua estrutura revela, ainda, equipamento desativado, similar ao de um posto de abastecimento de combustíveis, e elevadores para a lavagem e lubrificação. **IMÓVEL DEGRADADO, EM PÉSSIMO ESTADO DE CONSERVAÇÃO.** Esse imóvel poderia servir, após obras, de estacionamento para as viaturas oficiais.

Os imóveis acima são cadastrados no Sistema SPUNET, e suas fichas de cadastro são atualizadas anualmente, inclusive com cópias dos seus registros cartorários.

Exceto o conjunto de salas referente ao tombamento **4034** – atualmente ocupado pela Prefeitura Municipal de Niterói – os demais imóveis encontram-se em péssimo estado de conservação. Ou seja, a degradação de bens imóveis pertencentes à SR-07 é evidente.

12. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ

12.1 Gestão de TI da UJ

	Avaliação				
Quesitos a serem avaliados	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					X
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.					X
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.					X
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.			12		
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.		X			
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.			X		
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.				X	
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.					X
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.	X				
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.				X	
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.			40,00%		
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.					X
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.		X			
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?		X			
Considerações Gerais: O Gestor de Tecnologia da Informação da UJ também é o de TI na Superintendência Regional, e possui, portanto, o controle dos dados e					de serviços
LEGENDA					
<u>Níveis de avaliação:</u>					
(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO					
aplicada ao contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do					
fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao					
contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto do UJ.					
contexto da UJ. Fonte: Gestor de TI da SR-07/RJ.					

Fonte: Gestor de TI da SR-07/RJ.

13. Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal.

Os cartões corporativos de pagamento do governo federal nesta SR-07/RJ foram utilizados para pagamentos de Suprimentos de fundos, conforme demonstrativo abaixo.

Ordens Bancárias 2010 - Pagamentos de Suprimentos de Fundos

UG EMITENTE: 373062 - SUPERINTEND.ESTADUAL DO R.JANEIRO-INCRA/SR-07 GESTAO EMITENTE: 37201 - INSTITUTO NAC. DE COLONIZACAO E REF.AGRARIA TIPO OB: 59 - OB FATURA

NUMERO	FAVORECIDO	OBSERVACAO	VALOR
800081	BANCO DO BRASIL SA	Pgto de Suprimento de Fundos	R\$ 470,47
800092	BANCO DO BRASIL SA	Pgto de Suprimento de Fundos	R\$ 2.650,24
800093	BANCO DO BRASIL SA	Pgto de Suprimento de Fundos	R\$ 1.343,75
800094	BANCO DO BRASIL SA	Pgto de Suprimento de Fundos	R\$ 123,29
800095	BANCO DO BRASIL SA	Pgto de Suprimento de Fundos	R\$ 108,34
800096	BANCO DO BRASIL SA	Pgto de Suprimento de Fundos	R\$ 524,02
800097	BANCO DO BRASIL SA	Pgto de Suprimento de Fundos	R\$ 262,47
800098	BANCO DO BRASIL SA	Pgto de Suprimento de Fundos	R\$ 377,18
800099	BANCO DO BRASIL SA	Pgto de Suprimento de Fundos	R\$ 1.317,31
800100	BANCO DO BRASIL SA	Pgto de Suprimento de Fundos	R\$ 280,68
800349	BANCO DO BRASIL SA	Pgto de Suprimento de Fundos	R\$ 40,00
800350	BANCO DO BRASIL SA	Pgto de Suprimento de Fundos	R\$ 172,97
800351	BANCO DO BRASIL SA	Pgto de Suprimento de Fundos	R\$ 4,41
800352	BANCO DO BRASIL SA	Pgto de Suprimento de Fundos	R\$ 992,71
800395	BANCO DO BRASIL SA	Pgto de Suprimento de Fundos	R\$ 428,15
800520	BANCO DO BRASIL SA	Pgto de Suprimento de Fundos	R\$ 55,99
800521	BANCO DO BRASIL SA	Pgto de Suprimento de Fundos	R\$ 220,37
800650	BANCO DO BRASIL SA	Pgto de Suprimento de Fundos	R\$ 100,00
800651	BANCO DO BRASIL SA	Pgto de Suprimento de Fundos	R\$ 709,96
800652	BANCO DO BRASIL SA	Pgto de Suprimento de Fundos	R\$ 144,31
800653	BANCO DO BRASIL SA	Pgto de Suprimento de Fundos	R\$ 203,01
800654	BANCO DO BRASIL SA	Pgto de Suprimento de Fundos	R\$ 2,97
	BANCO DO BRASIL SA		R\$ 1.027,67
800655		Pgto de Suprimento de Fundos	
800656	BANCO DO BRASIL SA BANCO DO BRASIL SA	Pgto de Suprimento de Fundos	R\$ 380,68
800734 800735	BANCO DO BRASIL SA	Pgto de Suprimento de Fundos Pgto de Suprimento de Fundos	R\$ 1.019,03 R\$ 999,62
		Pgto de Suprimento de Fundos	
800852	BANCO DO BRASIL SA BANCO DO BRASIL SA	Pato de Suprimento de Fundos	R\$ 272,00
800853		<u> </u>	R\$ 1,58
800854	BANCO DO BRASIL SA BANCO DO BRASIL SA	Pgto de Suprimento de Fundos	R\$ 2,23
800855		Pgto de Suprimento de Fundos	R\$ 330,35
800856	BANCO DO BRASIL SA	Pgto de Suprimento de Fundos	R\$ 100,00
800857	BANCO DO BRASIL SA BANCO DO BRASIL SA	Pgto de Suprimento de Fundos	R\$ 4,18 R\$ 1.674,64
800858		Pgto de Suprimento de Fundos	
800859 800860	BANCO DO BRASIL SA BANCO DO BRASIL SA	Pgto de Suprimento de Fundos	R\$ 452,81 R\$ 1.244,17
	BANCO DO BRASIL SA	Pgto de Suprimento de Fundos	
800861		Pgto de Suprimento de Fundos	R\$ 1.936,84
801043 801044	BANCO DO BRASIL SA BANCO DO BRASIL SA	Pgto de Suprimento de Fundos	R\$ 684,65 R\$ 100,00
		Pgto de Suprimento de Fundos	
801045 801046	BANCO DO BRASIL SA BANCO DO BRASIL SA	Pgto de Suprimento de Fundos Pgto de Suprimento de Fundos	R\$ 280,24 R\$ 70,00
801052	BANCO DO BRASIL SA	Pato de Suprimento de Fundos	R\$ 580,83
	BANCO DO BRASIL SA		R\$ 150,00
801056 801074	BANCO DO BRASIL SA	Pgto de Suprimento de Fundos Pgto de Suprimento de Fundos	R\$ 150,00 R\$ 198,68
801074	BANCO DO BRASIL SA	Pgto de Suprimento de Fundos	R\$ 300,00
801091	BANCO DO BRASIL SA	Pgto de Suprimento de Fundos Pgto de Suprimento de Fundos	R\$ 300,00
	BANCO DO BRASIL SA	·	R\$ 403,49
801231 801313	BANCO DO BRASIL SA	Pgto de Suprimento de Fundos	R\$ 100,00
801313	BANCO DO BRASIL SA	Pgto de Suprimento de Fundos Pgto de Suprimento de Fundos	
801314	BANCO DO BRASIL SA	Pgto de Suprimento de Fundos Pgto de Suprimento de Fundos	R\$ 545,19 R\$ 230,00
801316	BANCO DO BRASIL SA	Pgto de Suprimento de Fundos	R\$ 230,00
801317	BANCO DO BRASIL SA	Pgto de Suprimento de Fundos	R\$ 11,23
801317	BANCO DO BRASIL SA	Pgto de Suprimento de Fundos	R\$ 101,28
801319	BANCO DO BRASIL SA		R\$ 725,00
	BANCO DO BRASIL SA	Pgto de Suprimento de Fundos Pgto de Suprimento de Fundos	
801320 801321	BANCO DO BRASIL SA	Pgto de Suprimento de Fundos Pgto de Suprimento de Fundos	R\$ 420,14 R\$ 650,63
801322	BANCO DO BRASIL SA	Pgto de Suprimento de Fundos	R\$ 50,00
801323	BANCO DO BRASIL SA	Pgto de Suprimento de Fundos	R\$ 380,89
801324	BANCO DO BRASIL SA	Pgto de Suprimento de Fundos	R\$ 1,04

801326 BANCO DO BRASIL SA Poto de Suprimento de Fundos R\$ 262,30 801523 BANCO DO BRASIL SA Poto de Suprimento de Fundos R\$ 381,00 801523 BANCO DO BRASIL SA Poto de Suprimento de Fundos R\$ 114,60 801524 BANCO DO BRASIL SA Poto de Suprimento de Fundos R\$ 50,00 801525 BANCO DO BRASIL SA Poto de Suprimento de Fundos R\$ 50,00 801525 BANCO DO BRASIL SA Poto de Suprimento de Fundos R\$ 50,00 801527 BANCO DO BRASIL SA Poto de Suprimento de Fundos R\$ 142,59 801612 BANCO DO BRASIL SA Poto de Suprimento de Fundos R\$ 1225,19 801613 BANCO DO BRASIL SA Poto de Suprimento de Fundos R\$ 335,80 801613 BANCO DO BRASIL SA Poto de Suprimento de Fundos R\$ 335,80 801615 BANCO DO BRASIL SA Poto de Suprimento de Fundos R\$ 335,80 801615 BANCO DO BRASIL SA Poto de Suprimento de Fundos R\$ 335,80 801615 BANCO DO BRASIL SA Poto de Suprimento de Fundos R\$ 320,00 801793 BANCO DO BRASIL SA Poto de Suprimento de Fundos R\$ 320,00 801793 BANCO DO BRASIL SA Poto de Suprimento de Fundos R\$ 52,54 801793 BANCO DO BRASIL SA Poto de Suprimento de Fundos R\$ 52,54 801794 BANCO DO BRASIL SA Poto de Suprimento de Fundos R\$ 2,80 801806 BANCO DO BRASIL SA Poto de Suprimento de Fundos R\$ 2,80 801806 BANCO DO BRASIL SA Poto de Suprimento de Fundos R\$ 2,80 801806 BANCO DO BRASIL SA Poto de Suprimento de Fundos R\$ 2,80 801806 BANCO DO BRASIL SA Poto de Suprimento de Fundos R\$ 115,43 801906 BANCO DO BRASIL SA Poto de Suprimento de Fundos R\$ 116,43 801906 BANCO DO BRASIL SA Poto de Suprimento de Fundos R\$ 116,43 801906 BANCO DO BRASIL SA Poto de Suprimento de Fundos R\$ 116,43 801906 BANCO DO BRASIL SA Poto de Suprimento de Fundos R\$ 116,43 <th>004005</th> <th>DANIGO DO BRAGIL GA</th> <th>Data de Occasione este de Econdo</th> <th>D# 000 40</th>	004005	DANIGO DO BRAGIL GA	Data de Occasione este de Econdo	D# 000 40
801522 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 381,00 801524 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 114,60 801525 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 50,00 801527 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 258,80 801527 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 1225,90 801612 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 1,225,19 801613 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 1,225,19 801614 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 335,80 801615 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 335,80 801615 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 335,80 801792 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 720,69 801793 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 720,69 801794 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 52,54 801795 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 52,54 801796 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 200,00 801804 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 2,80 801806 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 2,80 801806 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 2,80 801806 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 2,80 801806 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 100,93 801806 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 100,93 801806 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 104,13 801929 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 104,13 801929 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 141,43 801929 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 181,64 801930 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 181,64 801931 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 181,64 801932 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 181,60 802101 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$	801325	BANCO DO BRASIL SA	Pgto de Suprimento de Fundos	R\$ 608,10
801523 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 50,00 801525 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 50,00 801527 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 258,88 801527 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 1225,19 801612 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 142,59 801612 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 1225,19 801613 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 800,00 801614 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 335,80 801615 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 335,80 801792 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 335,80 801793 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 720,69 801794 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 220,60 801795 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 220,00 801804 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 220,00 801804 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 220,00 801805 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 28,00 801806 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 28,00 801806 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 100,93 801806 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 114,48 801928 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 114,48 801928 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 114,48 801928 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 114,44 801930 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 144,38 801931 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 441,48 801932 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 441,48 801932 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 492,82 801931 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 492,82 802102 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 492,82 80				
801524 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 50,00 801525 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 258,88 801527 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 122,519 801612 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 122,519 801613 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 122,519 801613 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 335,80 801614 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 3338,48 801792 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 3338,48 801792 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 720,69 801793 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 720,69 801794 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 25,94 801795 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 25,94 801796 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 200,00 801804 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 200,00 801805 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 100,93 801806 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 100,93 801908 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 100,93 801909 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 115,43 801929 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 141,43 801929 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 141,41 801930 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 115,43 801931 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 115,43 801932 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 116,41 801931 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 116,41 801931 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 110,41 801931 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 110,41 801931 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 104,11 801931 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 100,00				
801525 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 258,88 801527 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 1.225,19 801612 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 50,00 801614 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 50,00 801614 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 335,80 801615 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 335,80 801615 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 335,80 801792 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 335,80 801792 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 220,69 801793 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 220,60 801794 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 25,54 801795 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 200,00 801804 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 200,00 801804 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 100,93 801805 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 110,93 801809 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 110,93 801809 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 110,41 801928 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 110,41 801930 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 110,41 801930 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 110,41 801931 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 141,48 801932 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 142,62 801931 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 141,41 801930 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 141,41 801930 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 110,41 801947 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 110,60 801947 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 108,68 802108 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 10,60 80				
801527 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 1225,19 801612 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 1,225,19 801613 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 303,60 801615 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 303,60 801615 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 338,48 801792 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 338,48 801793 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 720,69 801793 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 720,69 801794 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 200,00 801794 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 200,00 801804 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 200,00 801805 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 2,80 801806 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 100,93 801806 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 100,93 801909 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 141,54 801929 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 141,48 801929 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 141,48 801930 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 441,48 801931 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 482,82 801932 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 481,43 801932 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 482,82 802107 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 306,81 802107 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 191,00 802108 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 306,81 802107 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 306,81 802107 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 306,81 802107 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 300,00 802111 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 200,00				
BO1612 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 60,00				
801613 BANICO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 305,00 801615 BANICO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 335,80 801792 BANICO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 720,69 801793 BANICO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 720,69 801794 BANICO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 235,06 801794 BANICO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 200,00 801804 BANICO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 200,00 801804 BANICO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 200,00 801805 BANICO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 200,00 801806 BANICO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 115,43 801809 BANICO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 115,43 801929 BANICO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 141,48 801929 BANICO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 104,13 801929 BANICO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 115,14 801930 BANICO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 815,14 801930 BANICO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 811,43 801932 BANICO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 815,14 801931 BANICO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 816,14 801932 BANICO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 816,14 802107 BANICO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 191,00 802108 BANICO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 106,81 802107 BANICO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 106,81 802107 BANICO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 106,81 802107 BANICO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 100,00 802111 BANICO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 175,01 802109 BANICO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 186,83 802112 BANICO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 26,77 802113 BANICO DO BRASIL SA Pgto de Suprimen				
801614 BANICO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 338,48 801792 BANICO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 720,69 801793 BANICO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 720,69 801793 BANICO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 59,96 801795 BANICO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 200,00 801804 BANICO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 200,00 801804 BANICO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 200,00 801804 BANICO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 200,00 801805 BANICO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 100,93 801805 BANICO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 115,43 801809 BANICO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 115,43 801928 BANICO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 141,48 801938 BANICO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 141,41 801930 BANICO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 144,14 801930 BANICO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 144,14 801930 BANICO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 144,38 801932 BANICO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 492,82 801931 BANICO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 492,82 801931 BANICO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 15,63 801932 BANICO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 191,00 801947 BANICO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 191,00 801947 BANICO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 10,68,17 802002 BANICO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 10,68,17 802002 BANICO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 10,68,17 802002 BANICO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 10,60 802110 BANICO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 10,60 802110 BANICO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 306,81 802101 BANICO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 266,85 802112 BANICO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 260,00 80210 BANICO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 260,00 80210 BANICO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 250,00				
801615 BANICO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 338.48 801792 BANICO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 720.69 801793 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 559.06 801795 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 520.00 801804 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 200.00 801805 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 2.80 801806 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 115,43 801806 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 115,43 801908 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 115,43 801929 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 815,14 801931 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 815,14 801931 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 492,82 801931 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 492,82 801937 BANCO DO BRASIL SA			·	. ,
801792 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 359,06 801794 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 359,06 801795 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 52,54 801804 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 200,00 801804 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 2,80 801806 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 110,93 801806 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 115,43 801908 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 115,43 801928 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 115,14 801930 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 115,14 801931 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 444,38 801932 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 191,00 801932 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 106,17 802103 BANCO DO BRASIL SA				
801793 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 52,54 801795 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 52,54 801795 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 200,00 801805 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 100,80 801805 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 115,43 801809 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 115,43 801928 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 141,48 801929 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 441,48 801929 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 492,42 801931 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 492,42 801931 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 444,38 801932 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 1068,11 802107 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 1068,11 802108 BANCO DO BRASIL SA				
801794 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 200,00 801804 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 200,00 801805 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 100,93 801806 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 110,93 801806 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 111,93 801809 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 441,48 801928 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 104,13 801929 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 104,13 801931 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 441,38 801932 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 191,00 801937 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 10,68,17 802010 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 30,68,17 802107 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 30,08 802108 BANCO DO BRASIL SA </td <td></td> <td></td> <td></td> <td></td>				
801795 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 2,00,00 801804 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 2,00,93 801805 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 100,93 801808 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 411,43 801928 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 414,13 801929 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 492,82 801931 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 492,82 801932 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 492,82 801932 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 106,17 801932 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 106,17 802002 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 106,81 802107 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 306,81 802108 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 175,01 802109 BANCO DO BRASIL SA <td></td> <td></td> <td></td> <td></td>				
801804 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 10,93 801805 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 110,93 801806 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 1115,43 801809 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 141,148 801928 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 441,48 801930 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 492,82 801931 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 492,82 801932 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 191,00 801947 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 10,68,17 802107 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 10,68,17 802108 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 10,00 802108 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 10,00 802108 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 2,30 802111 BANCO DO BRASIL SA <td></td> <td></td> <td></td> <td></td>				
801805 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 115,43 801806 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 115,43 801809 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 441,48 801928 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 104,13 801929 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 492,82 801930 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 492,82 801931 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 441,48 801932 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 11,068,17 802002 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 10,68,17 802107 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 306,81 802108 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 175,01 802109 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 175,01 802110 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 2,30 802111 BANCO DO BRASIL SA </td <td></td> <td></td> <td></td> <td></td>				
801806 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 414,48 801928 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 441,48 801928 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 104,13 801929 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 815,14 801931 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 492,82 801931 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 191,00 801932 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 191,00 801947 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 1068,17 802002 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 388,08 802107 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 175,01 802108 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 100,00 802110 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 266,85 802111 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 266,85 802112 BANCO DO BRASIL SA <td></td> <td></td> <td></td> <td></td>				
801809 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 104,13 801928 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 104,13 801929 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 815,14 801930 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 492,82 801931 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 492,82 801931 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 191,00 801947 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 191,00 801947 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 1,068,17 802002 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 306,81 802107 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 388,08 802108 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 388,08 802108 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 175,01 802109 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 175,01 802110 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 2,30 802111 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 2,30 802111 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 2,30 802111 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 2,30 802111 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 266,85 802112 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 261,74 802114 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 414,17 802114 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 414,17 802114 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 120,00 802121 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 360,00 802121 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 360,00 802121 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 360,00 802121 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 360,00 802303 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 350,00 802303 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 350,00 802304 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 350,00 802305 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 565,00 802301 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 350,00 802301 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Sup				
801928 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 104,13 801929 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 815,14 801930 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 492,82 801931 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 492,82 801932 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 191,00 801947 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 10,68,17 802002 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 388,08 802107 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 175,01 802108 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 175,01 802110 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 26,86 802111 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 266,85 802112 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 414,17 802113 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 120,00 802121 BANCO DO BRASIL SA <td></td> <td></td> <td><u> </u></td> <td></td>			<u> </u>	
801929 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 492,82 801930 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 492,82 801931 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 444,38 801932 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 1,068,17 802002 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 306,81 802107 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 306,81 802108 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 175,01 802109 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 175,01 802110 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 100,00 802111 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 266,85 802112 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 262,74 802113 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 120,00 802114 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 200,00 802117 BANCO DO BRASIL SA <td></td> <td></td> <td></td> <td></td>				
801930 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 492,82 801931 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 191,00 801947 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 191,00 801947 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 1.068,17 802002 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 380,81 802107 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 380,81 802108 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 175,01 802109 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 175,01 802110 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 2,30 802111 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 266,85 802112 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 414,17 802113 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 120,00 802117 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 120,00 802120 BANCO DO BRASIL SA				
801931 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 444,38 801932 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 1,068,17 802002 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 3,06,81 802107 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 388,08 802108 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 175,01 802109 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 100,00 802110 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 100,00 802111 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 266,85 802112 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 627,74 802113 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 414,17 802114 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 120,00 802117 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 200,00 802120 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 291,35 802121 BANCO DO BRASIL SA </td <td></td> <td></td> <td></td> <td></td>				
801932 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 1,063,17 801947 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 1,068,17 802002 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 388,08 802107 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 388,08 802108 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 175,01 802110 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 100,00 802110 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 266,85 802111 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 266,85 802112 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 627,74 802113 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 120,00 802114 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 120,00 802117 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 201,00 802120 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 251,35 802121 BANCO DO BRASIL SA<				
801947 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 1.068,17 802002 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 306,81 802107 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 388,08 802108 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 175,01 802109 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 100,00 802110 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 2,30 802111 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 266,85 802112 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 414,17 802113 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 414,17 802114 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 120,00 802121 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 360,00 802121 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 351,35 802122 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 251,35 802121 BANCO DO BRASIL SA	801932	BANCO DO BRASIL SA		
802002 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 388,08 802107 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 388,08 802108 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 175,01 802109 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 100,00 802110 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 266,85 802111 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 266,85 802112 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 414,17 802113 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 120,00 802117 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 200,00 802120 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 360,00 802121 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 360,00 802121 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 498,57 802159 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 1130,13 802160 BANCO DO BRASIL SA <td>801947</td> <td></td> <td>Pgto de Suprimento de Fundos</td> <td></td>	801947		Pgto de Suprimento de Fundos	
802108 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 175,01 802109 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 100,00 802110 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 2,30 802111 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 266,85 802112 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 627,74 802113 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 627,74 802114 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 414,17 802114 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 120,00 802117 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 200,00 802120 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 200,00 802121 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 260,00 802122 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 290,00 802123 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 498,57 802159 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 498,57 802159 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 1.130,13 802160 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 350,02 802301 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 350,02 802302 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 655,00 802303 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 759,29 802304 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 217,00 802305 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 288,25 802306 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 288,25 802307 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 330,00 802308 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 350,00 802309 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 585,00 802301 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 585,00 802302 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 585,00 802303 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 585,00 802304 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 585,00 802311 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 50,00 802312 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 174,88 802313 BANCO DO BRASIL SA Pgto d	802002	BANCO DO BRASIL SA		R\$ 306,81
802109BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 100,00802110BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 2,30802111BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 627,74802112BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 627,74802113BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 414,17802114BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 120,00802117BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 200,00802120BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 360,00802121BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 251,35802122BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 498,57802159BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 498,57802160BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 350,02802301BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 655,00802302BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 655,00802303BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 5865,00802304BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 588,25802305BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 288,25802306BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 585,00802307BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 185,83802307BA	802107	BANCO DO BRASIL SA	Pgto de Suprimento de Fundos	R\$ 388,08
802110 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 2,30 802111 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 266,85 802112 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 4627,74 802113 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 414,17 802114 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 200,00 802117 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 360,00 802120 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 360,00 802121 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 498,57 802122 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 498,57 802159 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 1.130,13 802160 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 350,02 802301 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 655,00 802302 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 585,00 802303 BANCO DO BRASIL SA <td>802108</td> <td>BANCO DO BRASIL SA</td> <td>Pgto de Suprimento de Fundos</td> <td>R\$ 175,01</td>	802108	BANCO DO BRASIL SA	Pgto de Suprimento de Fundos	R\$ 175,01
802111 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 266,85 802112 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 627,74 802113 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 414,17 802114 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 210,00 802117 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 220,00 802120 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 360,00 802121 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 251,35 802122 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 498,57 802159 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 498,57 802160 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 350,02 802300 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 655,00 802301 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 655,00 802302 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 759,29 802303 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 759,29 802304 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 217,00 802305 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 288,25 802305 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 288,25 802306 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 288,25 802307 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 330,00 802308 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 380,00 802308 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 185,83 802307 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 185,83 802307 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 160,00 802308 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 160,00 802311 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 174,88 802310 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 174,88 802311 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 174,88 802312 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 174,88 802313 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 41,94 802314 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 42,02 802315 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 42,02	802109	BANCO DO BRASIL SA	Pgto de Suprimento de Fundos	R\$ 100,00
802112BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 627,74802113BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 414,17802114BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 120,00802117BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 200,00802120BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 360,00802121BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 251,35802122BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 498,57802159BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 1.130,13802160BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 350,02802300BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 655,00802301BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 759,29802302BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 759,29802303BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 585,00802304BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 585,00802305BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 288,25802306BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 288,25802307BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 135,97802308BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 174,88802310BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 174,88802311 <td< td=""><td>802110</td><td>BANCO DO BRASIL SA</td><td>Pgto de Suprimento de Fundos</td><td></td></td<>	802110	BANCO DO BRASIL SA	Pgto de Suprimento de Fundos	
802113 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 414,17 802114 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 120,00 802117 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 200,00 802120 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 360,00 802121 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 251,35 802122 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 498,57 802159 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 1.130,13 802160 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 350,02 802300 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 759,29 802301 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 759,29 802302 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 217,00 802303 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 288,25 802304 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 185,83 802305 BANCO DO BRASIL SA <td></td> <td></td> <td></td> <td></td>				
802114 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 120,00 802117 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 200,00 802120 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 360,00 802121 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 251,35 802122 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 498,57 802159 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 1.130,13 802160 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 1.130,13 802300 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 350,02 802301 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 759,29 802302 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 759,29 802303 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 217,00 802303 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 288,25 802305 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 288,25 802305 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 288,25 802305 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 330,00 802306 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 185,83 802307 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 185,83 802307 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 185,83 802307 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 185,83 802307 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 185,83 802307 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 174,88 802310 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 174,88 802311 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 174,88 802312 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 174,98 802313 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 174,98 802313 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 174,90 802314 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 41,94 802313 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 42,02 802315 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 42,02 802315 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 382,05			·	
802117 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 200,00 802120 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 360,00 802121 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 251,35 802122 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 1.130,13 802159 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 1.130,13 802160 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 350,02 802300 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 759,29 802301 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 759,29 802302 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 217,00 802303 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 288,25 802304 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 330,00 802305 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 185,83 802306 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 185,83 802308 BANCO DO BRASIL SA<				
802120 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 360,00 802121 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 251,35 802122 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 498,57 802159 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 1.130,13 802160 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 350,02 802300 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 655,00 802301 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 759,29 802302 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 585,00 802303 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 585,00 802304 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 288,25 802305 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 185,83 802307 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 165,93 802308 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 174,88 802310 BANCO DO BRASIL SA <td></td> <td></td> <td></td> <td></td>				
802121BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 251,35802122BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 498,57802159BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 1.130,13802160BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 350,02802300BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 655,00802301BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 759,29802302BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 217,00802303BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 585,00802304BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 288,25802305BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 330,00802306BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 330,00802307BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 185,83802308BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 163,97802309BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 174,88802310BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 50,00802311BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 41,94802313BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 41,94802314BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 41,94802315BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 42,02802315BANC				
802122BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 498,57802159BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 1.130,13802160BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 350,02802300BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 655,00802301BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 759,29802302BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 217,00802303BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 585,00802304BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 288,25802305BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 330,00802306BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 185,83802307BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 260,00802308BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 153,97802309BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 174,88802310BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 50,00802311BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 50,00802312BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 41,94802313BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 41,94802314BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 42,02802315BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 382,05				
802159BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 1.130,13802160BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 350,02802300BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 655,00802301BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 759,29802302BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 217,00802303BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 585,00802304BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 288,25802305BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 330,00802306BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 185,83802307BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 260,00802308BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 153,97802309BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 174,88802310BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 50,00802311BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 50,00802312BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 50,00802313BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 41,94802314BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 42,02802315BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 382,05				
802160 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 350,02 802300 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 655,00 802301 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 759,29 802302 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 217,00 802303 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 288,25 802304 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 330,00 802305 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 185,83 802306 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 185,83 802307 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 153,97 802308 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 174,88 802310 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 50,00 802311 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 50,00 802312 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 41,94 802313 BANCO DO BRASIL SA				
802300 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 655,00 802301 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 759,29 802302 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 217,00 802303 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 585,00 802304 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 288,25 802305 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 185,83 802306 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 260,00 802307 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 153,97 802308 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 174,88 802310 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 50,00 802311 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 50,00 802312 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 41,94 802313 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 42,02 802315 BANCO DO BRASIL SA				
802301 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 759,29 802302 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 217,00 802303 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 585,00 802304 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 288,25 802305 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 330,00 802306 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 185,83 802307 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 260,00 802308 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 153,97 802309 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 174,88 802310 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 50,00 802311 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 41,94 802312 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 42,02 802314 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 482,02 802315 BANCO DO BRASIL SA				
802302BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 217,00802303BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 585,00802304BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 288,25802305BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 330,00802306BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 185,83802307BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 260,00802308BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 153,97802309BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 174,88802310BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 50,00802311BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 50,00802312BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 41,94802313BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 417,00802314BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 482,02802315BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 382,05			·	
802303 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 585,00 802304 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 288,25 802305 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 330,00 802306 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 185,83 802307 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 260,00 802308 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 153,97 802309 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 174,88 802310 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 50,00 802311 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 41,94 802312 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 41,94 802313 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 482,02 802314 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 482,02 802315 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 382,05				
802304 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 288,25 802305 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 330,00 802306 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 185,83 802307 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 260,00 802308 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 153,97 802309 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 174,88 802310 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 50,00 802311 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 41,94 802312 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 127,00 802314 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 482,02 802315 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 382,05			<u> </u>	
802305 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 330,00 802306 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 185,83 802307 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 260,00 802308 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 153,97 802309 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 174,88 802310 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 50,00 802311 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 41,94 802312 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 127,00 802313 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 482,02 802315 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 382,05				
802306BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 185,83802307BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 260,00802308BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 153,97802309BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 174,88802310BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 50,00802311BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 50,00802312BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 41,94802313BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 127,00802314BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 482,02802315BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 382,05			-	
802307BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 260,00802308BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 153,97802309BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 174,88802310BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 50,00802311BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 50,00802312BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 41,94802313BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 127,00802314BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 482,02802315BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 382,05				
802308BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 153,97802309BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 174,88802310BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 50,00802311BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 50,00802312BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 41,94802313BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 127,00802314BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 482,02802315BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 382,05				
802309BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 174,88802310BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 50,00802311BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 50,00802312BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 41,94802313BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 127,00802314BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 482,02802315BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 382,05				
802310BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 50,00802311BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 50,00802312BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 41,94802313BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 127,00802314BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 482,02802315BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 382,05				
802311BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 50,00802312BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 41,94802313BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 127,00802314BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 482,02802315BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 382,05				
802312BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 41,94802313BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 127,00802314BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 482,02802315BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 382,05				
802313BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 127,00802314BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 482,02802315BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 382,05				
802314BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 482,02802315BANCO DO BRASIL SAPgto de Suprimento de FundosR\$ 382,05				
802315 BANCO DO BRASIL SA Pgto de Suprimento de Fundos R\$ 382,05				
Total: R\$ 45.877,71	802315	BANCO DO BRASIL SA		R\$ 382,05
	Total:			R\$ 45.877,71

14. Informações sobre Renúncia Tributária.

Não se aplica à natureza jurídica da UJ

15. Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento.

Durante o ano de 2010 não houve acórdãos e recomendações do TCU dirigidas às ações desenvolvidas pela Superintendência Regional do INCRA no Rio de Janeiro - SR-07/RJ

15.1 Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
		Unitat	ie Jui isuiciona	aua I	G. H. G. G. G. G.
Denominaçã	o completa:				Código SIORG
Instituto Nac	cional de Coloniz	ação e Reforma	Agrária - Sup	erintendência	
Regional do l	INCRA no Rio de	Janeiro			'004032
		Delib	erações do TC	:U	
		Deliberaçõe	es expedidas p	elo TCU	
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
****	****	****	****	****	****
Órgão/entid	ade objeto da det	erminação e/ou r	ecomendação		Código SIORG
	***	*****	**		****
Descrição da	n Deliberação:				
		*****	******	***	
		Provid	lências Adotac	las	
Setor respon	sável pela implei	nentação			Código SIORG
	****	******	**		******
Síntese da p	rovidência adotac	la:			
		*****	******	***	
Síntese dos r	esultados obtidos	S			

Análise críti pelo gestor	Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor				

15.2 Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Não houve, no exercício de 2010, nenhuma deliberação do TCU que tenha permanecido pendente. Inclusive, foi formado Grupo de Trabalho para finalizar as análises de convênios pendentes e proceder-se à sua Tomada de Contas Especial, quando necessário.

	Unidade Jurisdicionada				
Denominaçã	o completa:				Código SIORG
	cional de Coloniza INCRA no Rio de .	,	Agrária – Sup	perintendência	'004032
			erações do TC	U	******
			s expedidas pe		
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
*****	*****	*****	*****	*****	*****
Órgão/entida	ade objeto da dete	erminação e/ou re	ecomendação		Código SIORG
	****	******	**		****
Descrição da	Deliberação:				
		*****	******	**	
	Justi	ficativa apresent	ada pelo seu r	ião cumprime	nto
Setor respon	sável pela implen	nentação			Código SIORG
	****	******	**		******
Justificativa	para o seu não cu	mprimento:			

Análise crític pelo gestor	ca dos fatores pos	itivos/negativos o	μ ue facilitaran	n/prejudicarar	n a adoção de providências
		*****	*****	**	

15.3 Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

A SR-07/RJ, no exercício de 2009, apresentou o processo de contas consolidado com o processo de contas do INCRA/Sede, o qual recebeu da Controladoria Geral da União – CGU, o Certificaido de Auditoria REGULAR COM RESSALVAS, conforme constou do relatório da Secretaria Federal de Controle/Controladoria Geral da União nº 246628. No caso específico, não houve ressalva ou recomendação, por parte da CGU, para atendimento da SR-07/RJ.

, F	utenamento da Sic 07/13.			
	Unidade Jurisdic	ionada		
Denominaçã	o completa:		Código SIORG	
Instituto Nac	ional de Colonização e Reforma Agrária -	Superintendência		
	NCRA no Rio de Janeiro	-	'004032	
	Recomendações o	lo OCI		
	Recomendações expedi	das pelo OCI		
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida	
******	**********	*****	******	
Órgão/entida	nde objeto da recomendação		Código SIORG	
******	***********	*****	******	
Descrição da	Recomendação:			
******	************	******	********	
	Providências Ad	otadas		
Setor respon	sável pela implementação		Código SIORG	
******	***********	*****	*******	
Síntese da pr	ovidência adotada:			
******	***********	******	*******	
Síntese dos r	esultados obtidos			
******	***********	******	*******	
Análise crític	ca dos fatores positivos/negativos que facilita	nram/prejudicarar	n a adoção de providências	
******	**********	****	*******	

15.4 Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

No exercício de 2010, a Superintendência Regional do INCRA no estado do Rio de Janeiro não foi submetida a inspeções por parte da Auditoria Interna, e, embora não tenha celebrado convênios e nenhum outro instrumento de transferências de recursos, envidou esforços para regularizar os 09 (nove) convênios que estavam em situação de inadimplência. Assim, foram instaurados processos de Tomada de Contas Especial, visando à regularização da prestação de contas de tais convênios.

	Unidade Jurisdicionada			
Denominaçã	o completa:		Código SIORG	
	cional de Colonização e Reforma Agrária – Si INCRA no Rio de Janeiro	uperintendência	'004032	
	Recomendações do OC	CI .		
	Recomendações expedidas po	elo OCI		
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida	
*****	************	******	******	
Órgão/entida	ade objeto da recomendação		Código SIORG	
******	*************	******	******	
Descrição da	Recomendação:			
********	**************	******	*******	
	Providências Adotada	s		
Setor respon	sável pela implementação		Código SIORG	
******	**************	******	******	
Justificativa	para o seu não cumprimento:			
******	**************	******	*******	
Análise crític pelo gestor	ca dos fatores positivos/negativos que facilitaram/	prejudicaram a	adoção de providências	
******	***************	******	*******	

16. Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno, caso exista na estrutura do órgão, apresentando as justificativas para os casos de não acatamento.

O INCRA integra o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, com sua unidade de Auditoria Interna, localizada na Sede, em Brasília. As Superintendências Regionais, por seu turno, não possuem tal unidade, fazendo apenas o monitoramento e controle de suas ações institucionais por meio da Assessoria de Planejamento.

No exercício de 2010, a Auditoria Interna do INCRA não realizou inspeções e recomendações à Superintendência Regional do INCRA no estado do Rio de Janeiro.

No entanto, os órgãos de controle Interno e Externo solicitaram ao INCRA/ Sede que encerrasse o passivo dos convênios firmados na vigência da IN/STN/MF/01/97. Assim, a presidência do INCRA solicitou a todas as superintendências regionais que instaurassem Grupo de Trabalho para "zerar" esse passivo. Assim, no âmbito da SR-07/RJ, o Grupo de Trabalho foi instaurado por meio da Ordem de Serviço nº 35, de 22 de setembro de 2010, e encerrou seus trabalhos em 20 de dezembro de 2010. Foram analisados 03 (três) processos e instaurados 2 (dois) processos de TCE. O Relatório, encaminhado ao Setor de Planejamento da SR-07/RJ para envio à sede, segue resumido abaixo:

Processo 5418.002142/2003-11

O convênio em tela firmado com a União das Associações e Cooperativas Usuárias do Pavilhão 30-UNACOOPO, objetivando promover Assessoria às Associações de Produtores de Projetos de Assentamento, no Programa de Aquisição de Alimentos da CONAB-PAA, no valor de R\$ 12.184,00, R\$ 10.237,00 do INCRA e R\$ 2.047,00 de contrapartida, com valor da contrapartida parcelado em 4 vezes conforme cronograma de desembolso Anexo às fls. 05 a 08 e o valor da convenente em 2 parcelas R\$ 5.460,00 e a segunda no valor de R\$ 4.777,00.

O prazo do convênio era de 7 meses a contar de sua publicação D.O.U. De 16/12/2003 a 17/07/2004, conforme estabelecido no Convênio, tendo um prazo de 60 dias após o término da vigência para apresentar a sua prestação de contas.

CONSTATAÇÕES:

- Fls.129 verso, em despacho do Senhor Chefe da SR-07/D, solicitou alteração da situação do convênio a fim de comprovar, para aprovação, em face da apresentação da prestação de contas bem como do relatório técnico.
- Com relação à análise técnica, foi informado que o objeto do convênio foi executado e seus objetivos alcançados.
- Procedeu-se à análise financeira das prestações de contas final do convênio pela Sede(Brasília), onde foi solicitada documentação complementar da convenente, sendo que até o presente momento esta não os apresentou.

RECOMENDAÇÕES:

Conforme despacho exarado nas fls. 166, do Coordenador Geral de Contabilidade/DAC, Edinar Ferreira Araújo, em que solicita a instauração de TCE, e esta Comissão já acatou, encaminhando o presente processo para a Comissão de TCE desta Regional.

Processo 5418.002133/2003-11

O presente Convênio tem por objeto viabilizar o levantamento Topográfico Planimétrico, na Área Remanescente de Quilombos, situada na ilha de Marambaia, município de Mangaratiba, do estado do Rio de Janeiro, firmado com a Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica da UFRRJ-FAPUR, no valor de R\$ 25.053,60; R\$ 20.878,00 do INCRA; e R\$ 4.175,60 da convenente, tendo como vigência o período de 18/04/2004 a 18/06/2004.

CONSTATAÇÕES:

- Fls. 79 a 80 parecer do Procurador Chefe da especializada, a época o Sr. Luiz Antônio Werdine Machado, solicitando a instauração de TCE;
 - Fls. 129 despacho da Diretora de Gestão Administrativo-Substituta da época, a Sr^a. Eva Maria de Souza Sardinha, solicitando a instauração de TCE.

RECOMENDAÇÕES:

Conforme despachos exarados nas fls. 79 a 80 do procurador e os da fls. 129 da Coordenadora, acima mencionados, em que solicita a instauração de TCE, o que esta Comissão já acatou, encaminhando o presente processo para a Comissão de TCE desta Regional.

Os outros 06 processos que estão em TCE advêm do exercício de 2009 e adentraram o exercício de 2010.

Processo 5418.000389/2008-15

O convênio em tela firmado com a Prefeitura Municipal de São Francisco de Itabapoana, sendo que este foi cancelado. Entretanto, a Prefeitura já havia recebido o repasse da verba do Convênio, no montante R\$145.700,000 (cento e quarenta e cinco mil e setecentos reais). Com isso, ocorreu a devolução aos cofres da União do valor reajustado pela correção monetária e acrescido de juros, conforme programa de cálculo do TCU, perfazendo um valor de R\$ 150.712,59 (cento e cinqüenta mil, setecentos e doze reais e cinqüenta e nove centavos), que retornaram aos cofres públicos, conforme GRU em anexo.

17. Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício.

Não há maiores informações consideradas relevantes pelos gestores da Superintendência Regional do INCRA no Rio de Janeiro.

Parte B - Informações Contábeis da Gestão

18. Declaração do contador responsável pela jurisdicionada atestando unidade que OS demonstrativos contábeis (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) e o demonstrativo levantado por unidade gestora responsável – UGR (válido apenas para as unidades gestoras não adequada refletem executoras) a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta relatório de gestão.

Esta Superintendência Regional do INCRA no Rio de Janeiro não possui contador em seu quadro de pessoal.

DECLARAÇÃO PLENA DO CONTADOR				
Denominação completa (UJ)	Código da UG			
Superintendência Estadual do Rio de Janeiro - SR-07	373062			

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	******	Data	*****
Contador Responsável	*****	CRC nº	*****

DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVA				
Denominação completa (UJ)				
Superintendência Estadual do Rio de Janeiro	- SR-07		373062	
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a: a)				
Local ******* Data ****			*****	
Contador Responsável	*****	CRC n°	*****	

DECLARAÇÃO ADVERSA DO CONTADOR	
Denominação completa (UJ)	Código da UG
Superintendência Estadual do Rio de Janeiro - SR-07	373062

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), **NÃO** refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	******	Data	*****
Contador Responsável	*****	CRC nº	*****

19. Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 4.320/64, incluindo as notas explicativas, conforme disposto na Resolução CFC nº 1.133/2008 (NBC T 16.6).

BALANÇO FINANCEIRO – EXERCÍCIO DE 2010 373062/37201 - SUPERINTEND.ESTADUAL DO R.JANEIRO-INCRA/SR-07 ÓRGÃO SUPERIOR: 49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

INGRESSOS			DISPÊNDIOS			
TÍTULOS	2010	2009	TÍTULOS	2010	2009	
RECEITAS CORRENTES	587,90	161.686,89	DESPESAS CORRENTES	6.153.319,63	4.400.475,46	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	587,90	161.686,89	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	75.900,67	97.788,23	
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	7.890.557,86	6.120.696,23	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.009.213,96	4.223.602,23	
TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS	7.640.508,86	5.875.296,23	OUTRAS DESPESAS	6.009.213,96	4.223.602,23	
SUB-REPASSE RECEBIDO	7.638.703,19	5.872.312,75	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	68.205,00	79.085,00	
SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC.	7.638.703,19	5.872.312,75	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	68.205,00	79.085,00	
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	1.805,67	2.983,48	DESPESAS DE CAPITAL	4.095.414,49	7.595.933,99	
TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	250.049,00	245.400,00	INVESTIMENTOS	305.914,49	1.855.076,99	
ORDEM DE TRANSFERENCIA RECEBIDA	250.049,00	238.400,00	INVERSOES FINANCEIRAS	3.789.500,00	5.740.857,00	
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	250.049,00	238.400,00	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	2.393,57	487.289,72	
TRANSFERENCIAS DIVERSAS RECEBIDAS	0,00	7.000,00	TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS	1.805,67	1.805,67	
INGRESSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	19.567.710,04	19.370.949,24	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	1.805,67	1.805,67	
VALORES EM CIRCULACAO	6.621.063,78	5.028.313,44	TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	587,90	485.484,05	
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	6.607.441,40	5.028.231,05	ORDEM DE TRANSFERENCIA CONCEDIDA	0,00	316.797,16	
VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS	13.622,38	82,39	DEVOLUCAO DE TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	0,00	316.797,16	
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	1.805,67	1.805,67	TRANSFERENCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	587,90	168.686,89	
VALORES DIFERIDOS	1.805,67	1.805,67	DISPENDIOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	17.207.728,11	13.169.633,19	
DEPOSITOS	0,03	646,87	VALORES EM CIRCULACAO	6.164.757,82	6.621.063,78	
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	0,03	310,92	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	6.164.757,82	6.607.441,40	
RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	0,00	335,95	VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS	0,00	13.622,38	
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	6.908.548,68	7.959.722,26	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	1.805,67	2.983,48	
FORNECEDORES	48.059,80	65.559,48	VALORES DIFERIDOS	1.805,67	2.983,48	
DO EXERCICIO	8.953,91	12.863,81	DEPOSITOS	646,87	646,87	
DE EXERCICIOS ANTERIORES	39.105,89	52.695,67	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	310,92	310,92	
PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	685,05	685,05	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	335,95	335,95	
RESTOS A PAGAR	6.776.800,71	7.829.989,73	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	6.618.689,36	5.024.683,09	
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	6.030.559,59	6.488.956,83	FORNECEDORES	65.559,48	16.912,59	
CANCELADO	746.241,12	1.341.032,90	DE EXERCICIOS ANTERIORES	65.559,48	16.912,59	
VALORES EM TRANSITO	82.239,34	62.724,22	PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	685,05	0,00	
OUTROS DEBITOS	763,78	763,78	RP'S NAO PROCESSADOS - INSCRICAO	6.488.956,83	4.979.717,00	
A JUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	6.036.291,88	6.380.461,00	VALORES EM TRANSITO	62.724,22	27.476,61	
INCORPORACAO DE DIREITOS	6.016.365,78	6.380.461,00	OUTROS DEBITOS	763,78	576,89	
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	6.016.365,78	6.380.461,00	AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	4.421.828,39	1.520.255,97	
DESINCORPORA CA O DE OBRIGA COES	19.926,10		BAIXA DE DIREITOS	4.421.746,00	1.520.255,97	
EXERCICIOS ANTERIORES	19.926,10	0,00	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	4.421.746,00	1.520.255,97	
	,	,	AJUSTES DE OBRIGACOES	82,39	0,00	
			AJUSTES FINANCEIROS A DEBITO 82,39	82,39	0,00	
			,	,	.,	
INGRESSOS Fonto: SIA EL	27.458.855,80	25.653.332,36	DISPENDIOS	27.458.855,80	25.653.332,36	

BALANÇO PATRIMONIAL – EXERCÍCIO DE 2010 373062/37201 - SUPERINTEND.ESTADUAL DO R.JANEIRO-INCRA/SR-07 ÓRGÃO SUPERIOR: 49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

ATIVO PASSIVO TÍTULOS 2010 2009 **TÍTULOS** 2010 2009 6.164.113,26 ATIVO FINANCEIRO 6.164.757.82 6.621.063,78 PASSIVO FINANCEIRO 6.621.141.90 DEPOSITOS CREDITOS EM CIRCULAÇÃO 6.164.757,82 6.621.063,78 646,8 226.980,40 RECURSOS DO TESOURO NACIONAL LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO 148.392.04 0.00 335.9 RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE 6.016.365,78 0.03 6.380.461,00 DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS 310,92 RP OBRIGACOES EM CIRCULACAO VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS 13.622.38 6.162.307,56 6.618.689,36 112.892.508,08 RESTOS A PAGAR PROCESSADOS ATIVO NAO FINANCEIRO 116,777,205,73 49.508.63 67.008.31 5.195.186,11 FORNECEDORES - DO EXERCICIO REALIZAVEL A CURTO PRAZO 5.632.034,28 8.953,91 12.863,8 -5.808.994,67 -6.223.881,00 FORNECEDORES - DE EXERC.ANTERIORES 39.105,89 52.695,67 CREDITOS EM CIRCULACAO -6.380.461,00 PESSOAL A PAGAR - DO EXERCICIO RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC -6.016.365,78 0,00 685,05 DIVERSOS RESPONSAVEIS 0.0 PESSOAL A PAGAR - DE EXERC.ANTERIORES 685,05 0,00 ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS 207.371,10 156.579.99 DEBITOS DIVERSOS A PAGAR 763,78 763,78 BENS E VALORES EM CIRCULACAO 11.441.028.95 11.419.067,11 RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS 6.030.559.59 6.488.956.8 6.488.956,8 ESTOQUES 55.606,26 A LIQUIDAR 77.568,10 6 030 559 59 11.363.460,85 TITULOS E VALORES 11.363.460.85 VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS 82 239 3 62,724,2 REALIZAVEL A LONGO PRAZO 96.964.655.49 94.430.455.49 VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO 1.805.67 1.805.6 CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO 96.964.655.49 94.430.455.49 VALORES DIFERIDOS 1.805.67 1.805.6 EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS 28.709.482.94 26.175.282.94 PASSIVO NAO FINANCEIRO -6.030.559.5 -6.488.956.8 CREDITOS ARECEBER 68.255.172.55 68.255.172,55 OBRIGACOES EM CIRCULAÇÃO -6 030 559 59 -6.488.956.8 13.266.866,48 RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID -6.030.559,59 -6.488.956,83 PERMANENTE 14.180.515,96 IMOBILIZADO 14.171.027,85 13.257.378,37 PASSIVO REAL 133.553,67 132.185,0 BENS MOVEIS E IMOVEIS 14.181.185,81 13.257.378,37 PATRIMONIO LIQUIDO 122.808.409.88 119.381.386.7 0,00 PATRIMONIO/CAPITAL DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES -10.157.96 119.381.386,79 114.489.749,04 INTANGIVEL 9,488,11 9.488,11 PATRIMONIO 119.381.386,79 114.489.749,04 ATIVO REAL 122.941.963,55 119.513.571,86 RESULTADO DO PERIODO 3.427.023,09 4.891.637,73 ATIVO COMPENSADO . 5.391.542,993 227.518,56 SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA 122,941,963,55 119.513.571,86 3.227.518,56 SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS 5.391.542,99 -119.514.940,46 -114.621.934,11 RESPONSABILIDADES POR VALORES, TITULOS E 250.200,99 PASSIVO COMPENSADO 380.149,65 5 391 542 99 3.227.518,56 3.227.518,50 GARANTIAS DE VALORES COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS 5.391.542,99 DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS 2.137.020.39 2.297.674.03 VALORES, TITULOS E BENS SOB RESPONSABILIDA 380.149.65 250,200,99 DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS 2.874.372.81 VALORES EM GARANTIA 0.12 0.12 OUTRAS COMPENSACOES 0.02 DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONVENIADOS 2.137.020,39 2.297.674,03 2.874.372,81 643.150.52 DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONTRATADAS COMPENSACOES DIVERSAS 36.492,90 **ATIVO** 128.333.506,54 122.741.090,42 **PASSIVO** 128.333.506,54 122.741.090,42

DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORCAMENTOS - EXERCÍCIO DE 2010 373062/37201 - SUPERINTEND.ESTADUAL DO R.JANEIRO-INCRA/SR-07 ÓRGÃO SUPERIOR: 49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

A.	ΓΙVΟ		PASSIVO			
TÍTULOS	2010	2009	TÍTULOS	2010	2009	
ORCAMENTARIAS	13.049.685,14	15.510.602,86	ORCAMENTARIAS	10.258.852,54	11.998.215,12	
RECEITAS CORRENTES	587,90	161.686,89	DESPESAS CORRENTES	6.153.319,63	4.400.475,46	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	587,90	161.686,89		75.900,67	97.788,23	
INTERFERENCIAS ATIVAS	7.640.508,86	5.875.296,23	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.009.213,96	4.223.602,23	
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	7.640.508,86	5.875.296,23	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	68.205,00	79.085,00	
SUB-REPA SSE RECEBIDO	7.638.703,19	5.872.312,75	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	68.205,00	79.085,00	
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	1.805,67		DESPESAS DE CAPITAL	4.095.414,49	7.595.933,99	
MUTACOES ATIVAS	5.408.588,38	· .	INVESTIMENTOS	305.914,49		
INCORPORA COES DE ATIVOS	2.898.834,75	4.309.017,22	INVERSOES FINANCEIRAS	3.789.500,00	5.740.857,00	
A QUISICOES DE BENS	402.373,34	308.502,80	INTERFERENCIAS PASSIVAS	1.805,67	1.805,67	
INCORPORAÇÃO DE CREDITOS	2.496.461,41	4.000.514,42	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	1.805,67	1.805,67	
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	2.509.753,63	5.164.602,52	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	1.805,67	1.805,67	
RESULTADO EXTRA- ORCAMENTARIO	14.388.899,65	13.954.738,02	MUTACOES PASSIVAS	8.312,75	0,00	
INTERFERENCIAS ATIVAS	FERENCIAS ATIVAS 361.482,96 388.740,96 ATIVOS		DESINCORPORACOES DE ATIVOS	8.312,75	0,00	
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	111.433,96	143.340,96	LIQUIDACAO DE CREDITOS	8.312,75	0,00	
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	250.049,00	238.400,00	RESULTADO EXTRA- ORCAMENTARIO	13.752.709,16	12.575.488,01	
MOVIMENTO DE FUNDOS A DEBITO	0,00	7.000,00	INTERFERENCIAS PASSIVAS	21.087,90	485.484,05	
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	14.027.416,69	13.565.997,06	TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDO	20.500,00	0,00	
INICORDORA COES DE ATIVOS	12 261 240 47	12 224 064 16	TRANSFERENCIAS	0,00	216 707 16	
INCORPORA COES DE ATIVOS INCORPORA CAO DE BENS	13.261.249,47		FINANCEIRAS CONCEDIDAS MOVIMENTO DE FUNDOS A	,	316.797,16	
IMOVEIS INCORPORACAO DE BENS	348.951,83		CREDITO DECRESCIMOS	587,90	168.686,89	
MOVEIS INCORPORACAO DE DIREITOS	CAO DE DIREITOS		PATRIMONIAIS DESINCORPORACOES DE	13.731.621,26	12.090.003,96	
DESINCORPORACAO DE	12.584.488,74	12.016.276,27		10.753.230,04		
PASSIVOS	766.167,22	1.341.032,90	BAIXA DE BENS IMOVEIS	99.994,08	-	
			BAIXA DE BENS MOVEIS	124.304,67	307.366,35	
			BAIXA DE DIREITOS AJUSTES DE BENS, VALORES	10.528.931,29	7.912.075,97	
			E CREDITOS DEPRECIACAO,	10.157,96	0,00	
			AMORTIZACAO E EXAUSTAO	10.157,96	0,00	
			INCORPORACAO DE PASSIVOS	2.968.150,87	3.655.362,69	
			AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	82,39	0,00	
			AJUSTES FINANCEIROS	82,39	0,00	
			RESULTADO PATRIMONIAL 3.42			
			SUPERA VIT	3.427.023,09	4.891.637,75	
VA DIA COEC A TIVA C	27 429 594 70	20 465 240 00	VA DIA COEC DA CORVA C	27 420 504 50	20.465.240.00	
VARIACOES ATIVAS	27.438.584,79	<i>2</i> 9.465. <i>3</i> 40,88	VARIACOES PASSIVAS	27.438.584,79	29.465.340,88	

DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORCAMENTOS - EXERCÍCIO DE 2010 373062/37201 - SUPERINTEND.ESTADUAL DO R.JANEIRO-INCRA/SR-07 ÓRGÃO SUPERIOR: 49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

RECEITA			DESPESAS						
TÍTULOS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA		EXCESSO OU INSUFICIÊNCIA DE ARRECADAÇÃO	TÍTULOS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	EXECUÇÃO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA
*****	*****	*****	*****		CREDITOS INICIAIS/SUPLEME NT	0,00	0,00	10.168.750,80	-10.168.750,80
*****	*****	*****	*****		DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	6.073.336,31	-6.073.336,31
*****	*****	*****	*****		PESSOALE ENCARGOS SOCI	0,00	0,00	75.900,67	-75.900,67
*****	*****	*****	*****	*****	OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	0,00	5.997.435,64	-5.997.435,64
*****	*****	******	*****		DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	4.095.414,49	-4.095.414,49
*****	*****	*****	*****	*****	INVESTIMENTOS	0,00	0,00	305.914,49	-305.914,49
*****	*****	*****	*****	*****	INVERSOES FINANCEIRAS	0,00		3.789.500,00	-3.789.500,00
SUBTOTALI	*****	*****	*****	*****	SUBTOTALI	0,00	0,00	10.168.750,80	-10.168.750,80

Parte C - Informações Específicas a constar do Relatório de Gestão - Superintendências Regionais do INCRA

- 20. Apresentar o cronograma de levantamento relativo à documentação cartorária de imóveis rurais acima de 10.000,0000 ha (Portaria/Incra/n.º 12/2006), dos cartórios de registro de imóveis contendo, no mínimo, as seguintes informações:
- a) Relação das matrículas canceladas dos registros rurais vinculados a títulos nulos de pleno direito ou realizados em desacordo com o art. 221 e seguintes da Lei n.º 6.015/75, identificando o imóvel, matrícula e área do imóvel, município de localização, proprietário, ou cópia da(s) declaração(ões) do Corregedor-Geral de Justiça do Estado sobre a inexistência de imóveis na situação descrita:

A única matrícula que, possivelmente, poderá ser cancelada, ainda está em análise pelos setores administrativos e jurídicos desta Superintendência Regional do INCRA no estado do Rio de Janeiro. A outra está impossibilitada de ter seu curso normal, uma vez que o processo administrativo desapareceu quando da mudança de sede e o Chefe da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária solicitou abertura de processo de sindicância para apurar as responsabilidades pelo desaparecimento do processo.

b) Informações sobre quais medidas administrativas e judiciais foram adotadas junto ao Corregedor-Geral de Justiça, ou apresentação das razões para a sua ausência caso não haja quaisquer das informações indicadas no subitem anterior:

Até o presente momento, os imóveis acima de 10.000 ha sob a jurisdição da SR-07/RJ que tiveram seus códigos cancelados pelo INCRA não finalizaram seus trâmites internos dentro da Superintendência.

c)Relação das situações com irregularidades nos cartórios de registro de imóveis, detalhando o número de casos apurados, a existência de requerimento ao Corregedor-Geral de Justiça de realização de inspeção ou correição e de promoção da correspondente representação ao Ministério Público, devendo conter na relação, no mínimo, a identificação do cartório e comarca, a irregularidade identificada e as medidas adotadas:

Não se pôde apurar em que fase encontra-se o processo referente à Fazenda Conjunto Sapucaia, o qual encontra-se desaparecido.

Quanto ao outro imóvel, Fazenda Macaé de Cima, foi comunicado à Corregedoria de Justiça do Estado e ao Cartório de Registro de imóveis acerca da insubsistência do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural – Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis de Nova Friburgo/RJ – CCIR, por algumas irregularidades apuradas ao longo do processo, principalmente a reativação e atualização indevida do imóvel por servidor de Brasília, o qual deve responder à processo administrativo disciplinar após apuração do caso.

d) Relação de imóveis que tiveram ou venham a ter o Certificado de Cadastro do Imóvel Rural - CCIR cancelado pelo Incra, contendo: cadastro e área, município de localização, proprietário e motivo do cancelamento:

No âmbito da SR-07/RJ, há apenas dois imóveis rurais com área superior a 10.000 ha que tiveram seu CCIR <u>cancelado</u> pelo INCRA, a saber:

- <u>Fazenda Conjunto Sapucaia</u> Código do imóvel **513016070882-3**, com área de **10.733,12 ha**, localizado no município de **Campos dos Goytacazes**, em nome de **Usina Sapucaia S/A**. O CCIR foi cancelado com base na Portaria 558/99, uma vez que o proprietário não comprovou a dominialidade do imóvel. A cadeia dominial elaborada pelo INCRA encontra-se dentro do processo administrativo 54180.000104/00-91, atualmente desaparecido durante a mudança de prédio da sede da SR-07/RJ, ocorrida no início de 2010. A Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária, que tinha a guarda do processo pelo último trâmite registrado, solicitou abertura de processo de sindicância para apuraçãode responsabilidades;
- <u>Fazenda Cachoeira Macaé de Cima</u> Código do imóvel **518018.025020-0**, com área de **12.690,40 ha**, localizado no município de **Nova Friburgo**, em nome de **Maria Thereza Carmem Mondino**. O CCIR foi cancelado com base na Portaria 558/99, uma vez que os atuais detentores do imóvel não apresentaram no prazo estipulado pela referida portaria, após devida notificação, os dados e informações pertinentes ao processo de fiscalização a que estavam sujeitos, não comprovando, assim, a dominialidade sobre o bem. Atualmente, a Procuradoria do INCRA encaminhou os autos do Processo de Fiscalização, proc. Adm. Nº 54180.000105/00-54, à Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária, para dar prosseguimento aos trabalhos, após constatação da regularidade da atualização da cadeia dominial do imóvel Cachoeira Macaé de Cima.
- e) Relação dos processos irregulares encaminhados à Procuradoria-Geral do Estado, indicando, no mínimo: número do processo, nome e/ou identificação do imóvel, cadastro e área do imóvel, proprietário e a(s) irregularidade(s) apurada(s).

Não se sabe se o processo do imóvel Conjunto Sapucaia foi encaminhado à Procuradoria-Geral do Estado, uma vez que ele encontra-se desparecido.

Quanto ao processo do imóvel Cachoeira Macaé de Cima, ainda estão em andamento os trâmites de fiscalização cadastral, não havendo, portanto, conclusão absoluta quanto à possível prática de crime de grilagem por parte dos postulantes à dominialidade do imóvel.

21. Principais dificuldades a serem geridas no próximo exercício e ações de mitigação.

A SR-07/RJ enfrentará muitos desafíos no exercício de 2011, principalmente por conta do corte abrupto do orçamento, o qual, sequer foi definido ainda. Diante dessa situação de grave contingenciamento, não há como os gestores mitigarem as deficiciências nos trabalhos das ações que, eventualmente, ocorrerão. O que se pode e será feito é a priorização de algumas ações em detrimento de outras.

Além desse entrave, uma des nossas principais ações, a Regularização Fundiária das áreas dentro do perímetro da Fazenda Nacional de Santa Cruz, com escassos recursos e deficiciência de mão-de-obra, terá suas dificuldades mitigadas pelo treinamento, pelo único servidor que conhece o acervo do antigo Projeto Fundiária da FNSC e que está prestes a se aposentar, a um grupo de servidores — os quais serão deslocados de outras Divisões — para tentarem dar andamento ao trabalho de regularização fundiária.

A outra grande dificuldade a ser enfrentada em 2011 é quanto à elaboração e análise da cadeia dominial dos imóveis a serem desapropriados e dos imóveis inseridos em territórios quilombolas, pois não há servidores capacitados para o serviço. Para tentar mitigar tal carência, serão feitos alguns cursos internos de capacitação com servidores que serão multiplicadores de tal conhecimento.

É o relatório.